

9^o Seminário
Estadual de
Vigilância
em
Saúde

**ANAIIS
2026**

ESCOLA DE SAÚDE
PÚBLICA DO CEARÁ



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

MISSÃO, VISÃO E VALORES SESA

Propósito

Contribuir para o bem-estar e a felicidade das pessoas.

Missão

Promover a saúde e o bem-estar das pessoas, implementando políticas públicas pautadas na universalidade, integralidade e equidade.

Visão

Ser reconhecida pelas pessoas como instituição de saúde acessível, integrada, sustentável e com excelência.

Valores

- a) Eficiência e Sustentabilidade;
- b) Valorização das pessoas;
- c) Comprometimento com o SUS;
- d) Transparência;
- e) Inovação e Conhecimento;
- f) Humanização;
- g) Inclusão e diversidade;
- h) Ética;
- i) Resultado centrado no cidadão.





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Elmano de Freitas da Costa

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ

Tânia Mara Silva Coelho

**SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ
(ESP/CE)**

Luciano Pamplona de Góes Cavalcanti

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Antonio Silva Lima Neto

**COORDENADORA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
E PREVENÇÃO EM SAÚDE - COVEP**

Ana Maria Peixoto Cabral Maia

COORDENADORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Maria Dolores Duarte Fernandes

COORDENADORA DE IMUNIZAÇÃO

Ana Karine Borges Carneiro

**COORDENADORA DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE
DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA**

Roberta de Paula Oliveira

DIRETOR DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

Ítalo José Mesquita Cavalcante

DIRETORA DO CENTRO DE SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS

DR. ROCHA FURTADO

Anacelia Gomes de Matos Mota

FICHA TÉCNICA

Realização

Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Coordenação Geral do Evento

Antonio Silva Lima Neto

Comissão Científica

Ana Carolina Barjud Marques Máximo
Ana Maria Peixoto Cabral Maia
Anna Karolinne Moraes e Araujo
Antônio Carlos Araújo Fraga
Carlos Ian Holanda de Melo
Claudia Mendonça Bezerra
Claudia Roberta de Andrade Guimarães
Eline Mara Tavares Macêdo
Fabrícia Martins Teixeira de Carvalho
Flávio Feitosa Pessoa de Carvalho
Gisela Maria Matos Serejo
Helenira Fonseca de Alencar
Hellano Vieira de Almeida
Herla Maria Furtado Jorge
Josielton de Freitas Castro
Kamilla Carneiro Alves Marques
Maria Clara Santos Aguiar
Maria Sonia Felicio Magalhães
Osmar Jose do Nascimento
Ricristhi Gonçalves
Rose Lídice Holanda
Samila Torquato Araújo
Surama Valena Elarrat Canto
Vivian da Silva Gomes

Comissão Moderadores

Amanda Albuquerque Rocha
Ana Clara de Moura Guimarães
Ana Débora Assis Moura

Ana Karine Borges Carneiro
Anna Raquel Gonçalves Fabián
Anna Karolinne Moraes e Araujo
Antonia Danila de Oliveira Silva
Antônio Carlos Araújo Fraga
Helenira Fonseca de Alencar
João Paulo da Silva
Juliana Costa de Abreu
Kailane França Carvalho
Maria Aparecida do Nascimento Fonseca
Mateus Limério Carlos da Silva
Nara Naone Lino de Vasconcelos
Roberto da Justa Pires Maia Filho
Rose Lídice Holanda
Shady Maria Furtado Moreira
Thais do Nascimento Alves
Vanessa Maia de Holanda
Vivian da Silva Gomes
Yara Saldanha Freitas
Luiz Osvaldo Rodrigues

Comissão de Organização

Francisco Rai Alves Mendes
Jose Lailton Barbosa Santos
Josielton de Freitas Castro
Kelvia Maria Oliveira Borges
Maria Clara Santos Aguiar
Michely Pontes
Osmar Jose do Nascimento
Samila Torquato Araújo

Comissão de Infraestrutura

Cleyton Carvalho Cândido
Mauro Oliveira
Rafael Moreira Assunção

Alguns direitos reservados.

Todo o conteúdo apresentado nesta obra é de inteira responsabilidade dos autores.

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO
CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS
RODRIGUES (ESP/CE)**

Av. Antônio Justa, 3161, Meireles

Fortaleza-CE • CEP: 60.165-090

Telefone: (85) 2018.4810

E-mail: esp@esp.ce.gov.br

Redes sociais: /espceara

www.esp.ce.gov.br

Revisão e Organização

Carlos Ian Holanda de Melo

Iara Holanda Nunes

Josielton de Freitas Castro

Marcia Andrade dos Santos

Maria Julia Araujo Borges

Rose Lídice Holanda

Samila Torquato Araújo

Vivian da Silva Gomes

PROJETO GRÁFICO

Coordenação de Comunicação

Helga Rackel Sousa Santos

Diego Sombra

Comunicação Visual e diagramação

Júlio César Alves Lopes

Supervisão

Ágda Sarah Sombra

Biblioteca da ESP/CE

Maria Claudete Silva Barros

Ficha Catalográfica elaborada por: Maria Claudete Silva Barros – CRB 3/1017

C387a

CEARÁ. Secretaria da Saúde do Estado.

Anais 2026: 9º Seminário Estadual de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; Escola de Saúde Pública do Ceará. — Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2026.

175 p. il.

Vários colaboradores

ISBN: 978-65-86649-73-4

1. Saúde pública. 2. Vigilância em saúde. 3. Prevenção - Doenças. 4. Controle - Doenças. I. Título.

CDD 362.1

Apresentação

O **9º Seminário Estadual de Vigilância em Saúde**, realizado nos dias **25, 26 e 27 de maio de 2026**, consolidou-se como um importante espaço técnico-científico para o debate, a reflexão e a disseminação de conhecimentos voltados ao fortalecimento das políticas, práticas e estratégias da vigilância em saúde no Estado do Ceará. Promovido pela Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde (Sevig), vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (Sesa), em parceria com suas coordenadorias e com o apoio institucional da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), o evento reuniu gestores, profissionais, pesquisadores, docentes, residentes e estudantes comprometidos com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com a temática **“Uma Vigilância que Responda aos Novos Cenários Epidemiológicos e Potenciais Emergências em Saúde”**, esta edição reafirmou a importância da vigilância em saúde como componente estratégico para a identificação precoce, monitoramento, prevenção e resposta oportuna frente aos desafios sanitários contemporâneos. Em um cenário marcado por mudanças no perfil epidemiológico, impactos das mudanças climáticas, circulação de novos agentes infecciosos, reemergência de doenças e ampliação dos riscos à saúde coletiva, o Seminário promoveu discussões sobre inovação, integração, inteligência em saúde, transformação digital, vigilância baseada em evidências e fortalecimento da capacidade de resposta do sistema de saúde.

A programação contemplou conferências, mesas-redondas, painéis temáticos, apresentações de experiências exitosas e debates conduzidos por especialistas de reconhecida atuação nacional e estadual, abordando temas estratégicos relacionados às diversas áreas da vigilância em saúde, incluindo vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador, imunização, vigilância laboratorial, análise de situação de saúde, preparação e resposta às emergências em saúde pública e incorporação de tecnologias para qualificação das ações de vigilância. O evento reafirmou o compromisso da Sevig com a educação permanente, a produção e disseminação do conhecimento técnico-científico e a qualificação contínua dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde.

No contexto do Seminário, foi realizada a **7ª Mostra de Experiências Bem-Sucedidas de Vigilância em Saúde do Ceará**, iniciativa voltada ao reconhecimento e à valorização de práticas exitosas desenvolvidas nos âmbitos estadual, regional e municipal. A Mostra constituiu um espaço de compartilhamento de experiências inovadoras, evidenciando soluções construídas nos territórios para

enfrentar desafios locais, fortalecer a vigilância em saúde e qualificar as ações de promoção, prevenção, monitoramento e resposta às emergências sanitárias. Os trabalhos que se destacaram pela relevância técnico-científica, inovação, aplicabilidade e contribuição para o fortalecimento do SUS receberam menção honrosa e integram esta publicação.

Os Anais da **7ª Mostra de Experiências Bem-Sucedidas** constituem um importante registro científico e institucional da produção técnico-científica desenvolvida pelos serviços de vigilância em saúde do Ceará. Além de preservar a memória das experiências apresentadas, esta publicação fortalece a disseminação do conhecimento, estimula a troca de saberes entre profissionais e gestores e incentiva a incorporação de práticas inovadoras baseadas em evidências, contribuindo para o aprimoramento contínuo das políticas públicas de saúde.

Assim, o **9º Seminário Estadual de Vigilância em Saúde e a 7ª Mostra de Experiências Bem-Sucedidas** reafirmam o protagonismo do Ceará na construção de uma vigilância em saúde cada vez mais integrada, inovadora, resiliente e preparada para responder aos novos cenários epidemiológicos e às potenciais emergências em saúde, fortalecendo a ciência, a gestão, a cooperação entre os entes federativos e o compromisso coletivo com a proteção e a promoção da saúde da população cearense.



Sumário

por eixos temáticos

ESTRATÉGIA DE IMUNIZAÇÃO E VACINAÇÃO 10

**VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS DE IMPORTÂNCIA
PARA A SAÚDE PÚBLICA 29**

**VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE DO
TRABALHADOR 47**

**VIGILÂNCIA E CONTROLE DAS ENDEMIAS/
ZONOSSES E SAÚDE ÚNICA 82**

**VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E PREVENÇÃO À
SAÚDE E RESPOSTAS COORDENADAS A SURTOS
E EPIDEMIAS 100**

VIGILÂNCIA LABORATORIAL 135

VIGILÂNCIA SANITÁRIA 141

9º Vigilância
Seminário Estadual de Saúde^{em}



Eixo
Estratégia de Imunização e Vacinação

COMPARATIVO ENTRE O “DIA D” DE VACINAÇÃO E A ROTINA EM SERVIÇOS DE SAÚDE DESCENTRALIZADOS (VAPT VUPT): RELATO DE EXPERIÊNCIA EXITOSA

Ana Carolina Ayres Abreu Santana, Enfermeira

Nara Naone Lino de Vasconcelos, Fisioterapeuta

Herika Rodrigues Feitosa, Enfermeira

Ana Beatriz Moura de Oliveira, Acadêmica de Enfermagem

Ana Karine Borges Carneiro, Enfermeira

A vacinação é a principal estratégia de intervenção preventiva na saúde, trata-se de um recurso indispensável na erradicação de epidemias e o controle de surtos. No Brasil, a vacinação exerce papel preventivo e na redução da mortalidade por doenças infecciosas, desde a erradicação da varíola até as campanhas recentes como, do sarampo e da COVID-19 (Brasil, 2017). A definição de um dia específico de vacinação visa concentrar esforços, recursos e equipes em um curto período, aumentando a eficiência das ações. Esse momento, chamado de “Dia D”, fortalece a mobilização social, tornando a campanha visível, incentivando a adesão, e sensibilização, especialmente de pessoas que não procuram serviços de rotina, contribuindo para elevar a cobertura vacinal, favorecendo o acesso e o monitoramento, justificando a sua relevância. Comparar a efetividade do “Dia D” de vacinação com a rotina dos serviços descentralizados, considerando alcance, adesão da população e impacto na cobertura vacinal. As unidades do Vapt Vupt, situadas nos bairros de Antônio Bezerra, Messejana e Papicu, configuram-se como espaços estratégicos de atenção à população, caracterizados pelo elevado fluxo de usuários em busca de diversos serviços públicos. Vinculadas à Secretaria de Proteção Social, essas unidades oferecem múltiplos atendimentos, favorecendo a presença de diferentes perfis populacionais e potencializando sua utilização como pontos de acesso para ações em saúde. Nesse contexto, tais unidades integraram a estratégia de vacinação do “Dia D”, realizada no período de 20 a 28 de março, no horário de 8h às 17h. Com equipes compostas por enfermeiras, as ações desenvolvidas tiveram como objetivo ampliar a cobertura vacinal, com ênfase na vacinação de crianças, idosos, gestantes e demais grupos prioritários contra a influenza, além da atualização do cartão vacinal. Paralelamente, foram implementadas ações de educação em saúde voltadas à promoção da imunização, com vistas ao aumento da adesão vacinal. Para tanto, realizou-se planejamento prévio conduzido pela supervisão e responsáveis técnicos das salas de vacina. A estratégia incluiu divulgação em mídias internas das unidades e abordagem ativa por meio das enfermeiras, que realizaram convites direcionados aos usuários em espera, reforçando a importância da vacinação e incentivando a adesão ao serviço ofertado. Os resultados evidenciaram aumento expressivo na adesão à vacinação, com a administração de 1.836 doses de vacina contra influenza durante o período da intervenção, em comparação a 506 doses aplicadas em dias sem a implementação de estratégias de sensibilização. Esse incremento demonstra o impacto positivo das ações intensificadas no contexto do “Dia D”. Adicionalmente, foram desenvolvidas atividades de educação em saúde, por meio de orientações qualificadas acerca da segurança, eficácia e benefícios das vacinas, contribuindo para a ressignificação de percepções e atitudes da população em relação à vacinação. Destaca-se, ainda, que as práticas estão alinhadas aos princípios do Programa Nacional de Humanização (PNH), orientando a atuação dos profissionais de forma acolhedora, ética e centrada no usuário. Essa abordagem resultou na melhoria da cobertura vacinal e no alcance das metas. A estratégia do “Dia D” de vacinação, associada à



atuação em serviços descentralizados como o Vapt Vupt, demonstrou maior efetividade em comparação à rotina, ampliando o acesso e a adesão da população. Evidenciando que o “Dia D” se configura como uma importante estratégia complementar às ações de rotina.



CONECTAR, COORDENAR E PROTEGER: A VIGILÂNCIA COLABORATIVA COMO ESTRATÉGIA PARA CONTROLE DO SARAMPO EM CRUZ-CE

Luanda Vasconcelos do Nascimento Dutra, Enfermeira, Secretaria de Saúde de Cruz

Evaldo Eufrazio Vasconcelos, Enfermeiro, Secretaria de Saúde de Cruz

Sandra Regina Rocha Silva, Assistente social, Secretaria de Saúde de Cruz

Naira Julia Vasconcelos Meneses, Enfermeira, Secretaria de Saúde de Cruz

O sarampo é um grave problema de Saúde Pública, sobretudo em populações não vacinadas ou com esquema incompleto. Cruz, município de pequeno porte no litoral norte do Ceará, a 243,1 km de Fortaleza, apresenta maior vulnerabilidade devido ao turismo, à presença de Aeroporto regional e à intensa mobilidade populacional, favorecendo áreas suscetíveis à disseminação de doenças imunopreveníveis. Assim, considerando que a vacinação é a principal medida de prevenção, torna-se essencial fortalecer um sistema de vigilância sensível e oportuno, capaz de monitorar a população suscetível e detectar precocemente casos suspeitos. Nesse contexto, destaca-se a importância da Vigilância Colaborativa como estratégia para ampliar a capacidade de resposta e prevenir a reintrodução do sarampo. Descrever a experiência do município de Cruz-CE na implementação da Vigilância Colaborativa do sarampo, orientada pelos cinco pilares (comunicação, colaboração, coordenação, confiança e capacitação), visando ampliar as coberturas vacinais e reduzir a taxa de abandono do esquema da vacina tríplice viral. Em 2025, a intensificação do monitoramento das CV desse imunobiológico junto às equipes de saúde se baseou no modelo dos cinco elementos essenciais (5Cs): comunicação; colaboração; coordenação; confiança e capacitação. Através da responsabilização do controle de doses aplicadas (1ª e 2ª doses) da vacina TV para crianças, foi instituída a avaliação periódica para comunicação dos dados de CV por equipe de saúde, a partir da construção de planilhas nominais e metas mensais, de acordo com o cadastro populacional de cada Unidade de Saúde da faixa etária para recebimento da vacina (12 e 15 meses). Além disso, aliado à estratégia de Microplanejamento recomendada pelo MS foi construída uma matriz (SWOT) a partir de um diagnóstico situacional do território reforçando a importância da coordenação para o planejamento e execução de ações preventivas de forma integrada. No início de cada mês, todas as equipes de saúde recebem a meta/relação nominal das crianças programadas para receber a vacina no mês corrente. A partir desse recebimento, a meta é repassada aos ACS responsáveis, para localização e agendamento da vacinação junto aos pais e cuidadores. O município também tem evidenciado a importância da colaboração a partir do fortalecimento das relações intersetoriais, ampliando a busca ativa de não vacinados contra o sarampo no ambiente escolar e em serviços sociais; pontos turísticos (praia, lagoas, clubes e no Aeroporto Regional local) ofertando a vacina de forma seletiva à população não vacinada ou com esquema incompleto e ainda estabeleceu a prática de capacitações baseada em evidências científicas para as equipes de saúde. Além disso, respeitando as limitações das comunidades, fez-se necessário ainda realizar mutirões e campanhas nos territórios, favorecendo a ampliação do acesso, aumento da confiança da população e garantindo ainda o aprimoramento da busca ativa vacinal. A partir de um processo de trabalho integrado, orientado pelos princípios da Vigilância Colaborativa, o município de Cruz tem apresentado cobertura vacinal expressiva contra o sarampo. Considerando a meta de 95% para a tríplice viral, observa-se que, nos últimos cinco anos, o município superou o preconizado pelo Ministério da Saúde. Dados do LocalizaSUS (15/04/2026) mostram que, em 2025, Cruz alcançou D1 de 102,25% e D2 de 96,72%. Destaca-se ainda a baixa taxa de abandono, de 2,5%



em 2024 e 5,6% em 2025, mesmo diante do risco de reintrodução do vírus. O monitoramento nominal e a análise contínua dos dados qualificam a identificação de faltosos e a busca ativa, fortalecendo a prevenção. A integração entre APS e Vigilância em Saúde ampliou o acesso à vacinação e a adesão da população, contribuindo para o controle efetivo do sarampo no município. Diante das baixas coberturas vacinais no país, intensifica-se a necessidade de uma vigilância mais qualificada para o sarampo. Em Cruz, a vigilância colaborativa, orientada pelos 5Cs integrou APS, vigilância e comunidade, fortalecendo a detecção precoce, a resposta oportuna e a adesão à vacinação, contribuindo para a proteção coletiva.



ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E APRIMORAMENTO DO IRIS-VAC COMO TECNOLOGIA DE PREVENÇÃO DE ERROS DE IMUNIZAÇÃO

Samara Késsia Gomes Albuquerque, Enfermeira, Supervisora de Imunização de Itapipoca

A segurança na administração de imunobiológicos constitui um dos pilares fundamentais das ações de imunização, sendo influenciada pelo cumprimento das boas práticas relacionadas ao armazenamento, manuseio e controle da validade dos frascos após abertura. No contexto das salas de vacina de um município do interior do Ceará, foram identificadas ocorrências de administração de vacinas fora do prazo recomendado e perdas evitáveis, evidenciando fragilidades no registro e controle dessas informações. Diante desse cenário justificava-se a implementação de estratégias que promovessem maior organização, rastreabilidade e segurança no processo de trabalho. Analisar a elaboração, implementação e o aprimoramento do IRIS-Vac como tecnologia para prevenção de erros de imunização e qualificação do processo de trabalho nas salas de vacina. Trata-se de relato de experiência, descritivo, com abordagem qualitativa, desenvolvido em Itapipoca-CE, no ano de 2025, a partir da supervisão de imunização, envolvendo 37 salas de vacina em 53 equipes de Saúde da Família (ESF), entre elas 1 (uma) Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) e 2 (duas) Equipes de Atenção Primária (eAP). Antes da intervenção, observava-se ausência de padronização na identificação de frascos multidoses, com registros incompletos ou inconsistentes, o que comprometia a segurança do processo. O IRIS-Vac consiste em adesivo padronizado para identificação de frascos multidoses, contendo data e hora de abertura, prazo de validade após abertura e número de doses. Posteriormente, foi aprimorado para contemplar especificidades de vacinas, como as contra a COVID-19, com a inclusão de campos para registro do nome do imunobiológico, data de descongelamento e data de validade, considerando as particularidades desses imunizantes. O IRIS-Vac promoveu melhoria na organização do processo de trabalho, com padronização dos registros e maior segurança na identificação das informações dos imunobiológicos. Observou-se redução de falhas no controle da validade após abertura, minimizando o risco de administração fora do prazo recomendado. Houve redução significativa de perdas evitáveis, favorecendo o uso racional dos imunobiológicos. Adicionalmente, as equipes relataram maior clareza nas informações registradas, redução de dúvidas durante a rotina e maior agilidade na tomada de decisão quanto ao uso ou descarte dos frascos. Evidenciou-se ainda fortalecimento da cultura de segurança do paciente e maior adesão às boas práticas de imunização. O IRIS-Vac configura-se como uma tecnologia simples, de baixo custo e fácil aplicação, com impacto positivo na organização do processo de trabalho, na segurança do paciente e na qualificação das práticas de imunização, destacando-se pelo caráter inovador e potencial de replicação em outros contextos.



ESTRATÉGIA DE VACINAÇÃO NO ÂMBITO DA FORÇA NACIONAL DO SUS: ACOLHIMENTO DE REPATRIADOS

Herika Rodrigues Feitosa, Enfermeira, Assessora técnica de Imunização

Aurilene Alves de Oliveira, Enfermeira, Assessora técnica de Imunização

Ana Débora Assis Moura, Enfermeira, Assessora Técnica de imunização, Articuladora do GT Estratégias

Nara Naone Lino de Vasconcelos, Fisioterapeuta, Residente em Vigilância em Saúde

Ana Karine Borges Carneiro, Enfermeira, Coordenadora de Imunização do Estado do Ceará

A migração de brasileiros para os Estados Unidos associa-se à busca por melhores condições socioeconômicas, motivada pela expectativa de maior acesso a oportunidades; entretanto, parte do fluxo ocorre de forma irregular, expondo-os a vulnerabilidades, insegurança jurídica e risco de deportação. Portanto, a atuação da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação interinstitucional, no acolhimento de brasileiros repatriados, envolve a implementação de estratégias integradas de vigilância, com garantia de direitos, assistência e imunização. Destaca-se, a avaliação do status e atualização vacinal conforme as diretrizes do Programa Nacional de Imunizações, com ênfase na administração da vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola), considerando o risco de reintrodução e disseminação dessas doenças no país. Reduzir o risco de reintrodução e disseminação de doenças, como o sarampo, caxumba e rubéola no território nacional, por meio da verificação vacinal e da administração da vacina tríplice viral em indivíduos repatriados. Diante dos desafios enfrentados por brasileiros no exterior — especialmente no contexto do recrudescimento das políticas migratórias dos Estados Unidos —, incluindo a intensificação de medidas de deportação de indivíduos em situação irregular, observa-se o aumento da chegada recorrente de brasileiros repatriados ao país. Nesse cenário, são implementadas ações intersetoriais voltadas ao acolhimento estruturado, à proteção integral e à promoção da autonomia desses indivíduos. Essa operação é coordenada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em articulação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), além de governos estaduais, Polícia Federal (PF), Defensoria Pública da União (DPU), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e organismos internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM). A iniciativa contempla ações integradas, incluindo atendimento psicossocial, assistência à saúde, imunização, oferta de abrigo, alimentação, transporte e apoio à regularização documental, acompanhando os repatriados desde o desembarque até sua reintegração social. No contexto da operacionalização dessas ações, os atendimentos ocorreram em datas específicas, alinhadas à chegada dos voos. O primeiro atendimento foi realizado estrategicamente no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em 09/05/2025, com 68 pessoas atendidas. Devido a alterações nos fluxos de acolhimento a estas pessoas, os atendimentos subsequentes ocorreram em um hotel localizado na Praia do Futuro (Porto Hotel), nos dias 04/07/2025, com 94 pessoas atendidas, e 25/07/2025, com 48 pessoas atendidas. Nesse sentido, a estratégia adotada visa não apenas à proteção dos indivíduos, mas também à mitigação do risco de ocorrência de doenças imunopreveníveis. O esclarecimento adequado sobre imunização contribui para ampliar a adesão à vacinação, sobretudo entre indivíduos com esquema vacinal incompleto ou desconhecido, reduzindo o risco de introdução e disseminação de doenças imunopreveníveis, como sarampo, caxumba e rubéola. Ademais, as ações educativas realizadas no contexto do acolhimento favorecem a compreensão quanto à segurança, eficácia e



importância da vacina, fortalecendo a confiança nas intervenções do sistema de saúde. Nesse sentido, a informação qualificada e a sensibilização dos repatriados para a vacinação com a vacina tríplice viral configura-se como estratégia fundamental para a prevenção de surtos e para a manutenção do controle epidemiológico dessas doenças no território nacional. A incorporação da vacina tríplice viral de repatriados evidencia que, intervenções preventivas e baseadas em risco fortalecem a imunização no eixo estratégico na resposta a emergências. Contribuindo para a interrupção de cadeias de transmissão e manutenção do controle de doenças imunopreveníveis, reafirmando seu papel central na proteção da saúde.



IMPACTO DE UM MOVIMENTO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA COBERTURA VACINAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Maria Emanuelle de Sousa Silva, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Kylvia Gardênia Torres Eduardo, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Graziele Rocha de Farias Silva, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Maria Juliana de Moraes Ferreira, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Francisca Márcia Porfírio de Sousa, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Regina Flavia Belmino, Gerente de Projetos, Grupo Mulheres do Brasil

Os movimentos sociais relacionados à vacinação no Brasil historicamente alternam entre resistência às políticas públicas e mobilização coletiva em defesa da saúde. Nas últimas décadas, observa-se redução das coberturas vacinais, associada à desinformação, hesitação vacinal e baixa percepção de risco das doenças imunopreveníveis. A vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) constitui estratégia eficaz de prevenção primária, capaz de reduzir infecções persistentes e a incidência futura do câncer do colo do útero. Embora ofertada gratuitamente pelo Programa Nacional de Imunizações para adolescentes de 9 a 14 anos, desafios socioculturais ainda impactam a adesão, exigindo estratégias inovadoras e intersetoriais para alcance das metas propostas pela Organização Mundial da Saúde para eliminação do câncer do colo uterino (CCU). Descrever a experiência do município de São Gonçalo do Amarante-CE no aumento da cobertura vacinal contra o HPV, a partir da parceria entre a gestão municipal de saúde e o Grupo Mulheres do Brasil, destacando estratégias intersetoriais voltadas à promoção da saúde, prevenção e contribuição para a futura eliminação do câncer do colo do útero. O projeto “Juntos Contra o HPV” é uma iniciativa do Grupo Mulheres do Brasil (GMB), inserida em um conjunto de ações voltadas à conscientização, prevenção e promoção da saúde, reafirmando o compromisso social com a eliminação do câncer do colo do útero (CCU) no país. A proposta fundamenta-se na articulação entre sociedade civil, gestão pública e iniciativa privada, visando ampliar a cobertura vacinal contra o HPV por meio de estratégias intersetoriais e territorializadas. No estado do Ceará, o projeto iniciou sua implementação no início de 2025 em dez municípios vinculados à Coordenadoria Regional de Saúde (COADS) de Caucaia, sendo os municípios de São Gonçalo do Amarante (SGA) e Paracuru pioneiros na execução das ações. A experiência desenvolveu-se ao longo do ano de 2025, envolvendo equipes da Atenção Primária à Saúde, Vigilância em Saúde, instituições educacionais e representantes da comunidade. Entre as estratégias adotadas destacaram-se: mobilização comunitária para sensibilização da população; realização de ações educativas abordando HPV, prevenção do CCU e importância da vacinação; vacinação extramuros em escolas e espaços comunitários, ampliando o acesso ao imunizante; busca ativa de adolescentes com esquema vacinal incompleto; sensibilização de pais, responsáveis e profissionais da educação; divulgação de informações em mídias sociais e canais institucionais; além da articulação permanente entre Atenção Primária à Saúde e Vigilância em Saúde para organização das ações e acompanhamento dos resultados. O monitoramento dos indicadores ocorreu por meio dos sistemas oficiais do Programa Nacional de Imunizações, associados ao painel de acompanhamento desenvolvido pelo Grupo Mulheres do Brasil, permitindo análise contínua das coberturas vacinais e avaliação do impacto das estratégias implementadas. As ações desenvolvidas resultaram em aumento expressivo da adesão à vacinação contra o HPV no município. Observou-se ampliação progressiva da cobertura vacinal entre adolescentes do público-alvo, passando de 76,9% em dezembro de 2023 para 84,1% em dezembro de 2024, alcançando 113,51% em dezembro de 2025 após a implementação da parceria. Os resultados



demonstram acréscimo percentual aproximado de 21% em relação ao período anterior, evidenciando impacto positivo das estratégias adotadas. Verificou-se ainda maior engajamento comunitário, fortalecimento das ações de educação em saúde voltadas à prevenção do câncer do colo do útero e ampliação do acesso ao imunizante. A integração entre gestão municipal, equipes de saúde e sociedade civil mostrou-se fundamental para superar barreiras relacionadas à desinformação e hesitação vacinal. Movimentos de mobilização social, como o GMB, evidenciam que estratégias intersetoriais associadas à educação em saúde, busca ativa e participação comunitária ampliam as coberturas vacinais. Em São Gonçalo do Amarante-CE, a parceria fortaleceu a vacinação contra o HPV e contribuiu para o avanço rumo à eliminação do câncer do colo do útero.



INFLUENZA: DESEMPENHO DA CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO E O CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DAS SÍNDROMES RESPIRATÓRIAS AGUDAS GRAVES (SRAG)

Lisandra Ingrid Feitosa Farias, Enfermeira, Coordenadoria de Imunização do Estado do Ceará
Ana Débora Assis Moura, Enfermeira, Coordenadoria de Imunização do Estado do Ceará
Herika Rodrigues Feitosa, Enfermeira, Coordenadoria de Imunização do Estado do Ceará
Ana Karine Borges Carneiro, Enfermeira, Coordenadora de Imunização do Estado do Ceará

A influenza permanece como importante problema de saúde pública, especialmente entre grupos vulneráveis. No Ceará, o cenário de 2024 foi marcado por oscilações na circulação viral e aumento de casos de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG), sobretudo em crianças e adolescentes. No início de 2025, observou-se redução da circulação viral, configurando oportunidade estratégica para antecipação da proteção populacional. Nesse contexto, a campanha de vacinação contra influenza, iniciada em abril, buscou prevenir agravamentos e reduzir o impacto de novos picos. As coberturas alcançadas, embora heterogêneas, reforçam a imunização como ação estruturante da Vigilância em Saúde. Analisar o desempenho da campanha de vacinação contra influenza no Ceará em 2025, considerando coberturas vacinais, adesão por grupos prioritários e estratégias adotadas, correlacionando esses resultados ao comportamento epidemiológico das SRAG. A campanha ocorreu entre abril de 2025 e janeiro de 2026, com monitoramento contínuo por meio de sistemas de informação em saúde e painéis epidemiológicos. O estado recebeu 3.126.000 doses, das quais 2.697.847 foram aplicadas, resultando em taxa de utilização de 86%, indicando elevada eficiência logística. A mobilização inicial foi intensa, com 221.784 doses aplicadas na primeira semana e 714.512 no primeiro mês (26,5% do total). Em maio, o “Dia D” concentrou 75.300 doses em um único dia, contribuindo para 879.899 aplicações no mês (32,6% do total), evidenciando o impacto das estratégias de intensificação. A análise por grupos prioritários mostrou maior adesão entre gestantes (63%) e crianças (61%), enquanto idosos apresentaram menor cobertura (54%), indicando necessidade de estratégias específicas. A integração entre dados de vacinação e vigilância permitiu monitoramento em tempo oportuno, identificação de lacunas e reorientação das ações. Como diferencial, destaca-se o uso integrado de dados para tomada de decisão, articulando gestão de insumos, vigilância epidemiológica e estratégias de mobilização. A campanha apresentou alta taxa de utilização de doses (86%) e concentração de aplicações nos meses iniciais, com 59,1% das doses administradas até maio, demonstrando efetividade das estratégias de mobilização precoce. A maior cobertura entre gestantes e crianças contribuiu para redução do risco de formas graves nesses grupos. A realização da campanha em período de menor circulação viral reforçou seu caráter preventivo, contribuindo para mitigação de novos picos de SRAG. Por outro lado, a menor adesão entre idosos evidencia desigualdades na cobertura e a necessidade de abordagens mais direcionadas. Os achados indicam que a antecipação da vacinação, aliada ao uso de dados em tempo real, fortalece a capacidade de resposta da Vigilância em Saúde e qualifica a tomada de decisão. A campanha evidenciou elevada capacidade operacional e uso estratégico de dados para antecipação da proteção populacional. Configura-se como experiência exitosa e inovadora, pela integração entre vigilância epidemiológica e imunização, destacando a análise contínua para orientar estratégias e reduzir desigualdades.



Priscilla Régia Nogueira Nantua, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Mara Sâmia Félix Lopes, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Dielly Anne Medeiros Maia, Enfermeira; Secretaria Municipal de Saúde
Ana Mônica Beserra de Andrade Monteiro, Enfermeira, Estratégia Saúde da Família
Yuliana de Castro Ponciano Souza Lima, Dentista, Secretaria de Saúde
Maria Rafaela Pereira Bezerra, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde

21

OPERAÇÃO HPV: ROMPENDO BARREIRAS PARA AMPLIAR A VACINAÇÃO DE ADOLESCENTES

Luanda Vasconcelos do Nascimento Dutra, Enfermeira, Secretaria de Saúde de Cruz
Evaldo Eufrasio Vasconcelos, Enfermeiro, Secretaria de Saúde de Cruz
Sandra Regina Rocha Silva, Assistente social, Secretaria de Saúde de Cruz
Naira Julia Vasconcelos Meneses, Enfermeira, Secretaria de Saúde de Cruz

A infecção pelo papilomavírus humano (HPV) é um relevante problema de Saúde Pública e a principal causa do câncer do colo do útero. Apesar da vacina ser a principal estratégia preventiva, as coberturas no Brasil permanecem abaixo da meta de 90%, influenciadas por desinformação, baixa percepção de risco e dificuldades de acesso. Em Cruz (CE), município de pequeno porte situado na região norte do estado do Ceará, registraram-se em 2024 coberturas inferiores à meta estabelecida pelo MS – 83,4% entre meninas e 67,7% entre meninos. Diante desse cenário, foi implantada em 2025 a “Operação HPV”, a partir de microplanejamento, busca ativa, vacinação extramuros e integração saúde-escola, visando ampliar o acesso, recuperar esquemas atrasados e fortalecer a APS na vigilância das coberturas vacinais e na promoção da imunização de adolescentes. GERAL: Descrever a implementação da estratégia “Operação HPV” no município de Cruz-CE e avaliar seu impacto na ampliação das coberturas vacinais contra o HPV. ESPECÍFICOS: Identificar adolescentes não vacinados no território por meio de busca ativa; Implementar ações intersetoriais de vacinação e educação em saúde; Avaliar o incremento de doses aplicadas e a variação das coberturas vacinais após a intervenção. Trata-se de um estudo descritivo do tipo antes e depois, referente à implementação da estratégia “Operação HPV”, realizada entre julho e dezembro de 2025 no município de Cruz, Ceará. A população-alvo foi composta por crianças e adolescentes de 9 a 14 anos residentes no município, público elegível para vacinação contra o HPV, conforme recomendações do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Inicialmente foi realizado diagnóstico situacional das coberturas vacinais com base em dados do Sistema de Informação do PNI (SIPNI) disponíveis na plataforma LocalizaSUS. A partir dessa análise foram identificados adolescentes sem registro de vacinação e elaboradas listas nominais por equipe de Saúde da Família, utilizando dados do sistema e-SUS. Com base nessas informações, a “Operação HPV” foi estruturada e organizada a partir do microplanejamento das ações de vacinação, cuja intervenção envolveu articulação intersetorial entre as Secretarias de Saúde e Educação, mobilização das equipes da APS e atuação territorial dos ACS. As principais ações desenvolvidas incluíram busca ativa domiciliar de adolescentes não vacinados, vacinação extramuros nas comunidades, realização de atividades educativas sobre prevenção do HPV no ambiente escolar e oferta da vacina em escolas previamente pactuadas com a rede de ensino. Paralelamente, ocorreram reuniões de planejamento e monitoramento com gestores e equipes de saúde para acompanhamento da execução das ações, registro oportuno das doses aplicadas e qualificação dos dados nos sistemas de informação. A avaliação da estratégia foi realizada por meio da comparação das coberturas vacinais antes (2024) e após a intervenção (2025), considerando o incremento de doses aplicadas e a variação percentual das coberturas vacinais por faixa etária e sexo na população de 9 a 14 anos. O diagnóstico identificou 1.030 adolescentes sem registro de vacinação contra o HPV, sendo 686 (66,6%) não vacinados e 19% com doses não registradas, evidenciando falhas no acesso e nos sistemas de informação. A intervenção qualificou os processos ao integrar microplanejamento, busca ativa, vacinação extramuros e articulação com escolas, além de 21 ações educativas. Entre julho e dezem-



bro de 2025, foram aplicadas 686 doses. Observou-se aumento expressivo das coberturas (9–14 anos), com destaque para meninas de 9 anos (75,3% para 146,3%) e meninos (55,3% para 118,6%), redução das desigualdades entre sexos, alcance da meta de 90% e um incremento expressivo em praticamente todas as faixas etárias avaliadas. Assim, pode-se dizer que a estratégia fortaleceu a Vigilância em Saúde ao qualificar registros, ampliar a detecção de não vacinados e subsidiar decisões baseadas em dados no território. A experiência evidenciou o potencial da APS e da Vigilância em Saúde na organização do cuidado territorial em imunização. A busca ativa e a articulação saúde-educação ampliaram o acesso, qualificaram registros e identificaram adolescentes não vacinados, contribuindo para o alcance das metas e maior equidade na vacinação contra o HPV.



SEMANA DE VACINAÇÃO NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS INTERSETORIAIS PARA AMPLIAR AS COBERTURAS VACINAIS E FORTALECER A INTEGRAÇÃO ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Antonia Rafaela Araujo da Silva, Enfermeira, SMS de Piquet Carneiro

Antonia Aline da Silva, Psicóloga, SMS de Piquet Carneiro

Antonia Raquel Lopes Beserra, Enfermeira, SMS de Piquet Carneiro

Rita de Cascia Vitor Machado, Técnica de Enfermagem, SMS de Piquet Carneiro

Thricieli Bastos Ferreira, de Enfermagem, SMS de Piquet Carneiro

Maria Aparecida Victor de Sousa, técnica de Enfermagem, SMS de Piquet Carneiro

Fabiola Batista Pinheiro, de Enfermagem, SMS de Piquet Carneiro

A redução das coberturas vacinais no Brasil tem se configurado como um importante desafio para a saúde pública, especialmente entre crianças e adolescentes. Nesse contexto, estratégias intersetoriais entre saúde e educação tornam-se fundamentais para ampliar o acesso à vacinação e promover a conscientização da população. A iniciativa justificou-se pela necessidade de recuperar coberturas vacinais, reduzir o risco de doenças imunopreveníveis e fortalecer a articulação entre os setores, utilizando o ambiente escolar como espaço estratégico para ações de promoção da saúde. Objetivo geral: Relatar a experiência da Semana de Vacinação nas Escolas como estratégia para ampliação da cobertura vacinal em escolares e fortalecimento intersetorial. Objetivos específicos: Identificar alunos com atraso vacinal por meio da avaliação dos cartões de vacina e realizar a vacinação; Desenvolver ações educativas sobre imunização, prevenção de doenças e combate à desinformação, dentro das salas de aula. Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo, realizado durante a Semana de Intensificação da Vacinação nas Escolas, no período de 12 a 16 de maio de 2025, com culminância em 22 de maio. A ação contemplou as 13 escolas do município, sendo 12 da rede pública e 1 da rede privada, abrangendo alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A organização da ação foi conduzida pela Coordenação de Imunização e pelas coordenações do Programa Saúde na Escola (PSE), nos setores saúde e educação, sendo posteriormente apresentada e pactuada no Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), com definição de responsabilidades, fluxos e estratégias de execução. Inicialmente, foram distribuídos termos de recusa aos responsáveis e solicitados os cartões de vacina para avaliação pelas equipes de saúde. A partir dessa triagem, foram identificadas pendências vacinais e realizada busca ativa dos alunos com esquemas incompletos. A vacinação ocorreu no ambiente escolar, prioritariamente no horário de saída, mediante autorização prévia ou ausência de recusa formal. Nos casos de recusa, os responsáveis foram orientados quanto à importância da imunização, com possibilidade de comparecimento posterior, sendo os casos persistentes encaminhados ao Conselho Tutelar. Paralelamente, foram desenvolvidas ações educativas integradas ao currículo escolar, incluindo aulas temáticas, dinâmicas, jogos, quizzes e debates sobre vacinação, prevenção de doenças, desinformação e medo de injeção. A culminância ocorreu em evento no auditório municipal, com apresentações culturais e premiação das três escolas com melhor desempenho na cobertura vacinal. Como forma de reconhecimento, foram entregues placas comemorativas às escolas e às respectivas Unidades Básicas de Saúde vinculadas. A ação promoveu a mobilização das escolas, estudantes e famílias, fortalecendo a integração entre os setores de saúde e educação. Foram identificados 287 alunos com atraso vacinal, dos quais 66 foram imunizados no ambiente escolar. Entre os alunos que não foram vacinados, predominavam aqueles com pendências relacionadas às vacinas contra dengue e Covid-19. Os estudantes com indicação para a vacina da dengue



foram encaminhados às Unidades de Saúde para continuidade do esquema vacinal. No caso da vacina contra a Covid-19, estão sendo traçadas estratégias voltadas ao enfrentamento das fake news, incluindo ações de orientação e educação em saúde nas escolas, além de parcerias com o Programa Bolsa Família, visando ampliar a adesão vacinal. A avaliação dos cartões de vacina possibilitou a atualização dos Cartões dentro do Prontuário contribuindo para a atualização do esquema vacinal. A Semana de Vacinação nas Escolas mostrou-se eficaz na ampliação da cobertura vacinal e na promoção da saúde. A articulação entre saúde e educação, aliada a estratégias educativas, favoreceu a adesão dos estudantes. A experiência é replicável e fortalece as ações de imunização no SUS.



VACINA NOVA, ADEÇÃO SURPREENDENTE: ESTRATÉGIAS NA VACINAÇÃO CONTRA DENGUE NO MUNICÍPIO DE PIQUET CARNEIRO

Antonia Rafaela Araujo da Silva, Enfermeira, SMS de Piquet Carneiro
Filipe Rodrigues Nogueira, Enfermeiro, SMS de Piquet Carneiro
José Wellington Paulino dos Santos, Técnico de Enfermagem, SMS de Piquet Carneiro
Rosangela Silvera Martins, Técnica de Enfermagem, SMS de Piquet Carneiro
Fabiola Batista Pinheiro, Técnica de Enfermagem, SMS de Piquet Carneiro

A dengue constitui um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente em regiões com condições climáticas favoráveis à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Com a introdução da vacina contra a dengue no PNI, surgiu o desafio de ampliar a adesão da população ao esquema vacinal completo, uma vez que muitos municípios ainda apresentam baixa cobertura vacinal e altas taxas de abandono entre a primeira e a segunda dose. Diante do desafio de ampliar a cobertura vacinal e reduzir a taxa de abandono da segunda dose, o município desenvolveu estratégias que contribuíram para que o município se destacasse no estado do Ceará pela administração das doses recebidas em tempo oportuno e pela baixa taxa de abandono entre as doses. Assim, esta experiência busca compartilhar as estratégias adotadas, que têm apresentado resultados positivos. Objetivo geral: Relatar as estratégias para ampliar a adesão e melhorar a cobertura vacinal contra a dengue entre adolescentes de 10 a 14 anos no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em Piquet Carneiro/CE. Objetivos específicos: Descrever as estratégias utilizadas para ampliar a vacinação contra a dengue no município; Desenvolver ações de educação em saúde na comunidade e nas escolas. A experiência foi desenvolvida no período de junho de 2024 a fevereiro de 2026, com adolescentes de 10 a 14 anos. A estratégia adotada baseou-se na articulação entre as equipes de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE) e a rede escolar, com foco na ampliação da cobertura vacinal e redução da taxa de abandono entre as doses. Inicialmente, realizou-se treinamentos e reuniões com enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem, abordando aspectos técnicos da vacina, público-alvo, esquema vacinal, contraindicações e fluxos de atendimento. Sendo incluído os ACS e ACE, qualificando-os como multiplicadores de informações no território. O desenho operacional envolveu ações de mobilização comunitária, educação em saúde, busca ativa dos adolescentes, criação de um drive com os nomes de todos os adolescentes para acompanhamento dos vacinados e faltosos, realizado microplanejamento, em parceria UBASF e comitê de vacinação. Participação em programas de rádio e a produção de vídeos educativos para redes sociais, ampliando o acesso à informação sobre a vacinação e seus benefícios. Os ACS realizaram visitas domiciliares, para orientação às famílias e divulgação dos dias de vacinação. Nas escolas, foram promovidas ações educativas com estudantes e responsáveis, abordando prevenção da dengue e importância da imunização. Antes da vacinação, ocorreu rodas de conversa conduzidas por enfermeiros, vacinadores, ACS e ACE, visando esclarecer dúvidas e fortalecer a adesão. No dia da imunização, os adolescentes passaram por triagem com seus responsáveis, seguida da administração da vacina e observação por cerca de 15 minutos. Para reduzir a taxa de abandono da segunda dose, realizou-se busca ativa dos faltosos pelos ACS. Nos casos de recusa, as famílias foram reorientadas e, quando necessário, o Conselho Tutelar foi acionado para garantir o direito à saúde. As estratégias de mobilização, educação em saúde e organização do processo de trabalho contribuiu para avanços na vacinação com uma melhor adesão da população. Entre os indicadores, destacou-se a proporção de doses aplicadas em relação às recebidas, demonstrando administração em tempo oportuno. O município recebeu



1.362 doses e aplicou 1.346 doses de D1 e D2, demonstrando elevado aproveitamento dos imunobiológicos. Nos anos de 2024/25 realizou de D1: 593 doses e D2: 586 doses, tendo baixa taxa de abandono. Em 2026 foi administrado: 254 doses de D1. As ações educativas nas escolas, visitas domiciliares e rodas de conversa com pais e responsáveis ampliaram o conhecimento sobre a dengue e a importância da vacinação. O uso de meios de comunicação, ampliou o alcance das informações e favoreceu maior sensibilização da comunidade. A experiência em Piquet Carneiro–CE demonstrou que estratégias integradas de mobilização, educação em saúde e organização da APS ampliaram a adesão à vacina da dengue, reduziram abandono e fortaleceram a confiança da população. A ação é viável, sustentável e replicável no SUS.



VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 EM IDOSOS NO CEARÁ: ANÁLISE DE TENDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE IMUNIZAÇÃO

Lisandra Ingrid Feitosa Farias, Enfermeira, Coordenadoria de Imunização do Estado do Ceará
Ana Débora Assis Moura, Enfermeira, Coordenadoria de Imunização do Estado do Ceará
Herika Rodrigues Feitosa, Enfermeira, Coordenadoria de Imunização do Estado do Ceará
Ana Karine Borges Carneiro, Enfermeira, Coordenadora de Imunização do Estado do Ceará

O estado do Ceará enfrentou o desafio de manter a adesão da população idosa (60 anos ou mais) à vacinação contra a COVID-19 em um contexto marcado pela sobreposição de campanhas nacionais e pela redução progressiva da percepção de risco da doença. Observa-se que, embora exista elevada intenção de vacinação, a adesão às doses de reforço permanece insuficiente, especialmente entre idosos, influenciada por hesitação vacinal, desinformação e confiança nas ações de saúde pública. Nesse cenário, a articulação entre campanhas nacionais e práticas locais de Vigilância em Saúde mostrou-se estratégica para ampliar o acesso e sustentar as coberturas vacinais. Garantir a continuidade da vacinação contra COVID-19 em idosos no Ceará, mesmo diante da concorrência com outras campanhas, assegurando a manutenção das coberturas ao longo do ano. Buscou-se fortalecer a Vigilância em Saúde por meio do monitoramento ativo, comunicação comunitária e integração entre campanhas, com potencial de replicabilidade. A experiência foi desenvolvida ao longo de 2025, articulando ações estaduais às campanhas nacionais como estratégia para ampliar alcance. No primeiro semestre, a integração com a Campanha de Influenza favoreceu a adesão ao aproveitar um período de maior mobilização social. No segundo semestre, a intensificação considerou a necessidade de reforço semestral para idosos, exigindo reorganização dos fluxos mesmo em contextos de menor percepção de risco. Foram realizadas ações de monitoramento contínuo das coberturas, integração de sistemas de informação, comunicação comunitária direcionada e mobilização em datas estratégicas, como o "Dia D" da Multivacinação. A análise dos dados foi conduzida a partir do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), utilizando a plataforma LocalizaSUS, com foco na avaliação da periodicidade das doses aplicadas ao longo do período. A experiência evidenciou que a sobreposição de campanhas pode ser ressignificada como estratégia de otimização de recursos e ampliação do acesso. O uso oportuno de dados permitiu ajustes contínuos nas ações, fortalecendo a capacidade de resposta da Vigilância em Saúde. No primeiro semestre de 2025, foram aplicadas 41.378 doses da vacina contra COVID-19 em idosos, com maior concentração em fevereiro (8.030), abril (7.673), maio (7.092) e junho (8.523). Esse padrão indica efeito positivo da integração com a campanha de Influenza, que atuou como indutora de demanda. A partir de agosto, observou-se redução gradual, com menores volumes em setembro (3.828) e dezembro (3.154), sugerindo influência da menor mobilização e da redução da percepção de risco. Em contrapartida, a intensificação durante a Multivacinação gerou aumento expressivo em outubro, com destaque para o dia 18, quando foram aplicadas 1.013 doses, valor muito superior à média diária de aproximadamente 200 doses. Os resultados demonstram que estratégias integradas e oportunas são capazes de mitigar a queda de adesão ao longo do tempo. A experiência demonstrou que a integração entre campanhas nacionais e estratégias locais é eficaz para manter coberturas vacinais. Destacam-se a comunicação no enfrentamento da hesitação, o monitoramento contínuo pela Vigilância e o papel das campanhas na mobilização, com potencial de replicação.



9º Vigilância
Seminário Estadual de Saúde^{em}



Eixo
**Verificação de Óbitos de Importância
para a Saúde Pública**

CAPACITAÇÃO EM AUTÓPSIA MINIMAMENTE INVASIVA: DIAGNÓSTICO INCIDENTAL DE LEISHMANIOSE VISCERAL DURANTE TREINAMENTO DE EQUIPE MÉDICA DE UM SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO

Deborah Nunes de Melo, Médica, Serviço de Verificação de Óbito
Anacélia Gomes de Matos Mota, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Pedro Mansueto Melo de Sousa, Médico, Serviço de Verificação de Óbito
Eliana Mesquita Alves, Médica Residente em Patologia, Escola de Saúde Pública do Ceará
Rodrigo Barros Fonseca, Médico Residente em Patologia, Escola de Saúde Pública do Ceará
Márcia Andrade dos Santos Pereira, Assistente Social, Serviço de Verificação de Óbito

A Leishmaniose Visceral Humana (Calazar) é uma doença crônica grave que pode cursar com quadro clínico inespecífico, levando a subdiagnóstico e óbito sem confirmação etiológica. A baixa aceitação da necropsia convencional limita a elucidação diagnóstica em óbitos de causa natural mal definida. Nesse contexto, estratégias diagnósticas menos invasivas pós-morte tornam-se fundamentais para a vigilância epidemiológica. A Autópsia Minimamente Invasiva (MIA), já incorporada à rotina do SVO Dr. Rocha Furtado, surge como alternativa mais aceitável, configurando-se como estratégia inovadora que exige modelos de capacitação para sua expansão no SUS. Relatar a experiência de capacitação em Autópsia Minimamente Invasiva realizada por equipe do SVO Dr. Rocha Furtado para médicos de outro serviço, durante a qual ocorreu diagnóstico incidental de Leishmaniose Visceral em óbito não suspeito em vida em outubro de 2025, o Serviço de Verificação de Óbitos Dr. Rocha Furtado, que utiliza a MIA em sua rotina diagnóstica, conduziu treinamento prático para equipe médica do Serviço de Verificação de Óbito de Aracaju SE, visando à difusão do método. Durante a atividade, realizou-se o procedimento em paciente masculino, 71 anos, procedente de Pacatuba-CE, área endêmica da Região Metropolitana de Fortaleza. O óbito ocorreu em domicílio, em decorrência de síndrome consumptiva prolongada associada à pancitopenia, sem hipótese clínica de Calazar. Mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo responsável legal, realizou-se punção às cegas, com agulha Tru-cut 14G, de encéfalo, coração, pulmões, fígado, baço e rins, conforme protocolo institucional para cenários sem disponibilidade imediata de ultrassom. Obtiveram-se fragmentos teciduais satisfatórios de encéfalo, pulmões e fígado. O procedimento durou 45 minutos e não ocasionou desfiguração do corpo. Realizou-se processamento histológico das amostras de tecido e a análise histopatológica das lâminas evidenciou numerosas formas amastigotas em células macrófágicas do fígado, consistentes com *Leishmania spp* e infiltrado pneumônico em pulmões. Um teste rápido imunocromatográfico K39, realizado com soro coletado durante o procedimento, resultou reagente. Relato dispensado de apreciação ética por tratar-se de caso único, conforme Resolução CNS 510/2016. A atividade demonstrou que a capacitação prática em MIA é viável e eficaz para difundir o método no SUS, sendo um procedimento rápido, exequível e sem impacto estético. Do ponto de vista diagnóstico, permitiu identificar leishmaniose visceral em caso sem suspeita prévia, evidenciando alta sensibilidade. A associação entre histopatologia e teste K39 confirmou a causa do óbito, destacando o potencial da MIA para qualificar a investigação, reduzir a subnotificação e fortalecer as informações em saúde. A capacitação em MIA realizada pelo SVO Dr. Rocha Furtado mostrou-se viável para expansão do método no SUS. O diagnóstico incidental de leishmaniose visceral evidenciou seu potencial para reduzir a subnotificação, reforçando o papel do serviço como centro formador e multiplicador da técnica.



CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA VERIFICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE ÓBITOS DE IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE PÚBLICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Márcia Andrade dos Santos Pereira, Assistente Social, Serviço de Verificação de Óbito
Márcia Andrade dos Santos Pereira, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Sílvia Maria Tavares Moreira, Assistente Social, Serviço de Verificação de Óbito

No campo da saúde, assistentes sociais atuam nas expressões da questão social – como vulnerabilidade, insegurança alimentar e baixa renda – que influenciam as condições de vida e o processo saúde-doença. A partir dos determinantes sociais da saúde, o profissional apreende, por meio da entrevista social, aspectos socioeconômicos e familiares que impactam o adoecimento e o óbito (Canuto; Gadelha; Santos, 2021). Nesse contexto, o Serviço de Verificação de Óbito Dr. Rocha Furtado (SVO/RF) configura-se como equipamento estratégico da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, vinculado à Vigilância em Saúde. Relatar a experiência da atuação de assistentes sociais no Serviço de Verificação de Óbito Dr. Rocha Furtado, destacando suas contribuições para investigação de óbitos relevantes para a saúde pública. Trata-se de um relato de experiência fundamentado na vivência profissional de assistentes sociais no SVO/RF, cuja atuação se desenvolve em um contexto marcado pela dor da perda, exigindo uma abordagem ética, sensível e tecnicamente qualificada junto aos familiares. Nesse cenário, as ações socioassistenciais — como o acolhimento humanizado, a escuta qualificada e as entrevistas sociais — possibilitam a apreensão das condições socioeconômicas das famílias. Esse processo subsidia tanto a orientação sobre direitos e benefícios socioassistenciais, como o benefício eventual por morte (Brasil, 2012), quanto à produção de informações estratégicas para a vigilância em saúde, especialmente na qualificação dos dados sobre óbitos. Ressalta-se a contribuição do Serviço Social para a vigilância em saúde, por meio da produção e qualificação de informações sobre óbitos. No ano de 2025, foram realizados 4.283 perfis socioeconômicos de óbitos na unidade, evidenciando a relevância da atuação profissional na sistematização de dados e na compreensão dos determinantes sociais da saúde. A inserção do/a assistente social no SVO/RF favorece o desenvolvimento de uma prática crítica, possibilitando a análise dos determinantes sociais da saúde e das situações de vulnerabilidade que influenciam os desfechos em saúde. A atuação profissional, pautada no conceito ampliado de saúde, supera visões reducionistas e evidencia a relação entre condições de vida e o processo saúde-doença-óbito, contribuindo para a qualificação da verificação de óbitos de importância para a saúde pública e para a equidade no SUS.



A CAUSA MAL DEFINIDA AO DIAGNÓSTICO QUALIFICADO: EXPERIÊNCIA EXITOSA DE DESCENTRALIZAÇÃO DA CODIFICAÇÃO DE ÓBITOS

José Rubens Costa Lima, Médico, Serviço de Verificação de Óbito
Deborah Nunes de Melo, Médica, Serviço de Verificação de Óbito
Anacélia Gomes de Matos, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Josebson Silva Dias, Médico, Serviço de Verificação de Óbito
Sami de Andrade Cordeiro Gadelha, Médico, Serviço de Verificação de Óbito
Cláudia Natássia Silva Assunção Queiroz, Enfermeira, Serviço de Verificação de Óbito

A verificação de óbitos constitui componente essencial da vigilância em saúde, sobretudo na qualificação da informação sobre mortalidade. O Serviço de Verificação de Óbito Dr. Rocha Furtado (SVO) desempenha papel estratégico na elucidação diagnóstica das causas de morte, contribuindo diretamente para o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Entretanto, persistem desafios como elevada proporção de causas mal definidas e limitações quanto a especificidade diagnóstica, que comprometem a qualidade e a fidelidade dos dados. Nesse cenário, torna-se imprescindível a adoção de estratégias que ampliem a oportunidade e a precisão na definição da causa básica de óbito (CBO). Relatar a experiência do SVO de Fortaleza na implementação da estratégia de codificação das Declarações de Óbito (DO) pelo próprio médico atestante, conduzida pelo Núcleo de Epidemiologia do serviço, e analisar seu impacto na ampliação e qualificação dos diagnósticos de causa básica de óbito no período de 2005 a 2025. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com análise temporal dos diagnósticos registrados no SVO de Fortaleza. A iniciativa foi desenvolvida e coordenada pelo Núcleo de Epidemiologia, responsável pela condução das ações de qualificação da informação em saúde, incluindo capacitação de profissionais, monitoramento de indicadores e apoio técnico à codificação. Foram analisados os quatro capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) com maior frequência de óbitos: doenças do aparelho circulatório, neoplasias, doenças infecciosas e parasitárias e doenças do aparelho respiratório. A estratégia implementada consistiu na descentralização da codificação das DO, permitindo que o próprio médico atestante realizasse a definição e codificação da causa básica de óbito, com suporte técnico contínuo do Núcleo de Epidemiologia. Essa reorganização do processo de trabalho incluiu ações educativas sistemáticas, devolutivas qualificadas, padronização de fluxos e acompanhamento permanente da qualidade dos registros, fortalecendo a integração entre assistência e vigilância. Houve ampliação do número e da diversidade de diagnósticos registrados, com detalhamento clínico nas causas básicas de óbito. Também houve incremento na diversidade de diagnósticos, de 33% entre as doenças cardiovasculares e respiratórias, de 184 para 240 diferentes diagnósticos e de 86 para 116, respectivamente. Entre doenças infecciosas e neoplasias, aumento de aproximadamente 50%, com expansão de 118 para 178 diagnósticos de doenças infecciosas e de 257 para 389 diagnósticos de neoplasias. Qualitativamente, houve maior discriminação dos agravos, com especificação do infarto miocárdico, da localização das neoplasias, discriminação dos tipos e complicações do diabetes, localizações de acidentes cerebrovasculares, entre outros avanços. Observou-se, ainda, redução do percentual de causas básicas de óbito mal definidas que passaram de 50% para 14% do total de óbitos. A codificação das declarações de óbito (DO) pelos próprios atestantes, no momento do preenchimento da DO, ampliou a especificidade diagnóstica do obituário local, porquanto gera a oportunidade ao médico atestante de reconhecer, na tabela da CID-10, rótulos diagnósticos mais específicos.



IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO PRÓPRIO DE REMOÇÃO DE CORPOS NO SVO DR. ROCHA FURTADO: CONTRIBUIÇÕES PARA A VERIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE ÓBITOS DE IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE PÚBLICA

Anacélia Gomes de Matos Mota, farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbitos
Juliana Costa de Abreu, farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbitos
Márcia Andrade dos Santos Pereira, assistente social, Serviço de Verificação de Óbitos

O Serviço de Verificação de Óbito Dr. Rocha Furtado (SVO/RF), instituído em 2005, consolidou-se como referência estadual na investigação de óbitos por causas naturais mal definidas, com ou sem assistência médica, por meio da realização de necropsias. Sua atuação é essencial para a qualificação das informações em saúde, subsidiando a vigilância epidemiológica e a formulação de políticas públicas. Nesse contexto, a adequada remoção de corpos configura etapa crítica, influenciando diretamente a integridade dos achados, a qualidade dos exames e o cumprimento das normas sanitárias e legais. Assim, a implantação de protocolos padronizados e a estruturação de um serviço próprio de remoção justificam-se como medidas estratégicas para otimizar processos, garantir biossegurança e fortalecer a resposta institucional às demandas do sistema de saúde. Relatar a experiência de implantação do serviço próprio de remoção de corpos no SVO/RF, destacando suas contribuições para a qualificação da vigilância do óbito e o fortalecimento das práticas em saúde pública. A experiência refere-se à implantação do serviço próprio de remoção de corpos no SVO/RF, em Fortaleza/CE, após duas décadas de funcionamento da unidade. A iniciativa surgiu da necessidade de maior controle operacional, padronização dos fluxos e garantia de conformidade legal e sanitária no processo de remoção. Com a implementação, o serviço passou a contar com equipes exclusivas, organizadas em plantões diurnos e noturnos, responsáveis pelo transporte de corpos provenientes de domicílios, unidades de saúde (públicas e privadas) e instituições de longa permanência para idosos. O processo de trabalho foi estruturado a partir de protocolos específicos, que incluem identificação padronizada, registro documental sistematizado e orientação humanizada às famílias enlutadas. Tais ações visam assegurar não apenas a qualidade técnica do serviço, mas também o respeito à dignidade humana no contexto do óbito. As demandas são reguladas pelo próprio SVO, garantindo maior organização do fluxo e maior controle sobre as etapas que antecedem a realização das necropsias. Em 2025, o serviço realizou 810 remoções, de forma ágil e organizada, assegurando o encaminhamento adequado dos corpos ao SVO. A estruturação do serviço próprio contribuiu para a padronização dos processos, redução de inconsistências operacionais e melhoria das condições técnicas para realização das necropsias, impactando diretamente na confiabilidade dos diagnósticos. Observa-se, ainda, o fortalecimento da vigilância epidemiológica, uma vez que a qualificação do fluxo de remoção favorece a produção de informações mais precisas sobre mortalidade, inclusive no que se refere à investigação de óbitos de interesse para a saúde pública e doenças de notificação compulsória. Adicionalmente, destaca-se o aprimoramento do acolhimento às famílias, com maior organização do atendimento e oferta de orientações, contribuindo para uma abordagem mais humanizada no momento do luto. A implantação do serviço próprio de remoção de corpos no SVO/RF representa avanço estratégico na organização do trabalho e na vigilância do óbito. A iniciativa amplia a eficiência, fortalece a biossegurança e humaniza o atendimento, além de garantir melhores condições para as necropsias e maior confiabilidade dos dados de mortalidade.



INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO SVO DE FORTALEZA: IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE HISTOPATOLOGIA NA QUALIDADE E AGILIDADE DIAGNÓSTICA

Deborah Nunes de Melo, Médica, Serviço de Verificação de Óbito
Monalisa Barbosa Monteiro Dias, Biomédica, Serviço de Verificação de Óbito
Anacélia Gomes de Matos Mota, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Juliana Costa de Abreu, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Sami de Andrade Cordeiro Gadelha, Médico, Serviço de Verificação de Óbito
Márcia Andrade dos Santos Pereira, Assistente Social, Serviço de Verificação de Óbito

O Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) de Fortaleza–CE desempenha papel essencial na determinação da causa básica de morte e no fortalecimento da Vigilância em Saúde. Nesse contexto, o laboratório de histopatologia constitui componente central, sendo diretamente impactado pela qualidade e eficiência dos equipamentos utilizados. Até 2025, o serviço apresentava limitações relacionadas à defasagem tecnológica, evidenciadas pelo elevado tempo de liberação de laudos, variabilidade na qualidade das lâminas e falhas na rastreabilidade das amostras, comprometendo a agilidade e a confiabilidade diagnóstica. Objetivo: Relatar o impacto da modernização dos equipamentos no laboratório de histopatologia do SVO de Fortaleza, considerando aspectos relacionados à qualidade técnica, segurança dos processos e agilidade diagnóstica. Relatar o impacto da modernização dos equipamentos no laboratório de histopatologia do SVO de Fortaleza, considerando aspectos relacionados à qualidade técnica, segurança dos processos e agilidade diagnóstica. A experiência foi desenvolvida ao longo de 2025, a partir da modernização do parque tecnológico do laboratório de histopatologia. Foram incorporados novos equipamentos, incluindo impressoras a laser para identificação de cassetes e lâminas, scanner de lâminas para digitalização em alta resolução, histotécnico a vácuo, placa fria e coradora automática. Paralelamente, houve padronização dos processos laboratoriais e automação de etapas críticas, promovendo maior controle de qualidade, rastreabilidade das amostras e redução da variabilidade técnica. Observou-se redução de cerca de 40% no tempo de processamento (de 15 para 7 dias), com melhora na qualidade das lâminas, evidenciada por melhor preservação tecidual e colorações mais uniformes. O histotécnico a vácuo aumentou a eficiência, a coradora automática garante padronização e o scanner ampliou a análise e revisão diagnóstica. Como resultado, houve maior confiabilidade diagnóstica e mais agilidade no atendimento à Vigilância em Saúde. A modernização do laboratório de histopatologia do SVO de Fortaleza aumentou a eficiência, qualidade e segurança dos processos, reduzindo falhas e tempo de resposta, além de elevar o padrão diagnóstico. A iniciativa teve impacto na qualificação das informações sobre mortalidade e apresenta potencial de replicação em outros serviços de saúde.



INSTRUMENTO DIGITAL COMO ESTRATÉGIA PARA NOTIFICAÇÃO IMEDIATA E FORTALECIMENTO DO MONITORAMENTO DA MORTALIDADE INFANTIL

Amanda Delmondes de Brito, Enfermeira, Superintendência da Região de Saúde Sul
Sálvia Ulisses Santos Miranda, Enfermeira, Superintendência da Região de Saúde Sul
Tonny Medeiros Alves, Fisioterapeuta, Superintendência da Região de Saúde Sul
Cândida Maria Nogueira Ribeiro, Médica Veterinária, Superintendência da Região de Saúde Sul
Ana Bruna Macedo Matos, Enfermeira, Superintendência da Região de Saúde Sul

A mortalidade infantil em menores de 1 ano constitui um importante indicador das condições de saúde e da qualidade da assistência prestada à população. No âmbito da Região de Saúde Sul, embora as ocorrências sejam devidamente registradas no Sistema de Informação de Mortalidade, a disponibilidade dos dados não ocorre de forma imediata, havendo um intervalo temporal entre o registro e o acesso às informações, o que compromete a implementação oportuna das medidas de resposta. Nesse contexto, o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde assume papel estratégico ao criar e dar ampla divulgação a um instrumento digital para a notificação imediata dos óbitos. A iniciativa justifica-se pela necessidade de fortalecer a vigilância dos óbitos, assegurando maior agilidade no conhecimento das informações e articulação com os municípios. Descrever a implementação de um instrumento digital para notificação imediata de óbitos infantis e sua contribuição para o fortalecimento do monitoramento na Superintendência da Região de Saúde Sul. Como estratégia foi elaborado pelo CIEVS, um formulário online, para notificação imediata dos óbitos, contendo informações baseadas na ficha de notificação do SIM tais como, data do nascimento, data do óbito, local de ocorrência, município de residência, nome da criança, nome e idade da mãe, causa básica do óbito, idade gestacional, tipo de parto. De forma complementar ao instrumento, foi criado um grupo no aplicativo WhatsApp, denominado "Vigilância Hospitalar- SRSUL", com a participação de diretores da rede hospitalar, representantes da vigilância hospitalar e municipal, matriciadoras das COADS e do CIEVS Regional, com o objetivo de esclarecer dúvidas e estimular o adequado preenchimento do formulário. As informações recebidas são compartilhadas em tempo real com a Superintendente Regional e rotineiramente apresentadas nas reuniões da Comissão Intergestores Regional, com foco no número de ocorrências, município e causas básica. A utilização desse instrumento tem proporcionado maior agilidade no acesso às informações, possibilitando o monitoramento oportuno, o desencadeamento precoce das investigações e o fortalecimento da tomada de decisão pelos gestores municipais. Com a implantação do formulário, o CIEVS passou a atuar de forma mais ágil na identificação dos casos e na articulação com os municípios, promovendo a qualificação das informações e o acompanhamento das investigações. Foram adotadas estratégias complementares, como apoio técnico contínuo, padronização de fluxos, reuniões periódicas para discussão de casos e capacitações voltadas ao aprimoramento do preenchimento das notificações. O CIEVS também atuou como articulador entre vigilância e assistência, fortalecendo a integração entre os níveis de atenção. Observou-se redução no tempo entre a ocorrência do óbito e sua notificação, passando a ser realizada nas primeiras 24 horas após a ocorrência. Houve melhoria na completude das informações, acesso imediato a variáveis essenciais, como a causa básica do óbito. A utilização do formulário eletrônico associado ao grupo de comunicação no WhatsApp fortaleceu a comunicação interinstitucional, promovendo maior integração entre vigilância epidemiológica, assistência hospitalar e gestão regional. Possibilitou a identificação de



padrões epidemiológicos relevantes, incluindo predominância de causas evitáveis. Por fim, contribuiu para o aprimoramento da tomada de decisão em nível regional, com uso sistemático das informações em espaços de governança, como reuniões da Comissão Intergestores Regional, favorecendo o planejamento de ações mais assertivas e baseadas em evidências. A implementação do instrumento contribui para o aprimoramento da vigilância dos óbitos, ao promover maior agilidade no acesso e na análise das informações. Tal avanço favorece o monitoramento oportuno, o desencadeamento precoce das investigações e a qualificação da tomada de decisão, fortalecendo a capacidade de resposta dos gestores municipais.



O SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS COMO CENÁRIO ESTRATÉGICO DE FORMAÇÃO EM SAÚDE NO SUS CEARÁ

José Luís Paiva de M. Ferreira, Fisioterapeuta, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Kilvia Paula Soares Macedo, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Marcia Andrade dos Santos Pereira, Assistente Social, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Suzyane Cortês Barcelos, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Francisco Daniel Ximenes Araújo, Estudante de Fisioterapia, Centro Universitário Uninta Fortaleza

Thereza Maria Magalhães Moreira, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

O Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) constitui um serviço essencial para a determinação da causa básica de mortes naturais, especialmente em situações sem assistência médica ou com diagnóstico inconclusivo. No Ceará, o SVO desempenha papel estratégico na Vigilância em Saúde ao subsidiar a identificação de riscos, agravos inusitados e padrões de mortalidade, contribuindo para a formulação de políticas públicas. Além dessa função, o serviço apresenta potencial como cenário de prática e formação em saúde. Contudo, historicamente, esse potencial formativo nem sempre foi plenamente visualizado e estruturado, evidenciando a necessidade de organizar e qualificar os processos de integração ensino-serviço-comunidade. Analisar o SVO como cenário estratégico de formação em saúde no SUS Ceará, considerando sua organização, processos de trabalho e potencial para o desenvolvimento de competências técnico-científicas no âmbito da Vigilância em Saúde. A experiência refere-se à organização do processo formativo no SVO, organizado por meio da Unidade de Estudos e Pesquisa (NUEP/SVO), responsável pela articulação da integração ensino-serviço-comunidade. O período analisado compreende os anos de 2022 a 2025. Participam do processo estudantes de graduação, pós-graduação residentes e profissionais de diversas áreas, incluindo principalmente os cursos de Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Farmácia e Biomedicina, além de instituições de ensino parceiras. As estratégias adotadas incluem a estruturação de estágios supervisionados, práticas assistidas, residências em saúde e atividades teórico-práticas voltadas à Vigilância do Óbito. No curso de Medicina, destacam-se as práticas em anatomia e patologia; na Enfermagem, a atuação no núcleo de epidemiologia; no Serviço Social, o desenvolvimento de competências voltadas ao atendimento humanizado; e nas demais áreas, a participação em rotinas laboratoriais e investigativas. Além disso, destaca-se como grande avanço a realização do curso de qualificação em anatomia patológica, com carga horária de 250 horas, voltado a profissionais de nível médio. O processo envolve acompanhamento sistemático, organização pedagógica e integração com as necessidades do SUS e SVO, além de abordar competências pedagógicas e socioemocionais. Entre 2022 e 2025, observou-se ampliação significativa da inserção de estudantes no SVO, com 562 participantes em 2022, 383 em 2023, 685 em 2024 e 826 em 2025, envolvendo 12 instituições de ensino em 2025. Os resultados evidenciam o fortalecimento do SVO como cenário formativo multiprofissional, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e humanizadas. Destaca-se a qualificação dos processos de trabalho, o fortalecimento da Vigilância do Óbito e a ampliação da integração ensino-serviço, além da formação de profissionais mais preparados para atuar em contextos complexos e sensíveis, bem como a ampliação da pesquisa, produção do conhecimento e elaboração de produtos técnicos-científicos, realização de cursos, oficinas e demais processos educativos. A experiência evidencia o potencial do SVO como espaço de formação no SUS. A organização e fortalecimento da Unidade de Estudos e Pesquisa (NUEP/SVO), bem como a expansão de processos educativos, destaca-se como inovação. A iniciativa é replicável e contribui para a qualificação profissional e o fortalecimento da Vigilância em Saúde.



QUALIFICAÇÃO DA VIGILÂNCIA DO ÓBITO POR MEIO DE DASHBOARD: EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS

Felipe Soares Simões, Enfermeiro, Serviço de Verificação de Óbito
Anacélia Gomes de Matos Mota, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Jordana Maia de Oliveira Lima, Enfermeira, Serviço de Verificação de Óbito
Claúdia Natássia Silva Assunção Queiroz, Enfermeira, Serviço de Verificação de Óbito
José Rubens Costa Lima, Médico, Serviço de Verificação de Óbito
Márcia Andrade dos Santos Pereira, Assistente Social, Serviço de Verificação de Óbito

Até o ano de 2023, o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) não dispunha de um núcleo de epidemiologia estruturado, o que limitava a organização dos dados produzidos no serviço e dificultava a visualização integrada das informações ao longo do processo de trabalho. Embora o acesso a dados epidemiológicos seja possível por meio de sistemas oficiais, esses nem sempre refletem, de forma ágil e completa, as etapas operacionais do SVO. Com a estruturação do núcleo de epidemiologia, cuja missão é produzir dados confiáveis e promover maior agilidade e fidelidade das informações, evidenciou-se que a lacuna não estava na ausência de dados, mas na dificuldade de organizá-los e disponibilizá-los de maneira integrada, oportuna e acessível para uso no cotidiano do serviço. Descrever a implementação de um dashboard como ferramenta de apoio à organização e disponibilização dos dados do SVO, com foco na qualificação dos processos de trabalho e no fortalecimento da vigilância de óbitos de importância para a saúde pública. A iniciativa foi implantada em 2024 e amplamente utilizada ao longo de 2025, no âmbito do núcleo de epidemiologia do SVO. A estratégia baseou-se na construção de uma planilha integrada, iniciada na recepção e complementada no núcleo de epidemiologia, reunindo informações de diferentes etapas do processo. A base contempla dados de identificação do falecido, local de residência, local de ocorrência do óbito, realização de necropsia, profissional responsável pelo atendimento, acolhimento familiar, forma de chegada do corpo ao serviço (funerária ou remoção pelo SVO), dados do óbito (data, hora e local), registros de exames, notificações de agravos, causa básica do óbito, além da situação do laudo e possíveis alterações após sua conclusão. Essa estrutura permitiu a consolidação das informações em uma base única, continuamente atualizada, que alimenta o dashboard. Por meio dessa ferramenta, informações anteriormente dispersas passaram a ser disponibilizadas de forma ágil e visual, incluindo número de atendimentos, quantidade de necropsias, distribuição por sexo e faixa etária, entre outros indicadores operacionais. Embora o status dos laudos ainda não esteja incorporado ao painel, essa informação já integra a base estruturada, podendo ser futuramente incluída na ferramenta. Destaca-se a melhoria na organização dos dados e na fluidez dos processos de trabalho, com redução do tempo despendido na busca e compilação de informações e maior agilidade na visualização dos dados necessários ao acompanhamento das atividades. A disponibilização integrada e em tempo oportuno favoreceu a rotina da equipe, tornando o processo de trabalho mais eficiente e menos dependente de registros fragmentados. Ademais, o uso do dashboard promoveu maior padronização das informações e melhor articulação entre as etapas do fluxo, contribuindo para a qualificação dos dados de mortalidade e para o fortalecimento da vigilância de óbitos de importância para a saúde pública. A utilização do dashboard mostrou-se uma experiência exitosa, ao qualificar a organização e o acesso ágil às informações, melhorando os processos de trabalho no SVO. Trata-se de uma estratégia simples e replicável, que fortalece a vigilância em saúde por meio da qualificação dos dados sobre óbitos.



QUALIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE POR INVESTIGAÇÃO DE ÓBITOS NA APS EM MORADA NOVA-CE

Mara Sâmia Félix Lopes, Graduação em Enfermagem, Secretaria da Saúde
Dielly Anny Medeiros Maia, Graduação em Enfermagem, Secretaria da Saúde
Yuliana de Castro Ponciano S. Lima, Graduação em Odontologia, Secretaria da Saúde
João Helosmam Pereira de S. Filho, Graduação em Medicina, Atenção Primária à Saúde
Ana Queila Nobre Rabelo, Agente Administrativo, Secretaria da Saúde
Priscilla Régia Nogueira Nântua, Graduação em Enfermagem, Secretaria da Saúde

A qualificação das informações sobre mortalidade é essencial para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações no Sistema Único de Saúde. O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), principal fonte de dados sobre óbitos no Brasil, ainda apresenta limitações quanto às causas mal definidas, comprometendo a análise epidemiológica. Em Morada Nova-CE, identificou-se a necessidade de fortalecer a investigação de óbitos, diante do elevado número de registros com causas mal definidas em 2024. Em 2025, iniciaram-se análises sistemáticas das Declarações de Óbito, com foco na qualificação dos dados. O processo envolveu Vigilância em Saúde, Atenção Primária e Comissão de Investigação de Óbitos, promovendo investigação epidemiológica, análise técnica e integração entre serviços. Objetivo geral: Descrever a investigação de óbitos como estratégia de qualificação das informações sobre mortalidade em Morada Nova-CE. Objetivos específicos: Identificar óbitos com causas mal definidas ou inconsistências no SIM; Realizar investigação com apoio da APS; Reclassificar as causas básicas de morte; Integrar a Vigilância em Saúde e a APS; Qualificar os dados para subsidiar o planejamento em saúde. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido pela Vigilância em Saúde de Morada Nova-CE, no período de 2024 a 2025. Inicialmente, realizou-se o monitoramento das Declarações de Óbito registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), com identificação de inconsistências e de causas mal definidas. Os casos selecionados foram investigados com apoio da equipe da Atenção Primária à Saúde, por meio da análise de prontuários, coleta de informações nas unidades de saúde e, quando necessário, realização de visitas domiciliares. Posteriormente, os casos foram discutidos na Comissão de Investigação de Óbitos, responsável pela análise técnica e definição da causa básica, conforme diretrizes do Ministério da Saúde. O processo envolveu a organização de fluxos, utilização de instrumentos padronizados e articulação entre vigilância e APS, garantindo a qualificação e atualização dos registros no sistema oficial. Entre 2024 e 2025, foram registrados 1.051 óbitos em Morada Nova-CE (530 em 2024 e 521 em 2025). Em 2024, dos 48 óbitos por causas mal definidas, 37 (77,1%) foram reclassificados após investigação, enquanto 11 (22,9%) permaneceram sem definição, com 44 registros qualificados. Em 2025, dos 46 óbitos, 36 (78,3%) foram reclassificados e 10 (21,7%) mantidos, totalizando 38 qualificados. Observou-se redução na proporção de causas mal definidas, de 9,1% para 8,8%. Os resultados evidenciam elevada resolutividade do processo investigativo, com reclassificação superior a 77% em ambos os anos, além de impacto direto na qualidade da informação, fortalecendo a vigilância epidemiológica e subsidiando o planejamento e a tomada de decisão no SUS. A investigação de óbitos mostrou-se estratégia efetiva para qualificar a mortalidade em Morada Nova-CE, reduzindo causas mal definidas e melhorando a consistência dos dados. A integração entre Vigilância em Saúde, APS e Comissão foi decisiva, com potencial de replicação e fortalecimento da gestão no SUS.



QUALIFICAÇÃO DE ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNA INDETERMINADAS EM FORTALEZA

Edna da Silva Albuquerque, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
Aricia Pereira Capistrano Silveira, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
Maria Tereza e Lima Ferreira, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
José Alexandre Gomes Pereira, Gestão Hospitalar, CEINFA/ COVIS/SMS
Giovana Ciarlini Varandas Sales, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
Angelita Coelho Santos, Fisioterapeuta, CEINFA/COVIS/SMS

As causas externas englobam diferentes formas de violência e acidentes, como homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, quedas e afogamentos, configurando importante problema de saúde pública no Brasil. No município de Fortaleza, observou-se elevado número de óbitos por causas externas classificados como indeterminados (CID-10 Y10 a Y34), relacionados a informações incompletas nas Declarações de Óbito emitidas pela Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), especialmente quanto às circunstâncias da morte. Essa situação compromete a qualidade da codificação no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e dificulta a análise epidemiológica. Diante disso, a CEINFA estruturou ações de investigação para qualificação desses registros. O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência da CEINFA na implementação de ações voltadas à qualificação dos óbitos por causas externas inicialmente classificados como indeterminados, bem como identificar a intencionalidade desses óbitos por meio de busca ativa em diferentes fontes, aprimorar a codificação no SIM e qualificar as informações para subsidiar o planejamento em saúde. Trata-se de um relato de experiência sobre a investigação de óbitos por causas externas indeterminadas no município. Inicialmente, foi realizado levantamento no banco de dados do SIM para identificação dos registros classificados como Y10 a Y34. Em seguida, procedeu-se à busca ativa em múltiplas fontes de informação, incluindo prontuários hospitalares, sistema Galileu da PEFOCE, Plataforma VIDA da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) e registros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). As informações obtidas possibilitaram a reavaliação das circunstâncias e da intencionalidade dos óbitos, promovendo a atualização e qualificação da codificação no sistema oficial. O processo envolveu articulação interinstitucional e padronização do fluxo de investigação e reclassificação dos casos. No ano de 2025, foram investigadas e reclassificadas 1.867 Declarações de Óbito inicialmente registradas como causas externas indeterminadas. Após análise das fontes complementares, identificaram-se 844 homicídios, 806 acidentes de trânsito, 167 suicídios e 50 outros acidentes, incluindo afogamentos, quedas e intoxicações exógenas. A estratégia possibilitou redução significativa dos registros inespecíficos, além de promover melhoria na qualidade da informação e maior fidedignidade do perfil de mortalidade por causas externas no município. A experiência evidenciou que a busca ativa e a investigação sistematizada são essenciais para qualificar óbitos por causas externas indeterminadas. A reclassificação fortalece a confiabilidade das estatísticas e subsidia a formulação de políticas públicas mais efetivas, reforçando o papel da vigilância em saúde e seu poder interinstitucional.



QUALIFICAÇÃO EM LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS DE IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO SVO EM PARCERIA COM A ESP/CE

Márcia Andrade dos Santos Pereira, Assistente Social, Serviço de Verificação de Óbito
Anacélia Gomes de Matos Mota, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Débora Mara Bezerra Mendonça, Psicóloga, Escola de Saúde Pública do Ceará
Deborah Nunes de Melo, Médica, Serviço de Verificação de Óbito
Monalisa Barbosa Monteiro Dias, Biomédica, Serviço de Verificação de Óbito
Juliana Costa de Abreu, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito

A verificação de óbitos de importância para a saúde pública exige integração entre assistência, diagnóstico laboratorial e vigilância do óbito, sendo este último fundamental para a elucidação das causas de morte e qualificação das informações em saúde. Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde (EPS) destaca-se como estratégia estruturante para o desenvolvimento de competências, qualificação dos processos de trabalho e fortalecimento da rede de vigilância. A capacitação de profissionais de laboratório de patologia, orientada pelos princípios da EPS, torna-se essencial para ampliar a resolutividade diagnóstica e a qualidade da informação sobre mortalidade. Relatar a experiência do curso de qualificação em laboratório de anatomia patológica promovido pelo Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), em parceria com a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), destacando sua contribuição para o fortalecimento da verificação de óbitos de importância para a saúde pública, à luz da Educação Permanente em Saúde. Trata-se de um relato de experiência referente à realização de curso de qualificação voltado a profissional de laboratório de patologia da rede da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA). A iniciativa partiu do SVO, por meio de sua Unidade de Estudo e Pesquisa, que elaborou o plano de ação para estruturação e fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento dos trabalhadores da Rede SESA, fundamentado nos princípios da Educação Permanente em Saúde. A ação contou com apoio integral da SESA/CE, por meio de sua Coordenadoria de Políticas de Educação, Trabalho e Pesquisa em Saúde (COEPS), e foi desenvolvida em parceria com a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE). O curso foi realizado no período de 19 de agosto a 02 de dezembro de 2025, com carga horária total de 250 horas, contemplando atividades teóricas e práticas. As aulas teóricas ocorreram na ESP/CE, enquanto o estágio supervisionado foi totalmente desenvolvido no laboratório de patologia do SVO, promovendo integração ensino-serviço e aprendizagem significativa a partir do cotidiano de trabalho. A matriz curricular incluiu conteúdos relacionados à coleta, acondicionamento e processamento de amostras biológicas, técnicas laboratoriais em patologia, biossegurança, fluxo de investigação de óbitos e interface com a vigilância em saúde, além da qualificação da definição da causa básica de óbito. Participaram da capacitação 19 profissionais de diferentes unidades da rede SESA Ceará. A qualificação, orientada pela Educação Permanente em Saúde, fortaleceu competências técnicas e críticas, resultando em melhor padronização de fluxos, aprimoramento das práticas laboratoriais e maior integração entre os serviços. Houve aumento do engajamento profissional, da corresponsabilização e da qualidade dos dados de mortalidade, contribuindo para análises epidemiológicas mais precisas e apoio à tomada de decisão em saúde pública. A experiência demonstra que a qualificação em laboratório de patologia, baseada na Educação Permanente em Saúde e na articulação interinstitucional, fortalece a verificação de óbitos, amplia a capacidade técnica da rede, integra ensino e serviço e qualifica a informação em saúde, reforçando o papel estratégico do SVO na vigilância em saúde.



RASTREABILIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE DECLARAÇÕES DE NASCIDOS VIVOS E ÓBITOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA REDUÇÃO DE EXTRAVIO DOCUMENTAL EM FORTALEZA

Aricia Pereira Capistrano Silveira, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
Maria Tereza de Lima Ferreira, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
Giovana Ciarlini Varandas Sales, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
Edna da Silva Albuquerque, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
Angelita Coelho dos Santos, Enfermeira, CEINFA/COVIS/SMS
José Alexandre Gomes Pereira, gestão em Saúde, CEINFA/COVIS/SMS

O controle da distribuição das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) e das Declarações de Óbito (DO) é essencial para garantir segurança documental, rastreabilidade e qualidade das informações que alimentam o SINASC e o SIM. Em Fortaleza, o alto volume de declarações exigiu a implantação de um monitoramento sistematizado da entrada e saída desses documentos. Nesse contexto, foi estruturado um gabarito eletrônico para controle de numeração, registro e acompanhamento das declarações distribuídas e utilizadas. A iniciativa teve como público-alvo unidades notificadoras e equipes responsáveis pelo fluxo das DNV e DO, visando reduzir extravios, evitar uso inadequado e qualificar a gestão da informação em saúde. Analisar a importância do gabarito eletrônico no controle da entrada e saída das DNV e DO, destacando sua contribuição para organização, rastreabilidade e qualidade das informações. Identificar sua função, descrever o fluxo, reforçar a importância do registro adequado, prevenir erros, perdas e duplicidades e relacioná-lo aos sistemas oficiais de informação em saúde. Trata-se de relato de experiência sobre a implantação de instrumento eletrônico de monitoramento da distribuição das DNV e DO. O gabarito eletrônico foi estruturado para registrar a numeração sequencial das declarações entregues às unidades de saúde, permitindo acompanhar recebimento, utilização, pendências e devoluções. O fluxo contempla registro da unidade solicitante, intervalo numérico distribuído, data de entrega e status da utilização. O acompanhamento sistemático possibilita identificar inconsistências, lacunas numéricas e possíveis extravios, além de subsidiar ações corretivas. A estratégia envolveu padronização do processo de distribuição, capacitação das equipes, definição de responsabilidades e monitoramento contínuo dos indicadores de extravio, promovendo maior responsabilização pelo fluxo documental. Após a implantação do instrumento de controle, observou-se redução progressiva do extravio de DNV e DO no município. O índice, que em 2004 alcançava 34%, foi reduzido para aproximadamente 1/1000 declarações distribuídas, evidenciando melhoria significativa na segurança documental e na organização do processo. Após a implantação do instrumento de controle, observou-se redução progressiva do extravio de DNV e DO no município. O índice, que em 2004 alcançava 34%, foi reduzido para aproximadamente 1/1000 declarações distribuídas, evidenciando melhoria significativa na segurança documental e na organização do processo. O gabarito eletrônico consolidou-se como estratégia eficaz na gestão das DNV e DO em Fortaleza, promovendo controle, rastreabilidade e redução de extravios. Apresenta potencial de replicação por ser de baixo custo e alto impacto, fortalecendo a segurança do processo e a qualidade da informação.



TRANSFORMAÇÃO DE DADOS EM INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM USO DE BUSINESS INTELLIGENCE NO MONITORAMENTO DA MORTALIDADE HOSPITALAR

Joana Angélica Melo do Carmo, Enfermeira do Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE) do HRVJ

Ângela Monic Lima de Souza, Enfermeira na Central de Material e Esterilização do HRVJ

A análise da mortalidade hospitalar constitui um importante indicador para avaliação da qualidade da assistência e para o apoio à tomada de decisão no âmbito da Vigilância em Saúde. Entretanto, a fragmentação dos dados e a dificuldade de acesso a informações consolidadas dificultam a identificação oportuna de padrões epidemiológicos e a definição de prioridades de intervenção. Em um hospital de referência para trauma e politrauma no estado do Ceará, observava-se a oportunidade de fortalecer o uso estratégico dessas informações, o que motivou a implementação de uma ferramenta de Business Intelligence (BI) para qualificar o monitoramento dos óbitos. O objetivo deste estudo é relatar a experiência da implantação de um painel de BI para análise do perfil de mortalidade hospitalar, visando fortalecer a vigilância epidemiológica e subsidiar a gestão na tomada de decisões. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no ano de 2025, no âmbito do Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE). Foi construído um painel interativo a partir da consolidação de dados de óbitos hospitalares, organizados por período de ocorrência, causas básicas (CID-10), perfil demográfico (idade, sexo e município de residência), setor de ocorrência e classificação dos óbitos de acordo com o tempo de internação (maior ou menor de 24 horas) incluindo causas externas e evitáveis. A ferramenta possibilita análise dinâmica por meio de filtros interativos, facilitando a visualização e a interpretação dos dados. O painel passou a ser utilizado em reuniões com gestores e equipes assistenciais, integrando o processo de monitoramento e planejamento das ações em saúde. Como principais resultados, destacam-se a organização e a centralização das informações de mortalidade, anteriormente dispersas, bem como a maior agilidade na análise dos dados. A ferramenta possibilitou a identificação de padrões epidemiológicos relevantes, como a predominância de causas externas e de grupos etários mais acometidos, subsidiando ações mais direcionadas, além da possibilidade da análise de dados realizada por diversas combinações (ex: n de óbitos de pessoas de cor parda residentes no município X, ou por n de óbitos de mulheres em idade fértil sem escolaridade do município Y). A experiência demonstrou que o uso de BI constitui uma estratégia inovadora e eficaz para transformar dados em informações estratégicas na Vigilância em Saúde, com potencial de replicabilidade. Conclui-se que a iniciativa contribuiu para a qualificação do monitoramento da mortalidade hospitalar, fortalecimento da atuação do NHE e apoio à gestão.



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO: IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DE SCANNER DE LÂMINAS NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Deborah Nunes de Melo, Médica, Serviço de Verificação de Óbito
Monalisa Barbosa Monteiro Dias, Biomédica, Serviço de Verificação de Óbito
Anacélia Gomes de Matos Mota, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Juliana Costa de Abreu, Farmacêutica, Serviço de Verificação de Óbito
Sami de Andrade Cordeiro Gadelha, Médico, Serviço de Verificação de Óbito
Márcia Andrade dos Santos Pereira, Assistente Social, Serviço de Verificação de Óbito

A incorporação de tecnologias digitais na patologia tem ampliado a capacidade diagnóstica e a integração entre serviços de saúde. No âmbito dos Serviços de Verificação de Óbito (SVO), a digitalização de lâminas histológicas destaca-se como estratégia para qualificar a análise, viabilizar a segunda opinião diagnóstica e fortalecer a Vigilância em Saúde, especialmente na investigação de óbitos de relevância epidemiológica. Considerando o papel central do laboratório de histopatologia na elucidação da causa básica de morte — sobretudo em casos complexos ou inicialmente indefinidos, a patologia digital contribui para maior acurácia diagnóstica e melhor articulação entre as equipes. Relatar a experiência de implantação do scanner de lâminas no laboratório de patologia do SVO Dr. Rocha Furtado, destacando suas contribuições para a qualificação diagnóstica de óbitos de importância em saúde pública, fortalecimento da vigilância e integração ensino-serviço. A experiência foi desenvolvida ao longo de 2025, no SVO de Fortaleza-CE, envolvendo equipe laboratorial, médicos patologistas e residentes. Foi implantado um scanner de lâminas para digitalização de cortes histológicos em alta resolução, precedido de capacitação da equipe quanto ao uso do equipamento, armazenamento e compartilhamento das imagens. As lâminas digitalizadas passaram a ser armazenadas em plataforma específica, permitindo acesso remoto, análise em ambiente virtual e discussão ampliada dos casos. A ferramenta foi incorporada à rotina diagnóstica, com ênfase em óbitos de relevância para a saúde pública, possibilitando revisão de casos, comparação entre padrões histopatológicos, construção coletiva do diagnóstico e formação de um acervo digital estruturado. Também foi amplamente utilizada em atividades de ensino, discussões interinstitucionais e educação permanente. A digitalização das lâminas trouxe mais agilidade à análise, ampliou o acesso a especialistas via telepatologia e melhorou a qualidade diagnóstica, especialmente durante as sessões anatomoclínicas e em casos complexos. Houve maior acurácia na definição da causa de morte, redução de discordâncias e fortalecimento das discussões técnico-científicas, com maior integração entre ensino e serviço. Além disso, a ferramenta contribuiu para a Vigilância em Saúde e facilitou o acesso a material para ensino. A implantação do scanner de lâminas no SVO mostrou-se uma estratégia viável e inovadora, com impacto na qualificação da verificação de óbitos de importância em saúde pública. A patologia digital ampliou a capacidade investigativa, fortaleceu a integração entre ensino e serviço e contribuiu para o aprimoramento da Vigilância em Saúde.



VIGILÂNCIA DO ÓBITO: CAMINHOS PARA A QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO E REDUÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS

Rosimary da Silva Barbosa, Tecnóloga em Alimentos, SMS de Itaiçaba/CE

Isadora Lorena da Silva Fidelis Savir, Enfermeira, SMS de Itaiçaba/CE

Tiago Araujo Silva Barros, Auxiliar administrativo, SMS de Itaiçaba/CE

A vigilância do óbito constitui uma importante estratégia de gestão em saúde pública, pois permite conhecer o perfil de mortalidade da população, identificar causas evitáveis e subsidiar o planejamento de ações de prevenção, promoção e assistência à saúde. A qualidade das informações registradas nas DO e alimentadas nos SIM é fundamental para a produção de indicadores epidemiológicos confiáveis e para a tomada de decisão pela vigilância em saúde municipal de pequeno porte, Ceará. Entretanto, persistem desafios relacionados ao preenchimento inadequado das DO, inconsistências nos registros, subnotificação, CMD e fragilidades no fluxo de investigação e encerramento dos óbitos. Assim, a VO torna-se essencial para qualificar dados, fortalecer a integração entre os setores e além de reduzir falhas que comprometem a análise da situação de saúde. Descrever a experiência de fortalecimento da vigilância do óbito como estratégia para qualificação das informações em saúde e redução de inconsistências nos registros de mortalidade. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no contexto da vigilância em saúde municipal, com foco no acompanhamento, monitoramento e qualificação dos registros de óbitos no SIM. A experiência ocorreu de janeiro a dezembro de 2025, em Itaiçaba-CE, envolvendo profissionais da Vigilância, Atenção Primária à Saúde, setor hospitalar, cartórios e gestão municipal. Inicialmente, foi realizado um diagnóstico situacional dos registros de óbitos, identificando inconsistências frequentes como campos incompletos, divergências entre causa básica e causa terminal, causas mal definidas. A partir desse levantamento, foi construída uma estratégia de intervenção voltada para a qualificação do processo de trabalho. As ações incluíram reuniões técnicas com as equipes responsáveis pelo fluxo da informação, revisão dos protocolos de investigação, monitoramento sistemático das pendências e atualização constante da planilha eletrônica para acompanhamento mensal dos óbitos notificados, permitindo identificar avanços e redirecionar estratégias quando necessário. Essa planilha permitiu identificar prazos, responsáveis, status da investigação e necessidade de correções, favorecendo maior controle e rastreabilidade das informações, dos 51 óbitos de residência. Promoveu-se oficinas de educação permanente com médicos, enfermeiros e profissionais da vigilância, abordando o correto preenchimento da DO, a importância epidemiológica da informação e os impactos dos erros de registro para os indicadores de saúde, sobretudo, a proporção de registro de óbitos com causa básica definida no painel de Indicadores estratégicos de Vigilância em Saúde/SESA e do PQAVS do MS. Houve ainda articulação com o cartório para regularidade no envio das informações. A metodologia adotada baseou-se na análise documental dos registros do SIM, observação do processo de trabalho e monitoramento contínuo dos indicadores relacionados à completude e consistência dos dados. Apresentou significativa melhoria na qualidade dos registros de mortalidade e no fortalecimento da vigilância do óbito no município. Redução das inconsistências relacionadas ao preenchimento incompleto das DO, maior agilidade no encerramento das investigações e diminuição dos casos com causas mal definidas, a saber: 29, 4% (n=15) dos óbitos investigados, sendo 7,4%(n=4) com CB R99 atestado pelo IML/Russas/CE. Fortalecimento da comunicação e maior integração entre vigilância epidemiológica, atenção primária e rede hospitalar. As capacitações contribuíram para ampliar o



conhecimento dos profissionais sobre a importância da correta causa do óbito, promovendo maior responsabilização no preenchimento dos documentos e melhor compreensão do impacto dessas informações para o planejamento em saúde. Verificou-se 100% de óbitos com causas definidas e suporte mais qualificado para tomada de decisão. Investir na vigilância do óbito fortalece os indicadores epidemiológicos, ações mais resolutivas e o cuidado integral à população. Demonstrou que intervenções simples, acessíveis e adaptadas à realidade local podem gerar impactos relevantes na qualidade da informação e na efetividade das ações de vigilância em saúde.



9º Vigilância
Seminário Estadual de Saúde^{em}



Eixo
**Vigilância Ambiental
e Saúde do Trabalhador**

A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR COMO APOIO MATRICIAL NA ORGANIZAÇÃO DO CUIDADO: EXPERIÊNCIA EM MAURITI-CE

Argemiro José de Sousa neto, enfermeiro, Vigilância Ambiental e de Saúde do Trabalhador
Marta Garceza Figueiredo Leite, Assistente social, Coordenadoria Vigilância Epidemiológica
Ailla Suelle Rodrigues Brandão, Enfermeira, Agente comunitária de saúde
Rian Saraiva de oliveira, Enfermeiro, Vigilância em Saúde
Maria Das dores Felipe de Lacerda Oliveira, Enfermeira, Epidemiologia hospitalar
Monica de Sousa Oliveira, Fisioterapeuta, Atenção Primária à Saúde

A Vigilância em Saúde do Trabalhador apresenta desafios importantes relacionados à subnotificação de agravos, à fragmentação das ações e à limitada inserção no cotidiano dos serviços de saúde. No município de Mauriti-CE, esse cenário evidenciou a necessidade de fortalecer a atuação dessa área, ampliando sua integração com a rede assistencial e qualificando o cuidado ofertado aos trabalhadores. Considerando as características produtivas do território e os riscos ocupacionais presentes nas diferentes atividades desenvolvidas, torna-se fundamental incorporar a dimensão trabalho-saúde nas práticas das equipes, promovendo uma abordagem mais integral, resolutiva e alinhada às necessidades locais identificadas. Descrever a atuação da Vigilância em Saúde do Trabalhador como apoio matricial às equipes da Atenção Primária, evidenciando seu papel na integração dos serviços, na troca de saberes e na construção compartilhada do cuidado. Destaca-se a contribuição para qualificar as práticas assistenciais, ampliar a identificação de agravos relacionados ao trabalho e fortalecer as ações de vigilância no território, promovendo cuidado integral ao trabalhador. A experiência foi desenvolvida ao longo de 2025, com a participação integrada de profissionais da Atenção Primária à Saúde, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador, fortalecendo a atuação intersetorial no território. As ações foram organizadas a partir da lógica do apoio matricial, promovendo a aproximação entre vigilância e assistência e favorecendo a construção de práticas mais integradas e resolutivas no cuidado aos trabalhadores. Foram realizados processos de educação permanente, incluindo rodas de conversa, oficinas e discussões de casos, com foco na qualificação da identificação, notificação e manejo dos agravos relacionados ao trabalho. Esses momentos possibilitaram a troca de saberes entre as equipes, contribuindo para ampliar o olhar dos profissionais sobre a relação entre saúde e trabalho, além de incentivar a incorporação dessa temática no cotidiano dos serviços. De forma complementar, foram construídos coletivamente fluxos de atendimento e encaminhamento, visando organizar a rede de atenção e garantir maior resolutividade às demandas identificadas. Também foram realizadas visitas técnicas aos territórios produtivos, permitindo reconhecer os principais riscos ocupacionais presentes nas atividades locais, como exposição a agentes químicos, físicos e biológicos, além de condições inadequadas de trabalho. Essas visitas subsidiaram orientações às equipes quanto às medidas de prevenção, promoção e vigilância, contribuindo para intervenções mais assertivas e contextualizadas. A experiência promoveu o fortalecimento da articulação entre vigilância e assistência, ampliando a capacidade de resposta do sistema de saúde e contribuindo para a construção de um cuidado mais integral, qualificado e alinhado às necessidades dos trabalhadores no território. Houve aumento significativo na identificação, notificação e registro de agravos relacionados ao trabalho, refletindo maior sensibilidade das equipes para essa temática. Observou-se também melhoria na condução dos casos acompanhados, com abordagens mais qualificadas, resolutivas e alinhadas às necessidades dos



trabalhadores. As equipes passaram a considerar de forma mais sistemática a relação entre trabalho e saúde durante o atendimento, incorporando essa análise no processo de cuidado. Esse avanço contribuiu para intervenções mais precoces e efetivas, reduzindo a subnotificação e ampliando a vigilância sobre os riscos ocupacionais no território. Além disso, houve fortalecimento da integração entre os diferentes pontos da rede de atenção à saúde, com maior articulação entre vigilância e assistência. Destaca-se ainda o alinhamento dos fluxos de atendimento e encaminhamento. A atuação da Vigilância em Saúde do Trabalhador como apoio matricial contribuiu para a qualificação do cuidado e para o fortalecimento da Vigilância em Saúde no município. A experiência demonstra a importância de estratégias que promovam a integração entre saberes e práticas, favorecendo a incorporação da temática no cotidiano dos serviços.



ANÁLISE DOS ACIDENTES DE TRABALHO COM MATERIAL BIOLÓGICO ENTRE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A COADS BATURITÉ

Kátia Cilene Andrade Carvalho Mesquista, Enfermeira, COADS Baturité
Maria Fátima Ferreira de Oliveira, Enfermeira, COADS Baturité
Silvana Soares de Souza, Administradora, COADS Baturité
Otávio Leopoldino Machado, Analista de Sistema, COADS Baturité
Patrícia de Souza Fraga, Assistente Social, COADS Baturité
Felipe Salviano Ramos, Psicólogo, COADS Baturité

A vigilância das doenças e agravos relacionados ao trabalho (DART) constitui um importante componente da saúde pública ocupacional, permitindo identificar e monitorar eventos como acidentes de trabalho. Os acidentes de trabalho com material biológico são um agravo e são considerados um problema de saúde pública. Os profissionais de saúde, como técnicos de enfermagem, apresentam uma maior exposição ocupacional em acidentes com material biológico. O contato direto e frequente com o paciente pode proporcionar uma maior vulnerabilidade. Nesse contexto, a análise das notificações dos acidentes com material biológico proporciona uma compreensão dos municípios da região da COADS Baturité, tornando-se essencial compreender esse perfil dos eventos para subsidiar as ações de vigilância em saúde do trabalhador. Analisar os acidentes de trabalho com material biológico com profissionais técnicos de enfermagem nos municípios da COADS Baturité, através do Sistema de Notificação de Agravos de Notificação – SINAN. A experiência aconteceu na COADS Baturité, no setor de vigilância em saúde, na área da saúde do trabalhador e da trabalhadora, a consolidação dos dados ocorreu em dezembro de 2025, sendo realizado um estudo documental e descritivo. A COADS Baturité abrange oito municípios, que são: Aratuba, Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu e Pacoti. A região tem uma população estimada de 138.884 pessoas. Foram analisadas as fichas de notificações do SINAN de 2025, onde os profissionais técnicos de enfermagem tiveram algum acidente de trabalho com material biológico. Foram identificadas 6 notificações de acidentes de trabalho por material biológico nas diversas unidades de saúde na COADS Baturité, na ocupação de Técnico de Enfermagem. A predominância de 100% do sexo feminino com faixa etária de 50 a 64 anos. Destaca-se o vínculo empregatício de 80% dos cooperados. A circunstância do acidente foi de 100% por punção venosa, agente causador: agulha com lúmen. Situação vacinal do acidentado: 90% vacinado contra Hepatite B e 10% ignorado. Os resultados de exames dos acidentados (anti – HIV; Anti – HbsAg; Anti – HBs) foram negativos, em 100% das notificações não houve emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT). Observou-se os seguintes resultados: Outro esquema com ARV (01) 10%, recusou-se a realizar a quimioprofilaxia indicada (01) 10%, encaminhado ao serviço especializado (01) 10%, Sem indicação de quimioprofilaxia (02) 60% e Ignorado (01) 10%. A análise dos registros do agravo na região da COADS Baturité evidencia a importância de fortalecer as ações na vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Recomenda-se a construção de um painel digital de monitoramento local de DART, com mapas de risco, integração de dados de acidentes de trabalho e a educação permanente.



APOIO INSTITUCIONAL NA QUALIFICAÇÃO DOS REGISTROS EM SAÚDE DO TRABALHADOR: EXPERIÊNCIA DO CERESTA REGIONAL LIMOEIRO DO NORTE, CEARÁ

Anny Carlene Freitas Guerreiro, Enfermeira, Ceresta
Fabíola Maria de Girão Lima, Veterinária, Ceresta
Luzia Thaisy Silveira Sousa, Enfermeira – Ceresta
Regina Cláudia de Oliveira, Assistente Social, Ceresta
Antônia Márcia Xavier, Psicóloga, Ceresta
Marcia Lucia de Oliveira Gomes, Dentista, COADS Russas

A Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Visat) depende da produção de dados qualificados para subsidiar o planejamento, monitoramento e a tomada de decisão das ações no Sistema Único de Saúde (SUS). Na Região Litoral Leste Jaguaribe, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental (Ceresta) Zé Maria do Tomé identificou fragilidades na padronização dos registros de procedimentos nos sistemas SIA/SUS e e-SUS APS, evidenciadas por sub-registros e inconsistências técnicas. Esse cenário compromete a análise situacional e a visibilidade das doenças e dos agravos relacionados ao trabalho, justificando a necessidade de intervenção voltada à qualificação da informação em saúde. Uniformizar as orientações técnicas para o registro de procedimentos em saúde do trabalhador nos sistemas de informação do SUS visando qualificar a produção de dados epidemiológicos e ambulatoriais, melhorar a análise situacional e a tomada de decisão em saúde do trabalhador nos municípios da área de abrangência do Ceresta. A experiência foi desenvolvida em novembro de 2025, no município de Limoeiro do Norte, utilizando o apoio institucional em saúde como estratégia central. A ação foi realizada pela equipe técnica do Ceresta, em parceria com a Coordenadoria Regional de Saúde de Russas, envolvendo Referências Técnicas em Saúde do Trabalhador, coordenações da Atenção Primária à Saúde e profissionais responsáveis pelos sistemas de informação (SINAN, SIM, SIA/SUS e e-SUS APS) de 16 municípios da região. As atividades consistiram em reunião formativa com abordagem teórico-prática, orientando a correta aplicação de códigos de procedimentos específicos de saúde do trabalhador, conforme normativas vigentes contidas na portaria nº1187 de 27/12/2023. Foram utilizados estudos de casos do território para discutir o estabelecimento do nexos causal e a importância do registro qualificado. A estratégia priorizou a integração entre vigilância e assistência, promovendo alinhamento de fluxos e fortalecimento do processo de trabalho. Como resultados imediatos, houve maior sensibilização das equipes quanto à importância do registro adequado das informações. Observou-se adesão de 75% dos municípios (12/16), com participação de 39 profissionais. Após a intervenção, 62,5% dos municípios passaram a registrar corretamente os códigos de procedimentos nos sistemas de informação, reduzindo inconsistências técnicas e ampliando a qualidade dos dados. Houve uma redução de inconsistências técnicas e uma ampliação das notificações de doenças e agravos permitindo uma análise mais qualificada do perfil de morbimortalidade local. A iniciativa também fortaleceu o diálogo intersetorial, promoveu maior integração entre equipes e contribuiu para a padronização dos fluxos de registro, anteriormente fragmentados. A qualificação dos sistemas de informação mostrou-se fundamental para fortalecer a Visat. O apoio institucional destacou-se como estratégia inovadora, promovendo integração, corresponsabilização e melhoria dos processos. A experiência apresentou impactos positivos na qualidade da informação e possui alto potencial de replicabilidade no SUS.



ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL FRENTE A DESASTRE TECNOLÓGICO: RESPOSTA A INCÊNDIO EM DEPÓSITO DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Suely Torquato Ribeiro
Isabelly Damasceno Ponte

Os desastres tecnológicos, como incêndios em áreas de armazenamento de resíduos, representam importantes ameaças à saúde pública devido à liberação de poluentes atmosféricos, risco de intoxicações e impactos sociais imediatos. No município de Sobral, a ocorrência de um incêndio em um galpão de depósito de resíduos evidenciou a necessidade de resposta rápida, articulada e intersetorial. A Vigilância em Saúde Ambiental possui papel estratégico na identificação, monitoramento e mitigação dos riscos decorrentes desses eventos, atuando de forma integrada com diversos setores. Nesse contexto, destaca-se a importância do Vigi-Desastre como ferramenta orientadora das ações frente a emergências ambientais. Relatar a atuação da Vigilância em Saúde Ambiental frente a um desastre tecnológico, destacando a organização da resposta intersetorial, a implementação do Centro de Operações de Emergência (COE) e a participação de atores parceiros na proteção da população exposta. Trata-se de um relato de experiência referente à resposta a um incêndio ocorrido em galpão de armazenamento de resíduos, com potencial de exposição da população a fumaça tóxica e outros contaminantes ambientais. Como estratégia de resposta, foi instituído um Centro de Operações de Emergência (COE), com atuação integrada de diversos atores, incluindo: Vigilância em Saúde (Ambiental, Epidemiológica e Sanitária); Assistência à saúde (médicos, enfermeiros e equipes da Atenção Primária); Defesa Civil; Corpo de Bombeiros Militar; Assistência Social (responsável pelo acolhimento e apoio às famílias); Gestão municipal (secretarias e coordenações estratégicas); Equipes de apoio logístico e transporte. As principais ações desenvolvidas incluíram: Monitoramento ambiental da área atingida e avaliação dos riscos à saúde; Identificação, cadastro e acompanhamento da população exposta; Organização de fluxo assistencial para atendimento de casos com sintomas respiratórios e outras intercorrências; Implantação de alojamento temporário para famílias diretamente impactadas, com suporte da assistência social; Ações educativas sobre os riscos da exposição à fumaça e medidas de proteção; Ativação das diretrizes do VigiDesastre, com registro, monitoramento e acompanhamento da ocorrência. A Vigilância em Saúde Ambiental teve papel central na produção de informações para subsidiar as decisões do COE, especialmente quanto à evacuação de áreas, definição de perímetros de risco e proteção de grupos vulneráveis. A atuação intersetorial com múltiplos parceiros possibilitou: Resposta rápida e coordenada frente ao desastre; Redução dos riscos à saúde por meio da retirada de famílias da área afetada e encaminhamento para alojamento seguro; Organização eficiente da assistência à saúde, evitando sobrecarga dos serviços; Monitoramento contínuo dos impactos ambientais e sanitários; Fortalecimento da articulação entre Vigilância em Saúde, assistência, assistência social, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar; Qualificação das ações por meio da aplicação do VigiDesastre. Observou-se ainda maior integração entre os setores e ampliação da capacidade de resposta do município frente a eventos adversos, com melhoria nos fluxos de comunicação e tomada de decisão. A experiência evidenciou que a atuação da Vigilância em Saúde Ambiental, aliada à participação ativa de atores parceiros, é fundamental para uma resposta eficaz a desastres tecnológicos. A organização do COE e a integração entre setores como assistência à saúde, assistência social, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar foram determinantes para



BOLETIM DE ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS DOENÇAS E AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO EM FORTALEZA

Yanka Paixão Dantas, Enfermeira, CEREST Fortaleza
Larissa Maria Porto Caminha de Castro Dall'Olio, Cirurgião Dentista, CEREST Fortaleza
Josete Malheiro Tavares, Cirurgião Dentista, Coordenadoria de Vigilância em Saúde
Rebeca Anastácio da Silva, Assistente Social, CEREST Fortaleza
Karolina Rebouças Aguiar, Fonoaudióloga, CEREST Fortaleza
Bruna de Souza Silva e Silva, Psicóloga, CEREST Fortaleza

As Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho (DART) representam importante problema de saúde pública, com impactos na morbimortalidade, na capacidade produtiva e na organização dos serviços de saúde. No SUS, a vigilância desses eventos depende da qualidade das notificações no SINAN, ainda marcada por subnotificação e inconsistências. Em Fortaleza, a análise sistemática desses dados constitui ferramenta estratégica para compreensão do perfil epidemiológico e planejamento de ações. Nesse contexto, foi elaborado boletim epidemiológico com análise ampliada das notificações de 2015 a 2024, visando qualificar a informação, identificar grupos de risco e subsidiar intervenções em saúde do trabalhador. Analisar o perfil epidemiológico das DART em Fortaleza entre 2015 e 2024, com foco em 2024. Descrever distribuição dos agravos, avaliar tendências, analisar qualidade das notificações e subsidiar ações de vigilância e prevenção. Estudo epidemiológico descritivo, de abordagem quantitativa, baseado em dados secundários do SINAN referentes às notificações de DART entre 2015 e 2024. Foram incluídos acidentes de trabalho, LER/DORT, transtornos mentais relacionados ao trabalho, PAIR e outros agravos compulsórios. Realizou-se extração, tratamento e análise dos dados, com identificação de inconsistências e avaliação da completude das fichas. As análises contemplaram frequências absolutas e relativas, estratificadas por variáveis sociodemográficas, ocupacionais e circunstanciais. Também foi conduzida análise de tendência temporal para identificação de padrões ao longo da série histórica. A interpretação dos dados baseou-se nos referenciais da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e nos determinantes sociais da saúde. O boletim foi estruturado como ferramenta de gestão, integrando análise epidemiológica e reflexão sobre processos produtivos, com potencial de subsidiar planejamento, priorização de ações e fortalecimento da vigilância. Observou-se tendência crescente das notificações de DART, especialmente após 2020, com destaque para acidentes típicos, LER/DORT e transtornos mentais. Em 2024, predominam casos em homens de 18 a 44 anos, concentrados na construção civil, transporte e saúde. Os acidentes típicos representaram 64,8% das notificações. Persistem desafios relacionados à subnotificação e incompletude de campos essenciais, como ocupação e evolução. O boletim ampliou a capacidade analítica da gestão, permitindo identificação de grupos prioritários, direcionamento de ações e fortalecimento da vigilância baseada em evidências. O boletim demonstrou efetividade como ferramenta estratégica para qualificação da vigilância das DART. É replicável e fortalece a tomada de decisão, o planejamento de ações e a promoção da saúde do trabalhador no SUS.



CALENDÁRIO COLORIDO: A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Deusdete Mayara de Oliveira, Cirurgiã-Dentista, ESP/CE

Micarla da Costa Soares, Farmacêutica, ESP/CE

Maria Rannielly da Silva Faustino, Enfermeira, ESP/CE

Enilda Gamas Pessoa Araújo, Enfermeira, COADS Aracati

Vanessa Gondim Viana, Enfermeira, COADS/ Aracati

Magda Maria Cardoso Nogueira da Silva, Enfermeira, COADS/ Aracati

A saúde dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) é pilar central para a eficiência da gestão pública. No cotidiano das Regionais de Saúde, altas cargas de responsabilidade e demandas burocráticas podem invisibilizar o bem-estar do trabalhador, configurando riscos psicossociais. Diante disso, a Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Aracati (COADS), implementou o “Calendário Colorido”, com a tecnologia leve, uma estratégia de comunicação visual e Educação Permanente em Saúde (EPS) entre os profissionais dentro da instituição. A intervenção justifica-se pela necessidade de institucionalizar ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) no próprio ambiente administrativo, utilizando campanhas mensais de conscientização como norte para a promoção à saúde e prevenção de agravos. Descrever a implementação do “Calendário Colorido” como ferramenta de gestão participativa, bem como seu impacto na promoção da saúde ocupacional, na qualificação do ambiente de trabalho dos servidores e estreitamentos dos laços entre a equipe. Relato de experiência de implementação da tecnologia leve na COADS de Aracati. Realizada entre janeiro a dezembro de 2025, envolvendo profissionais de diferentes setores da instituição, incluindo os residentes em Saúde Coletiva da Escola de Saúde Pública do Ceará e articuladores/apoiadores institucionais, em consonância com as diretrizes da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) e da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. A estratégia foi estruturada em três eixos organizacionais: 1. Identidade Visual: Ambientação dos espaços comuns com as cores temáticas, materiais gráficos e recursos interativos; 2. Educação em Saúde: construção coletiva de atividades baseadas em metodologias ativas de aprendizagem, com foco no autocuidado, saúde mental e saúde do trabalhador; 3. Intervenções Práticas: Realização oficinas mensais, baseadas no calendário colorido do Ministério da Saúde, com ênfase na saúde dos trabalhadores da COADS Aracati. As atividades foram construídas de forma horizontal, com apoio institucional e participação ativa dos servidores, compreendendo a interdisciplinaridade e multiprofissionalidade e incentivo ao autocuidado, envolvendo as diversas áreas temáticas. A intervenção promoveu a integração de 100% dos setores, fortalecendo a comunicação institucional e o trabalho colaborativo. Os dados de percepção indicaram que 92% dos participantes relataram aumento na valorização profissional e 85% melhora no clima organizacional. Observou-se maior adesão às ações de promoção da saúde, incluindo campanhas de vacinação e práticas de autocuidado, além da redução de resistências às pausas laborais. A estratégia possibilitou a abordagem sistemática de temas da VISAT: burnout, estresse ocupacional e riscos ergonômicos, ampliando o conhecimento dos trabalhadores com fortalecimento do sentimento de pertencimento e corresponsabilização do cuidado. Destaca-se, ressignificação do papel do trabalhador como sujeito ativo no processo de promoção da saúde e a incorporação de práticas de educação permanente no cotidiano institucional. A experiência demonstra que estratégias visuais de baixo custo e



alta resolutividade plenamente replicável em outras instâncias da administração pública que buscam promover o bem-estar biopsicossocial de suas equipes. O Calendário Colorido consolidou-se como instrumento estratégico de gestão, provando que a VISAT deve ser contínua no cotidiano.



CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E TRABALHADORA COMO GARANTIA DE DIREITO A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

José Anísio Soares Costa, Tecnólogo em Recursos Humanos, SMS de São Gonçalo do Amarante – CE
Kylvia Gardência Torres Eduardo, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante – CE
Luís Célio Andrade Sampaio, Administração de Empresas, SMS de São Gonçalo do Amarante – CE
Graziele Rocha de Farias Silva, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante – CE
Maria Juliana de Moraes Ferreira, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante – CE
Francisca Márcia Porfírio de Sousa, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante – CE

A 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora propôs ser um momento decisivo na ampliação da concepção de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como um Direito Humano. O objetivo era ampliar os diversos regramentos jurídicos, de modo a ultrapassar os direitos já garantidos, impedindo a tragédia do mundo do trabalho da atualidade: percentual baixo de trabalhadores inseridos no setor formal, com carteira assinada e direitos trabalhistas e previdenciários assegurados. Partindo do pressuposto que o conjunto de regras e leis, responsável pela vigilância dos ambientes e processos de trabalho, vem sendo inepto e incapaz de enfrentar o drama sanitário do mundo do trabalho, a Conferência visou contribuir no fortalecimento do debate sobre políticas e programas que promovessem a efetivação do DH. Relatar a experiência da etapa Municipal da 5ª CNSTT realizada em São Gonçalo do Amarante. O município de São Gonçalo do Amarante realizou no dia 26 março de 2025 a II Conferência Municipal de STT, como etapa municipal da 5ª CNSTT. Os participantes foram distribuídos em três grupos de discussão para apreciação dos seguintes eixos: Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; As novas relações de trabalho e a saúde do trabalhador e da trabalhadora; Participação popular na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras para o Controle Social. Após discussão os grupos apresentaram as propostas, sendo consolidadas três diretrizes com três propostas cada. Em seguida foram eleitos os delegados a serem enviados para a etapa Estadual, sendo 1 gestor, 1 profissional de saúde e 2 usuários. Dentre as propostas elencadas observou-se: a oferta de serviços em horários que facilitem o acesso dos trabalhadores e suas famílias; criação de um núcleo de STT e ampliação do número de profissionais que atendem essa demanda; Criação de um selo municipal que avalie e reconheça ações de promoção da saúde; Implantação de conselhos locais de saúde; Fortalecimento dos sindicatos e Associações de prestadores de serviços; Políticas públicas que possam garantir os direitos previdenciários aos trabalhadores informais; Programa de divulgação da ouvidoria por meio de cartilha educativa com informações sobre os direitos trabalhistas e formas de contato; Estímulo às empresas a criarem ambientes internos de bem-estar dos funcionários, com atividades de relaxamento durante a jornada de trabalho e ações voltadas para saúde mental. A etapa municipal da 5ª CNSTT é uma conquista popular dos trabalhadores e das trabalhadoras na defesa de seus direitos e busca para a construção de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Os debates calorosos permitiram a sensibilização dos diversos participantes sobre a temática, incentivando a gestão a implementar políticas públicas.



CUIDADO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA TRABALHADORES NOS TERRITÓRIOS DO MUNICÍPIO DE ARATUBA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Alailce Pereira Germano, Enfermeira, Secretaria de Saúde de Aratuba
Adriana Leitão Sampaio, Assistente Social, Secretaria de Saúde de Aratuba
Maria Alailce Pereira Germano, Enfermeira, Secretaria de Saúde de Aratuba
Adriana Leitão Sampaio, Assistente Social, Secretaria de Saúde de Aratuba
Carla Edwirges Pereira do Nascimento, Psicóloga, Secretaria de Assistência Social
Fernanda Pereira de Sousa, Enfermeira, Secretaria de Saúde de Aratuba
Neurilene Germano da Silva, Enfermeira, Secretaria de Saúde de Aratuba
Antônio Aiustrong Paz Paiva, Gestão Empresarial, Secretaria de Saúde de Aratuba

Aratuba é um município do Maciço de Baturité, de pequeno porte, com predominância rural (67%) e população em idade ativa: 15 – 59 anos (60%), tendo como principais fontes de ocupação e renda as atividades da administração pública, da agricultura familiar e de comércios (IBGE, 2022). As atividades produtivas no município são marcadas pelo trabalho informal, com baixa proteção trabalhista e previdenciária, além de exposição a diversos riscos ocupacionais. A Atenção Primária em Saúde (APS) desempenha um papel fundamental nas ações de vigilância em saúde do trabalhador por desenvolver ações de atenção à saúde de forma descentralizada e nos territórios, conforme Forte, Pontes e Pessoa (2023). Dessa forma, as estratégias em Saúde do Trabalhador em Aratuba são estruturadas pela Secretaria de Saúde e APS, com foco na saúde coletiva. Relatar ações de cuidado e educação em saúde ofertada para trabalhadores no município de Aratuba. Espera-se conscientizar sobre a importância da saúde do trabalhador bem como fortalecer o cuidado nos seus diversos ambientes de trabalho como forma de prevenção de doenças e promoção da saúde. A vigilância em saúde do trabalhador realizou ações para os trabalhadores em alguns territórios e repartições públicas do município, como a Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e na APS. As atividades foram direcionadas para a oferta de cuidado como forma de prevenção aos adoecimentos relacionados ao trabalho, e tiveram como temas, a prevenção do estresse e sobrecarga no ambiente de trabalho, comunicação efetiva para garantir relações saudáveis entre os trabalhadores e cuidado em saúde mental para prevenção de adoecimentos no trabalho. Participaram da ação os trabalhadores dos segmentos já mencionados. As ações ocorreram no período de abril a novembro de 2025 e seguiram um calendário para execução em cada segmento. Para a execução das ações participaram os seguintes profissionais: enfermeiro, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta e educador físico. Cada profissional foi responsável por uma etapa do momento, a ação contou com acolhimento, palestra educativa sobre a saúde do trabalhador, momento terapêutico e reflexivo sobre saúde mental versus trabalho, momento de cuidado com corpo e mente (movimentação corporal, massoterapia e aromaterapia). A ação ocorreu em formato de roda de conversa, possibilitando aos trabalhadores a visualização e interação entre si. Essa foi uma importante estratégia utilizada como forma de fortalecer as relações entre os mesmos, uma vez que no cotidiano isso pode ser afetado em decorrência das múltiplas funções laborais realizadas. Foi possível perceber que os trabalhadores se sentiram acolhidos e valorizados, uma vez que foi ofertado momento de partilhas e escuta dos anseios, além de despertar interesse sobre o tema possibilitando o estímulo para adesão de mudanças de hábitos que proporcionem bem estar físico e mental. Atividades como estas, voltadas para o cuidado de trabalhadores podem impactar positivamente os mesmos e o local o qual estão inseridos, visto que estes passam a serem vistos como sujeitos possuidores de necessidades e cuida-



do e não apenas como realizadores de determinada função. Esses achados corroboram com os encontrados no estudo de Pereira et al., (2010), onde apontou o diálogo e o acolhimento como possibilidades interativas entre trabalhadores. A vigilância em saúde do trabalhador contribui positivamente com ações como estas que cuidem desses sujeitos prevenindo, portanto, adoecimentos. Esta experiência promoveu a reflexão sobre a importância de práticas de saúde que visem cuidar de trabalhadores em sua integralidade, além de prevenir os futuros adoecimentos é bom lembrar que experiências como estas podem e devem ser realizadas em outros municípios, por serem de baixo custo financeiro.



DA CLÍNICA À VIGILÂNCIA: FORTALECENDO A INVESTIGAÇÃO E A NOTIFICAÇÃO DO CÂNCER DE BOCA RELACIONADO AO TRABALHO NO SUS

Larissa Maria Porto Caminha de Castro Dall'Olio, Cirurgião Dentista, CEREST Fortaleza
Joseete Malheiro Tavares, Cirurgião Dentista, Coordenadoria de Vigilância em Saúde
Rebeca Anastácio da Silva, Assistente Social, CEREST Fortaleza
Karolina Rebouças Aguiar, Fonoaudióloga, CEREST Fortaleza
Bruna de Souza Silva e Silva, Psicóloga, CEREST Fortaleza
Yanka Paixão Dantas, Enfermeira, CEREST Fortaleza

O câncer de boca constitui importante problema de saúde pública, com elevada morbimortalidade e frequente diagnóstico tardio. Entre seus fatores de risco, destacam-se exposições ocupacionais, como radiação solar e agentes químicos, reforçando a necessidade de reconhecimento como agravo relacionado ao trabalho. No SUS, esses casos são de notificação compulsória no SINAN, porém ainda há fragilidades na identificação do nexo ocupacional e no registro adequado. Nesse contexto, estruturou-se estratégia de educação permanente voltada a cirurgiões-dentistas da rede municipal de Fortaleza, visando qualificar o diagnóstico precoce, a investigação da história ocupacional e a notificação dos casos, fortalecendo a integração entre assistência e vigilância. Relatar a experiência de elaboração de informativo técnico para qualificação da investigação e notificação do câncer de boca relacionado ao trabalho. Sensibilizar cirurgiões-dentistas quanto à identificação de fatores ocupacionais e orientar sobre o correto preenchimento e fluxo de notificação no SINAN. Relato de experiência exitosa sobre a elaboração de material técnico-educativo voltado à qualificação da vigilância do câncer de boca relacionado ao trabalho em Fortaleza. A iniciativa foi desenvolvida de forma intersetorial, envolvendo CEREST, Vigilância em Saúde e área técnica de Saúde Bucal. Inicialmente, realizou-se revisão de normativas e documentos técnicos, incluindo diretrizes do Ministério da Saúde, INCA e Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho. Em seguida, procedeu-se à sistematização de conteúdos prioritários para a prática clínica e de vigilância, como sinais de suspeição, fatores de risco ocupacionais, investigação da história laboral e orientações para notificação no SINAN. O material foi estruturado em formato digital, com linguagem objetiva e aplicação prática, contemplando também fluxos institucionais de notificação. Foi direcionado aos cirurgiões-dentistas do Comitê de Investigação de Câncer de Boca, espaço estratégico de análise e acompanhamento dos casos. A metodologia priorizou a integração entre assistência e vigilância, qualificando o olhar clínico para além do diagnóstico, incorporando a dimensão do trabalho como determinante do adoecimento e fortalecendo o papel dos profissionais na produção de informação epidemiológica. A elaboração do informativo técnico qualificou o processo de trabalho dos cirurgiões-dentistas, ampliando a capacidade de identificação precoce de lesões suspeitas e a investigação do nexo ocupacional. O material contribuiu para padronização das orientações e maior segurança no preenchimento das fichas de notificação no SINAN. Observou-se o fortalecimento da integração entre vigilância em saúde, saúde bucal e saúde do trabalhador, ampliando o debate sobre a relação entre câncer e trabalho. A iniciativa também promoveu sensibilização dos profissionais quanto à importância da história ocupacional, favorecendo a produção de dados epidemiológicos mais qualificados e subsidiando ações de prevenção e promoção da saúde. A estratégia demonstrou efetividade na qualificação da investigação e notificação do câncer de boca relacionado ao trabalho. É replicável, de baixo custo e fortalece a integração entre assistência e vigilância, ampliando a capacidade do SUS na produção de informações e na promoção da saúde do trabalhador.



EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL E DA SAÚDE DO TRABALHADOR NO TERRITÓRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SUS

Úrsula de Sousa Caminha, Tecnóloga em Gestão Ambiental, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Roberta de Paula Oliveira, veterinária, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Luciana Sávia Masullo Vieira, bióloga, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Jane Mary de Miranda Lima, enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Max Charlie Holanda Moraes, graduando em Gestão Ambiental, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

A Educação Permanente em Saúde constitui estratégia fundamental para o fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental e da Saúde do Trabalhador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os Agentes de Combate às Endemias (ACE) desempenham papel central na identificação de riscos e agravos relacionados aos determinantes ambientais e aos processos de trabalho. No contexto atual, observa-se o fortalecimento das diretrizes nacionais que incentivam a atuação integrada entre Vigilância em Saúde e Atenção Primária, ampliando a capacidade de intervenção no território. Nesse cenário, a qualificação das práticas por meio da Educação Permanente torna-se essencial para o enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais. Descrever a experiência de uma ação de Educação Permanente voltada ao fortalecimento da atuação dos Agentes de Combate às Endemias no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental e da Saúde do Trabalhador, no município de Pacatuba – CE. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em março de 2025, no município de Pacatuba – CE, por meio de oficina com carga horária de 8 horas, direcionada aos Agentes de Combate às Endemias. A metodologia adotada fundamentou-se nos princípios da Educação Permanente em Saúde, com abordagem participativa e problematizadora, baseada na análise do território e das situações concretas do processo trabalho-ambiente-saúde-doença. A oficina foi estruturada em momentos teórico-práticos. No período da manhã, foram abordados conteúdos de Vigilância em Saúde Ambiental (VSA), com ênfase nos programas VIGIAGUA, VIGIPEQ, VIGIAR e VIGIDESASTRES, incluindo monitoramento da qualidade da água para consumo humano, vigilância de populações expostas a contaminantes químicos, vigilância da qualidade do ar e atuação em situações de desastres, destacando a integração dessas ações no território. No período da tarde, foram trabalhados conteúdos relacionados à Saúde do Trabalhador, com ênfase na relação trabalho-saúde-doença, identificação de riscos ocupacionais, notificação de agravos e articulação com a Atenção Primária. A atividade contemplou ainda a problematização das práticas cotidianas, o reconhecimento de vulnerabilidades territoriais e a construção coletiva de estratégias de atuação. A oficina contribuiu para o fortalecimento das capacidades técnicas, analíticas e críticas de 45 ACEs, ampliando a compreensão sobre os determinantes socioambientais e laborais que influenciam o processo saúde-doença no território. Como resultado, observou-se maior segurança na identificação, análise e comunicação de situações de risco, especialmente relacionadas à qualidade da água, exposição a contaminantes químicos e condições ambientais adversas, qualificando a atuação no território. A abordagem integrada da Vigilância em Saúde Ambiental, promoveu melhorias nos processos de trabalho, com maior organização das ações, padronização de fluxos e fortalecimento da vigilância ativa. Destaca-se a construção coletiva de um Plano de Ação em Saúde do Trabalhador, orientado pela realidade local, contemplando fluxos de notificação,



estratégias de cuidado e articulação intersetorial. A Educação Permanente em Saúde evidenciou o potencial transformador da articulação entre a VSA e a Saúde do Trabalhador. Essa integração potencializa o impacto das ações no território, qualifica a resposta dos serviços e contribui para um SUS mais resolutivo, sensível às realidades locais e comprometido com a proteção da vida.



EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTROLE SOCIAL: FORMAÇÃO DE ATORES PARA A IMPLANTAÇÃO DE CISTT NA REGIÃO LITORAL LESTE JAGUARIBE

Fabíola Maria de Girão Lima, Médica Veterinária, Ceresta
Luzia Thaisy Silveira Sousa, Enfermeira, Ceresta
Anny Carlene Freitas Guerreiro, Enfermeira, Ceresta
Regina Cláudia de Oliveira, Assistente Social, Ceresta
Marta Madalena de Lima, Técnica de Enfermagem, Ceresta
Antônia Márcia Xavier, Psicóloga, Ceresta

A Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (STT) constitui campo estratégico no Sistema Único de Saúde, demandando ações intersetoriais e fortalecimento do controle social. Nesse contexto, as Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), previstas na Lei nº 8.080/1990 e regulamentadas por normativas do Conselho Nacional de Saúde, configuram-se como instâncias fundamentais para assessoramento dos Conselhos de Saúde e integração de políticas públicas. Entretanto, na região Litoral Leste/Jaguaribe/CE, observa-se fragilidade na institucionalização e funcionamento dessas comissões, desconhecimento de suas atribuições e limitada articulação intersectorial. Diante disso, justifica-se a realização de estratégias educativas que promovam a qualificação dos atores e incentivem a criação e fortalecimento das CISTT. Relatar a experiência, um minicurso, sobre a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), destacando suas contribuições para o fortalecimento da vigilância em saúde do trabalhador. Trata-se de um relato de experiência formativa, um minicurso, desenvolvido em 20 de maio de 2025, em Limoeiro do Norte/CE, no âmbito do II Simpósio Regional em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, promovido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Saúde Ambiental (Ceresta), envolvendo gestores, profissionais de saúde, conselheiros de saúde e representantes de movimentos sociais da região Litoral Leste/Jaguaribe. A metodologia foi participativa, baseada na Educação Permanente em Saúde, com acolhida integrativa, exposição dialogada, problematização da realidade, compartilhamento de experiências e reflexão crítica. Foram abordados conceitos, fundamentos legais, composição, funcionamento, atribuições, desafios e estratégias para implantação das CISTT. Observou-se elevada adesão, sendo o minicurso o mais procurado do evento, com 44 participantes de 16 municípios e diferentes segmentos, evidenciando capilaridade territorial e diversidade de atores estratégicos. Entre os respondentes do instrumento avaliativo aplicado ao evento, no item sobre ampliação de conhecimentos, 97,1% (n=68) responderam positivamente e 2,9% (n=2) parcialmente, demonstrando elevada efetividade da estratégia educativa. A iniciativa integrou ações do Ceresta voltadas ao fortalecimento da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, contribuindo para a sensibilização e mobilização institucional que culminou na implantação das CISTT em Quixeré, Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte em 2026. A experiência fortaleceu o controle social, ampliou a articulação intersectorial e qualificou os processos de trabalho em vigilância em saúde do trabalhador. A experiência evidenciou que estratégias baseadas na Educação Permanente em Saúde fortalecem a vigilância em saúde do trabalhador, promovendo qualificação e mobilização institucional. Contribuiu para mudanças nos processos de trabalho e implantação das CISTT, com potencial de replicabilidade e necessidade de continuidade das ações.



EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA DO CEREST REGIONAL DE CAUCAIA NA CONDUÇÃO DA OFICINA SOBRE NOTIFICAÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO EM TEJUÇOCA-CE

Teresa Cristina de Freitas, Enfermeira, CEREST-Caucaia
Estrella Oliveira Pinheiro Gurgel, Enfermeira, CEREST-Caucaia
Mauro Sérgio Silva Freire, Profissional de Educação Física, CEREST-Caucaia
Renan Pacheco de Paula Pessoa, Administrador e graduando em Psicologia, Centro Universitário Farias Brito
Maria de Fátima Rodrigues da Silva, Enfermeira, CEREST-Caucaia
Ivani Gomes Lucas, Assistente Social, CEREST-Caucaia

A Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (STT) constitui campo estratégico no Sistema Único de Saúde, demandando ações intersetoriais e fortalecimento do controle social. Nesse contexto, as Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), previstas na Lei nº 8.080/1990 e regulamentadas por normativas do Conselho Nacional de Saúde, configuram-se como instâncias fundamentais para assessoramento dos Conselhos de Saúde e integração de políticas públicas. Entretanto, na região Litoral Leste/Jaguaribe/CE, observa-se fragilidade na institucionalização e funcionamento dessas comissões, desconhecimento de suas atribuições e limitada articulação intersectorial. Diante disso, justifica-se a realização de estratégias educativas que promovam a qualificação dos atores e incentivem a criação e fortalecimento das CISTT. Relatar a experiência, um minicurso, sobre a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), destacando suas contribuições para o fortalecimento da vigilância em saúde do trabalhador. Trata-se de um relato de experiência formativa, um minicurso, desenvolvido em 20 de maio de 2025, em Limoeiro do Norte/CE, no âmbito do II Simpósio Regional em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, promovido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Saúde Ambiental (Ceresta), envolvendo gestores, profissionais de saúde, conselheiros de saúde e representantes de movimentos sociais da região Litoral Leste/Jaguaribe. A metodologia foi participativa, baseada na Educação Permanente em Saúde, com acolhida integrativa, exposição dialogada, problematização da realidade, compartilhamento de experiências e reflexão crítica. Foram abordados conceitos, fundamentos legais, composição, funcionamento, atribuições, desafios e estratégias para implantação das CISTT. Observou-se elevada adesão, sendo o minicurso o mais procurado do evento, com 44 participantes de 16 municípios e diferentes segmentos, evidenciando capilaridade territorial e diversidade de atores estratégicos. Entre os respondentes do instrumento avaliativo aplicado ao evento, no item sobre ampliação de conhecimentos, 97,1% (n=68) responderam positivamente e 2,9% (n=2) parcialmente, demonstrando elevada efetividade da estratégia educativa. A iniciativa integrou ações do Ceresta voltadas ao fortalecimento da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, contribuindo para a sensibilização e mobilização institucional que culminou na implantação das CISTT em Quixeré, Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte em 2026. A experiência fortaleceu o controle social, ampliou a articulação intersectorial e qualificou os processos de trabalho em vigilância em saúde do trabalhador. A experiência evidenciou que estratégias baseadas na Educação Permanente em Saúde fortalecem a vigilância em saúde do trabalhador, promovendo qualificação e mobilização institucional. Contribuiu para mudanças nos processos de trabalho e implantação das CISTT, com potencial de replicabilidade e necessidade de continuidade das ações.



ESCALA 6X1, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DESAFIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR: ANÁLISE DA POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO CEARÁ

José Luís Paiva de Mendonça Ferreira, Fisioterapeuta, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Paulina Katrine Borges de Sousa Chaves, Estudante de Fisioterapia, Centro Universitário Uninta Fortaleza

Francisco Daniel Ximenes Araujo, Estudante de Fisioterapia, Centro Universitário Uninta Fortaleza

Bruna Raquel De Oliveira Costa, Estudante de Fisioterapia, Centro Universitário Uninta Fortaleza

Claudia Vaz Pupo de Mello, Fisioterapeuta, Centro Universitário Uninta Fortaleza

As transformações no mundo do trabalho, nas últimas décadas, têm sido marcadas por jornadas intensas, flexibilização dos vínculos e precarização das condições laborais, com impactos diretos na saúde dos trabalhadores. No Brasil, a permanência da escala 6x1 evidencia um cenário de sobrecarga física e mental, com repercussões no processo saúde-doença. No Ceará, a instituição da Política de Saúde das Trabalhadoras e Trabalhadores, por meio da Portaria nº 925/2024, representa avanço ao reconhecer o trabalho como determinante social da saúde e propor ações integrais no SUS. Contudo, a intensificação do trabalho, a informalidade, os múltiplos vínculos e a redução do tempo de descanso desafiam a efetividade dessas ações. Este estudo tem como objetivo analisar a referida política à luz da escala 6x1 e da precarização do trabalho, destacando os desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT). Este estudo tem como objetivo analisar a referida política à luz da escala 6x1 e da precarização do trabalho, destacando os desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT). Trata-se de uma análise documental, realizada em 2026, com base na leitura crítica do documento, identificação de seus componentes estruturantes (diretrizes, objetivos e eixos estratégicos) e sua articulação com o contexto contemporâneo do trabalho. Os resultados foram organizados em três eixos. O primeiro evidencia que a escala 6x1 impacta significativamente a saúde dos trabalhadores, gerando déficit acumulado de recuperação fisiológica, transtornos do sono, fadiga, síndrome de burnout e isolamento social, além de aumentar riscos de acidentes de trabalho e adoecimento crônico. O segundo eixo aponta desafios para a VISAT, como a subnotificação, a naturalização do desgaste, a dificuldade de reconhecimento do nexo causal e o medo de represálias, que dificultam o acesso aos serviços e comprometem a qualidade dos indicadores epidemiológicos. Nesse contexto, destacam-se estratégias como ações territoriais, análise de morbimortalidade, incorporação de agravos como LER/Dort à notificação compulsória, organização de linhas de cuidado e fortalecimento da articulação intersetorial. O terceiro eixo destaca as contribuições da política estadual como instrumento estratégico para a organização das ações em diferentes níveis de atenção, apoio à gestão e fortalecimento da vigilância em saúde do trabalhador. A política contribui para a construção de instrumentos técnicos, qualificação dos profissionais, monitoramento de indicadores e definição de estratégias para implementação das ações. Além disso, contempla ações voltadas à saúde mental e à prevenção do uso abusivo de álcool, outras drogas, bem como a instituição de referências técnicas, o fortalecimento da rede de atenção e a garantia de recursos orçamentários e financeiros para sua execução. Conclui-se que a política se configura como instrumento relevante para o enfrentamento da precarização do trabalho, exigindo respostas integradas, territoriais e intersetoriais. Apesar dos avanços, persistem desafios para a efetivação das ações de vigilância. Destaca-se seu caráter inovador na incorporação de linhas



de cuidado, no fortalecimento da vigilância territorial e na articulação entre os diferentes pontos da rede de atenção, além de seu potencial de replicabilidade em outros contextos. Reafirma-se, assim, a importância do fortalecimento contínuo da vigilância em saúde do trabalhador como caminho para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida da população trabalhadora.



FORTELECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DO TRABALHADOR EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE: EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO/CE

Rochelle Costa e Silva, Gestão Pública, Secretaria Municipal de Saúde de Farias Brito
Maria Natália Alencar da Silva, Biomedicina, Secretaria Municipal de Saúde de Assaré
Nicacia Gomes da Silva, Enfermagem, Secretaria Municipal de Saúde de Farias Brito
Veronica Maira da Costa Oliveira, Enfermagem, Secretaria Municipal de Saúde de Farias Brito

A Saúde do Trabalhador, prevista na Lei nº 8.080/1990, orientada pela Portaria nº 3.908/1998 e fortalecida pela Portaria nº 1.823/2012, constitui componente essencial da vigilância em saúde. No município de Farias Brito/CE, até 2022 não havia registro de procedimentos de Saúde do Trabalhador e, entre 2022 e o primeiro semestre de 2025, observou-se exclusivamente o registro do procedimento de consulta médica em saúde do trabalhador, evidenciando fragilidade na execução das ações. Destaca-se ainda a subutilização dos procedimentos no SIA/SUS e a baixa notificação de doenças relacionadas ao trabalho. Diante desse cenário, foram implementadas ações de reorganização dos fluxos, estímulo ao registro adequado e fortalecimento da notificação, visando qualificar a assistência e ampliar a vigilância no território. Descrever a experiência de fortalecimento e qualificação das ações de Saúde do Trabalhador no município de Farias Brito, a partir da reorganização dos fluxos de trabalho, ampliação do registro de procedimentos no SIA/SUS e fortalecimento da notificação de doenças e agravos relacionados ao trabalho. A experiência foi desenvolvida no município de Farias Brito, no ano de 2025, envolvendo equipes da Vigilância em Saúde e profissionais do hospital municipal, da Atenção Primária e do CAPS. Inicialmente, foram realizadas reuniões técnicas para alinhamento e sensibilização quanto à importância da Saúde do Trabalhador, com ênfase na qualificação dos registros e na identificação de agravos e doenças relacionados ao trabalho. Como estratégia, reforçou-se junto à recepção do hospital municipal o preenchimento adequado do campo "ocupação" nas fichas de identificação do paciente, possibilitando a análise do vínculo entre atividade laboral e queixas apresentadas. Instituiu-se busca diária nessas fichas, permitindo a identificação de possíveis agravos relacionados ao trabalho e a realização oportuna de notificações. Destaca-se ainda a implantação de busca ativa a partir de informações informais ("boatos"), ampliando a captação de casos não notificados. Os agravos mais frequentemente identificados incluíram acidentes de motocicleta envolvendo entregadores de delivery e lesões em trabalhadores de frigoríficos. Realizou-se também sensibilização com profissionais do CAPS para identificação de transtornos mentais relacionados ao trabalho e sua notificação, além da articulação entre gestão e serviços, com orientação quanto ao registro adequado dos procedimentos nos sistemas de informação do SUS, contribuindo para a qualificação das ações. As ações implementadas no município de Farias Brito resultaram na qualificação dos processos de trabalho e ampliação da vigilância em Saúde do Trabalhador. Observou-se melhoria progressiva nos indicadores monitorados no painel estadual estratégico de vigilância em saúde, com destaque do município entre os de sua Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde (COADS). Paralelamente, houve ampliação das ações no território e incorporação de procedimentos anteriormente não realizados, conforme dados do Ministério da Saúde. Os resultados evidenciam maior sensibilidade da rede para identificação dos agravos, fortalecimento da integração entre assistência e vigilância e impacto positivo na tomada de decisão no território. A experiência evidenciou que intervenções simples e



bem estruturadas são capazes de transformar a realidade das informações da Vigilância em Saúde do Trabalhador em municípios de pequeno porte, qualificando registros, ampliando a identificação de agravos e doenças e integrando assistência e vigilância.



IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA UNIDADE SENTINELA DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EXPOSTAS A POLUENTES ATMOSFÉRICOS (VIGIAR) NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA

Patricia Freitas Brasil, Bióloga, Secretaria da Saúde do Ceará
Francisco Gilson Rocha Lima, Pedagogo, Secretaria da Saúde do Ceará
Luiz Correia Filho, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Secretaria da Saúde do Ceará
Úrsula de Sousa Caminha, Tecnologia de Gestão Ambiental, Secretaria da Saúde do Ceará
Roberta de Paula Oliveira, Médica Veterinária, Secretaria da Saúde do Ceará

A poluição atmosférica é reconhecida como importante fator de risco à saúde, associada ao aumento de doenças respiratórias e cardiovasculares. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa de Vigilância de Populações Expostas a Poluentes Atmosféricos (VIGIAR) tem como objetivo monitorar os impactos da exposição a poluentes atmosféricos na saúde da população, especialmente em territórios com maior vulnerabilidade ambiental. No Ceará, a estruturação dessa vigilância ainda se apresenta como um desafio, demandando estratégias inovadoras e territorializadas. Descrever a experiência de implantação da primeira Unidade Sentinela do VIGIAR no estado do Ceará, no território de Matões, município de Caucaia. A experiência foi desenvolvida pela Coordenadoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador (COVAT), através da célula de vigilância em saúde ambiental em parceria com a vigilância municipal e atenção primária e epidemiológica do município de Caucaia a partir da implantação da primeira Unidade Sentinela do Programa de Vigilância de Populações Expostas a Poluentes Atmosféricos no estado do Ceará, localizada em Caucaia, na UAPS Maria Ferreira do Nascimento em Matões, área próximo ao Complexo Portuário Porto do Pecém e próximo a fontes potencialmente poluidoras. A estratégia de Unidade Sentinela consiste na seleção de serviços de saúde para o monitoramento contínuo de agravos associados à poluição do ar, possibilitando maior sensibilidade na detecção de eventos e produção de informações qualificadas para a vigilância. A implantação envolveu a articulação entre vigilância em saúde ambiental, vigilância epidemiológica e atenção primária à saúde, com definição de fluxos de notificação, qualificação das equipes e organização e acompanhamento sistemático dos processos de trabalho. A experiência integra um movimento de fortalecimento da vigilância em saúde ambiental no estado, fortalecendo o processo de implantação da estratégia da Unidade Sentinela do Programa Vigiar. Foram analisados registros da Unidade Sentinela do Programa VIGIAR, coletados via ficha de notificação eletrônica (Google Forms), eletrônica, evidenciando maior frequência de atendimentos entre idosos acima de 60 anos (37,5%) e crianças (37,5%), seguidos por adultos (25%). Os dados indicam maior vulnerabilidade de idosos e crianças à poluição atmosférica, reforçando a importância do monitoramento contínuo em áreas expostas. A implantação da Unidade Sentinela em Matões estruturou a vigilância da qualidade do ar no Ceará, organizando fluxos de informação e ampliando a identificação de agravos. Houve fortalecimento da articulação entre níveis de atenção, aumento da capacidade técnica das equipes e produção de informações estratégicas para o planejamento e a tomada de decisão em saúde ambiental. Nesse contexto, o fortalecimento da articulação intersetorial e da integração entre os setores de saúde e meio ambiente é fundamental para a construção de indicadores e análises de exposição e efeito a saúde, subsidiando ações de promoção da saúde, prevenção de agravos na atenção primária, e contribuir para o fortalecimento das políticas públicas.



IMPLANTAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA EM BOA VIAGEM: ESTRATÉGIA DE DESCENTRALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO DA REDE SUS E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Elieldo Ferreira de Sousa, enfermeiro, Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Boa Viagem
Fabiana dos Santos Silva, enfermeira, Coordenadoria de Atenção Básica à Saúde
Maria Aldessandra Diniz Vieira, enfermeira, Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica de Boa Viagem
Ana Bezerra do Nascimento Neta, fisioterapeuta, Secretária de Saúde de Boa Viagem

A vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora VISAT é estratégia essencial para o fortalecimento do sistema único de saúde SUS, atuando na promoção, prevenção e vigilância dos agravos relacionados ao trabalho. No município de Boa Viagem-CE identificava-se fragilidade na organização dessas ações, expressa pela baixa notificação de agravos ocupacionais, ausência de referência técnica específica e limitada integração entre atenção primária e vigilâncias. A implantação da Visat em 2025 ocorreu alinhada à resolução CIB-CE 100-2021, associada à qualificação profissional obtida por meio do curso de formação de referência técnica em Visat ofertado pela escola de saúde pública do estado do Ceará, no ano de 2022 e ao apoio da gestão municipal, consolidando a institucionalização da política de saúde do trabalhador no território. Implantar e estruturar a Visat no município, ampliar a capacidade de identificação e notificação dos agravos relacionados ao trabalho, qualificar profissionais da rede de saúde, fortalecer a integração entre vigilâncias e atenção primária e promover participação social nas políticas de saúde do trabalhador. A experiência foi desenvolvida durante o ano de 2025 envolvendo profissionais da vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, atenção primária à saúde, centro de atenção psicossocial, centro de reabilitação e trabalhadores do município. Inicialmente realizou-se o mapeamento das principais atividades produtivas locais, destacando o mapeamento das principais atividades produtivas locais, destacando agricultura familiar, pecuária, comércio, construção civil, serviços públicos e trabalhos informal. Foram realizadas oficinas e treinamentos voltados ao correto preenchimento das fichas de investigação e notificação de agravos relacionados ao trabalho, com ênfase em acidentes de trabalho, transtornos mentais relacionados ao trabalho e ler/dort. Desenvolveram-se investigações de campo e inspeções em ambientes laborais em parcerias com o Cerest/ce e vigilância sanitária. Destaca-se ainda a realização da 1 conferência municipal de saúde do trabalhador, precedida por pré-conferências nas 22 unidades de atenção primária à saúde, ampliando o controle social e garantindo representação municipal na etapa nacional em Brasília. A análise do sistema de informação de agravos de notificação demonstrou avanço após a implantação da Visat: em 2024 foram registrados 30 acidentes de trabalho, enquanto em 2025 houve 33 notificações, representando aumento na capacidade de registro e vigilância. No sistema e-sus pec identificaram-se apenas 5 ações coletivas relacionadas à saúde do trabalhador em 2024, concentradas em duas Uaps. Em 2025 registraram-se 13 ações coletivas, crescimento de 160%, realizadas por 7 das 22 unidades de saúde do município, ampliando a cobertura para 31,8% das unidades e alcançando territórios urbanos e rurais. Observou-se fortalecimento dos processos de trabalho, maior integração entre vigilâncias e atenção primária, ampliação da educação permanente e sensibilização das equipes para identificação



de riscos ocupacionais. A implantação da Visat em Boa Viagem demonstrou caráter inovador ao estruturar referência técnica exclusiva, fortalecer a vigilância ativa e qualificar as notificações. Evidenciou-se que apoio institucional, educação permanente e articulação intersetorial são essenciais para consolidar a política de saúde do trabalhador.



INFÂNCIA PROTEGIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE AÇÕES EDUCATIVAS COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Ludmila Lais Penha Lima, Fisioterapeuta, Escola de Saúde Pública do Ceará
Mariana Pinho Gomes de Oliveira, Psicóloga, Escola de Saúde Pública do Ceará
Maria Glaucineide Costa Sampaio, Assistente social, Escola de Saúde Pública do Ceará
Yasmin Melgacio, Enfermeira, Escola de Saúde Pública do Ceará

Segundo o ECA, é proibido o trabalho antes dos 16 anos, exceto como aprendiz a partir dos 14 anos. O trabalho infantil envolve atividades econômicas ou de sobrevivência realizadas por crianças e adolescentes fora da idade permitida, prejudicando seu desenvolvimento físico, psicológico, social e educacional. O Brasil, ao ratificar em 2008 a Convenção nº 182 da OIT, comprometeu-se a erradicar as piores formas de trabalho infantil. O IBGE indica que, em 2023, cerca de 1,6 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam nessa situação. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecer a rede de proteção. Nesse contexto, destacam-se ações do CEREST e do Programa Gente Adolescente em Fortaleza, com metodologias participativas que aproximam adolescentes do debate sobre direitos e trabalho infantil. Este relato tem como objetivo descrever a experiência de residentes da Residência Multiprofissional em Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora na realização de grupos educativos, no âmbito da Vigilância em Saúde do Trabalhador, voltados à prevenção e enfrentamento do trabalho infantil. A experiência foi realizada no mês de maio de 2025, foram desenvolvidas 20 ações educativas no município de Fortaleza, em instituições de ensino da rede pública, com estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Participaram residentes das áreas de Fisioterapia, Psicologia, Serviço Social e Enfermagem, juntamente com profissionais da equipe técnica do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), assistente social e psicóloga. As estratégias adotadas foram baseadas em metodologias participativas e lúdicas, visando favorecer a escuta ativa e o diálogo com os adolescentes. Foram desenvolvidas ações educativas coletivas, utilizando a dinâmica “Fato ou Fake” como ferramenta de sensibilização e problematização. As ações abordaram temas relacionados à idade mínima para o trabalho, Programa Jovem Aprendiz, riscos da exposição ao trabalho infantil e canais de denúncia. A organização do processo ocorreu de forma articulada entre residentes e equipe técnica, com planejamento prévio das atividades, definição dos temas e adequação das metodologias ao público escolar. Durante a execução, foram identificadas dúvidas recorrentes dos estudantes sobre o que configura trabalho infantil, além de relatos de vivências de trabalho precoce, o que possibilitou a adaptação das discussões e aprofundamento dos temas durante as atividades. As ações educativas possibilitaram a ampliação do conhecimento dos estudantes sobre o trabalho infantil, seus riscos e formas de enfrentamento. Observou-se que muitos escolares apresentavam dúvidas sobre a caracterização do trabalho infantil e relataram experiências de trabalho precoce. As atividades favoreceram reflexões sobre direitos e proteção social, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento do problema, fortalecendo estratégias de conscientização e abordagem da temática no ambiente escolar. Identificou-se maior frequência de relatos em escolas situadas em áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), evidenciando a influência dos determinantes sociais e econômicos na realidade vivenciada. A experiência também contribuiu para o processo formativo dos residentes, fortalecendo um olhar crítico e sensível sobre o território e a realidade social. Conclui-se que ações educativas no ambiente escolar



são fundamentais para o enfrentamento do trabalho infantil, ao promoverem reflexão sobre direitos e prevenção, articulando saúde e educação. Destaca-se o potencial de replicabilidade e o papel do SUS, por meio do CEREST, no fortalecimento de políticas e redes de proteção.



LER/DORT EM EVIDÊNCIA: EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

Larissa Maria Porto Caminha de Castro Dall'Olio, Cirurgião Dentista, CEREST Fortaleza
Joseete Malheiro Tavares, Cirurgião Dentista, Coordenadoria de Vigilância em Saúde
Robson Reuris Maia Andrade, Técnico de Segurança do Trabalho, CEREST Fortaleza
Karolina Rebouças Aguiar, Fonoaudióloga, CEREST Fortaleza
Bruna de Souza Silva e Silva, Psicóloga, CEREST Fortaleza
Yanka Paixão Dantas, Enfermeira, CEREST Fortaleza

A notificação compulsória de LER/DORT no SINAN, instituída pela Portaria GM/MS nº 5.201/2024, reforça a necessidade de qualificação das ações de vigilância em saúde do trabalhador. Esses agravos configuram importante problema de saúde pública, associados a incapacidade laboral e redução da qualidade de vida. Persistem, contudo, desafios relacionados ao reconhecimento precoce, prevenção e registro adequado dos casos. Nesse contexto, a utilização de tecnologias educativas, como cartilhas, constitui estratégia acessível e resolutiva para tradução do conhecimento técnico em práticas cotidianas. A iniciativa desenvolvida pelo CEREST Fortaleza buscou fortalecer a vigilância, promovendo educação permanente, sensibilização dos trabalhadores e qualificação das notificações. Promover a conscientização sobre riscos ocupacionais relacionados às LER/DORT e estimular práticas preventivas e diagnóstico precoce por meio de material educativo. Fortalecer a vigilância, incentivando a identificação e notificação oportuna dos casos e subsidiando ações de prevenção e redução de incapacidades. Relato de experiência exitosa sobre a elaboração de cartilha educativa voltada à qualificação da vigilância das LER/DORT em Fortaleza. A iniciativa foi desenvolvida por equipe multiprofissional do CEREST, em articulação com a Residência em Saúde do Trabalhador, adotando metodologia participativa e baseada em evidências. Inicialmente, realizou-se levantamento normativo e científico, incluindo diretrizes nacionais e internacionais sobre LER/DORT e notificação compulsória. Em seguida, procedeu-se à sistematização de conteúdos prioritários para prática preventiva e assistencial, contemplando fatores de risco ocupacionais, sinais de alerta e condutas preventivas. O material incluiu orientações práticas sobre organização ergonômica do trabalho, pausas, alongamentos e adaptação dos postos em diferentes posições, com linguagem acessível e recursos visuais. A cartilha foi estruturada como tecnologia educativa de apoio à educação permanente, utilizada na qualificação dos profissionais da rede e na sensibilização dos trabalhadores. A estratégia priorizou a integração entre vigilância, assistência e promoção da saúde, ampliando a capacidade de identificação precoce dos agravos e fortalecendo o papel dos profissionais na notificação e no desenvolvimento de ações preventivas nos ambientes de trabalho. A utilização da cartilha ampliou a conscientização de trabalhadores em categorias mais expostas, favorecendo o reconhecimento precoce de sinais e sintomas. Observou-se o fortalecimento da integração entre assistência e vigilância, com maior articulação na identificação e acompanhamento dos casos. A iniciativa apoiou processos de educação permanente e contribuiu para qualificação das notificações no SINAN, ampliando a visibilidade epidemiológica das LER/DORT. Também estimulou a adoção de práticas preventivas nos ambientes de trabalho, com foco no autocuidado e na redução de queixas musculoesqueléticas. Destaca-se o potencial da estratégia como tecnologia de baixo custo, com ampla aplicabilidade e capacidade de induzir mudanças nos processos de trabalho. A cartilha demonstrou efetividade como tecnologia educativa na qualificação da vigilância das LER/DORT. A estratégia é replicável, de baixo custo e fortalece a prevenção, a notificação e a integração entre assistência e vigilância no SUS.



ONDE HÁ RISCO, HÁ AÇÃO: A PARCERIA ENTRE CEREST E MPT NA TRANSFORMAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO

Larissa Maria Porto Caminha de Castro Dall'Olio, Cirurgião Dentista, CEREST Fortaleza
Joseete Malheiro Tavares, Cirurgião Dentista, Coordenadoria de Vigilância em Saúde
Robson Reuris Maia Andrade, Técnico de Segurança do Trabalho, CEREST Fortaleza
Karolina Rebouças Aguiar, Fonoaudióloga, CEREST Fortaleza
Bruna de Souza Silva e Silva, Psicóloga, CEREST Fortaleza
Yanka Paixão Dantas, Enfermeira, CEREST Fortaleza

A Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) é estratégica no SUS ao reconhecer o trabalho como determinante do processo saúde-doença. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e a Portaria nº 925/2024 do Ceará reforçam a necessidade de ações integradas e resolutivas. Nesse contexto, a parceria entre CEREST e Ministério Público do Trabalho (MPT), iniciada em 2019 em Fortaleza, emerge como estratégia inovadora de atuação intersetorial. A iniciativa responde à limitação histórica da vigilância na indução de mudanças nos ambientes laborais, ao integrar conhecimento técnico sanitário e força jurídica institucional, ampliando a capacidade de intervenção, a efetividade das recomendações e a proteção da saúde dos trabalhadores. Evidenciar o potencial das inspeções em ambientes de trabalho como estratégia estruturante da VISAT. Descrever o fluxo das ações em parceria com o MPT, analisar seus impactos na identificação e controle de riscos e demonstrar a efetividade da articulação intersetorial na indução de mudanças e no fortalecimento da vigilância. Relato de experiência exitosa das inspeções realizadas pela CEREST a partir de demandas do MPT. O processo inicia-se com o recebimento de denúncias formalizadas, seguido de planejamento e realização de inspeções in loco. As ações incluem observação direta dos processos de trabalho, identificação de riscos ocupacionais e verificação do cumprimento das normas de saúde e segurança. A metodologia adota abordagem ampliada, incorporando dimensões técnicas, organizacionais e sociais, com escuta qualificada dos trabalhadores, fortalecendo sua participação. Após as inspeções, são elaborados relatórios técnicos com análise situacional e recomendações, encaminhados ao MPT em até cinco dias, garantindo celeridade e efetividade. A articulação intersetorial constitui o eixo estruturante da experiência, integrando vigilância e atuação jurídica. Como diferencial, destacam-se o uso de instrumentos de avaliação ambiental e a reversão de recursos oriundos de multas aplicadas pelo MPT, direcionados ao fortalecimento da capacidade técnica e operacional da CEREST. Essa estratégia amplia a resolutividade das ações e consolida a vigilância como indutora de mudanças nos processos produtivos. Foram realizadas aproximadamente 100 inspeções em diversos setores produtivos. As ações possibilitaram a identificação sistemática de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais, além de inconformidades legais. A parceria com o MPT ampliou a efetividade das recomendações técnicas, resultando em adequações concretas nos ambientes de trabalho. Destaca-se o fortalecimento estrutural da CEREST com a aquisição de veículo e equipamentos de medição, ampliando a capacidade operacional e a precisão das avaliações. Observou-se também efeito educativo, com maior sensibilização de empregadores e trabalhadores, favorecendo mudanças sustentáveis. A experiência demonstra ganho de resolutividade, ampliação do alcance das ações e fortalecimento da vigilância como instrumento de gestão. A articulação entre CEREST e MPT demonstrou alta efetividade na ampliação da capacidade de intervenção e na promoção de ambientes de trabalho mais seguros. A experiência é sustentável, replicável e fortalece a VISAT como estratégia central do SUS.



Suely Torquato Ribeiro
Isabelly Damasceno Ponte

75

SISSOLO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA: ANÁLISE DA VIGILÂNCIA DE POPULAÇÕES EXPOSTAS A SOLO CONTAMINADO, CEARÁ, 2025

Úrsula de Sousa Caminha, Tecnóloga em Gestão Ambiental, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Roberta de Paula Oliveira, veterinária, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Max Charlie Holanda de Moraes, graduando em Gestão Ambiental, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Francisco Cordeiro Neto, historiador, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Francisco Gilson Rocha Lima, pedagogo, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Patricia Freitas Brasil, bióloga, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Luiz Correia Filho, Tecnólogo em Saneamento Ambiental, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

A contaminação do solo representa um importante problema de saúde pública, comprometendo a qualidade ambiental e afetando plantas, animais e recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Trata-se de uma fonte contínua de exposição humana, podendo desencadear intoxicações exógenas. Substâncias como metais pesados, solventes industriais, hidrocarbonetos e agrotóxicos podem ser incorporadas à cadeia alimentar, inaladas ou absorvidas pela pele. Nesse contexto, áreas potencialmente contaminadas configuram um desafio para a Vigilância em Saúde Ambiental, exigindo estratégias integradas que articulem dados, território e ação intersetorial. No Ceará, a necessidade de qualificar o monitoramento dessas áreas impulsionou a adoção do SISSOLO como ferramenta estratégica para identificação de riscos e fortalecimento das ações de vigilância. Relatar a experiência de utilização do SISSOLO para identificação, análise e priorização de áreas potencialmente contaminadas no Ceará, com vistas ao fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental. A experiência foi desenvolvida pela Coordenadoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, a partir da análise dos registros disponíveis no SISSOLO, permitindo a identificação de áreas com potencial risco de contaminação no estado. Com base nesses dados, foi estruturado um processo de trabalho voltado à qualificação da informação, análise territorial e definição de áreas prioritárias para intervenção. Foram utilizados critérios como histórico de uso do solo, presença de fontes potenciais de contaminação e proximidade de populações expostas. A estratégia incluiu a realização de visitas técnicas em municípios prioritários, com destaque para áreas com histórico de disposição inadequada de resíduos sólidos, como lixões desativados, possibilitando o reconhecimento das condições ambientais e das possíveis vias de exposição. Também foram utilizadas ferramentas de georreferenciamento para análise espacial das áreas, permitindo a integração de informações ambientais e de saúde. A utilização do SISSOLO possibilitou a sistematização das informações sobre 1.897 áreas potencialmente contaminadas, distribuídas em 73 municípios do Ceará, com estimativa de milhares de pessoas potencialmente expostas. Os dados evidenciaram predominância de áreas com suspeita de contaminação, relacionadas principalmente a cemitérios, postos de combustíveis e áreas industriais. As visitas técnicas ampliaram a capacidade analítica da vigilância, permitindo identificar situações não registradas nos sistemas de informação. Como resultado, houve maior direcionamento das ações, qualificação do processo decisório e fortalecimento da integração intersetorial, ampliando a capacidade de resposta frente aos riscos identificados. O uso do SISSOLO, com análise territorial e atuação intersetorial, mostrou-se eficaz no acompanhamento de áreas contaminadas, qualificando a informação na vigilância. A experiência fortalece a capacidade de resposta, a decisão e o planejamento, com potencial de replicação.



TRABALHAR, SIM; ADOECER, NÃO! RODA DE CONVERSA COM PROFESSORES DA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SOBRE PREVENÇÃO DE AGRAVOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

Evelly Caroline Botelho de Miranda, biomédica sanitaria, Escola de Saúde Pública do Ceará
Francisco Eudes da Silva Lô, assistente social, Escola de Saúde Pública do Ceará
João Paulo da Silva, farmacêutico, Escola de Saúde Pública do Ceará
Francisco Diego Fernandes da Silva, enfermeiro, Secretaria Municipal de Saúde de Aracati-CE

A saúde do trabalhador pode ser caracterizada por um conjunto de atividades e ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, objetivando a recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetido aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho (Brasil, 1990). Nesse contexto, com esse propósito de trabalhar a intersetorialidade e promover a sensibilização de agravos e doenças relacionadas ao trabalho que os profissionais residentes da saúde, em parceria com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e da trabalhadora (CEREST) realizaram em dezembro de 2025, uma roda de conversa em uma escola do município de Aracati no Ceará, a ação fazia parte do planejamento da semana pedagógica dos professores. Relatar a experiência de uma ação educativa voltada à promoção da saúde do trabalhador e prevenção de doenças e agravos ocupacionais com docentes da rede municipal de ensino. A experiência foi desenvolvida em dezembro de 2025, em uma escola da rede municipal de ensino de Aracati-CE, durante a semana pedagógica dos professores. A atividade foi conduzida por profissionais residentes em Vigilância em Saúde, em parceria com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CEREST), com o propósito de promover um espaço de diálogo, sensibilização e cuidado voltado à saúde do trabalhador e da trabalhadora. A metodologia adotada foi a roda de conversa participativa, compreendida como estratégia de educação em saúde que favorece a escuta, a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento. Inicialmente, os residentes apresentaram a proposta da atividade e contextualizaram a importância da saúde do trabalhador no ambiente escolar, considerando os riscos e agravos que podem estar associados ao cotidiano docente, como sobrecarga física e emocional, uso intenso da voz, estresse, posturas inadequadas e condições de trabalho. Durante o encontro, foi abordado o papel do CEREST na Rede de Atenção à Saúde, suas atribuições, os fluxos de atendimento e a importância do matriciamento como estratégia de apoio às equipes e aos serviços na identificação, notificação, acompanhamento e encaminhamento de situações relacionadas ao adoecimento pelo trabalho. A exposição ocorreu de forma dialogada, permitindo que os professores compartilhassem dúvidas, percepções e experiências relacionadas ao processo de trabalho. Como parte da metodologia, também foi realizado um momento de cuidado corporal, com prática de ginástica laboral e orientações sobre alongamento, relaxamento e prevenção de desconfortos musculoesqueléticos. Além disso, foram repassadas dicas sobre o uso adequado da voz, considerando sua centralidade na prática docente e sua relação com possíveis agravos ocupacionais. A atividade articulou momentos de informação, escuta e prática corporal, favorecendo a participação ativa. A ação favoreceu maior aproximação dos docentes com a temática da saúde do trabalhador, estimulando a percepção sobre sinais de adoecimento relacionados ao cotidiano escolar. O encontro possibilitou que os participantes reconhecessem a importância de buscar apoio na rede de saúde diante de queixas vocais, dores corporais, sofrimento mental ou outros agravos associados



ao trabalho. Também fortaleceu o vínculo entre os profissionais da educação, residentes e CEREST, ampliando o entendimento sobre cuidado compartilhado e corresponsabilização. Como repercussão, a atividade contribuiu para valorizar práticas preventivas no ambiente escolar, incentivar o autocuidado e reforçar a necessidade de espaços permanentes de escuta e orientação voltados à proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. A experiência reafirmou a relevância de ações educativas intersetoriais para aproximar saúde e educação, fortalecendo o cuidado com docentes no ambiente escolar. A atividade contribuiu para estimular o autocuidado, a prevenção de agravos ocupacionais e o reconhecimento da saúde do trabalhador como dimensão indispensável da qualidade de vida.



VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL E EXPOSIÇÃO AO URÂNIO: MONITORAMENTO EM CONTEXTO DE INSEGURANÇA HÍDRICA NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA

Úrsula de Sousa Caminha, Tecnóloga em Gestão Ambiental, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Roberta de Paula Oliveira, veterinária, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Max Charlie Holanda Moraes, graduando em Gestão Ambiental, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Luiz Correia Filho, Tecnólogo em Saneamento Ambiental, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Francisco Cordeiro Neto, historiador, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Francisco Gilson Rocha Lima, pedagogo, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Patricia Freitas Brasil, bióloga, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Francisco Hmenon Rodrigues Roza, Secretária Municipal de Santa Quitéria

O município de Santa Quitéria, no semiárido cearense, insere-se em território estratégico, marcado pela presença da maior reserva de urânio do Brasil, associada a características geológicas específicas e ao histórico de exploração mineral. Esse cenário se sobrepõe a vulnerabilidades socioeconômicas e sanitárias, como insegurança hídrica e alimentar, que afetam entre 9% e 24% da população, ampliando riscos à saúde. A sobrecarga desses fatores potencializa a exposição a contaminantes químicos, especialmente em matrizes como água e solo, por processos naturais e antrópicos. Nesse contexto, a Vigilância em Saúde Ambiental desempenha papel essencial na identificação e mitigação de riscos, contribuindo para a proteção da saúde das populações expostas. Descrever a experiência de monitoramento das matrizes ambientais água e solo, com ênfase na vigilância da qualidade da água e na investigação de contaminantes químicos (urânio), em Santa Quitéria – CE. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no ano de 2025, no município de Santa Quitéria – CE, com foco no monitoramento das matrizes ambientais água e solo em áreas prioritárias. As ações foram conduzidas pela Vigilância em Saúde Ambiental, em articulação com as esferas estadual e municipal e com apoio da rede laboratorial de referência. Foram realizadas coletas sistemáticas de amostras de água para consumo humano e de solo, seguindo protocolos padronizados de coleta, preservação e transporte. A definição dos pontos de monitoramento considerou critérios de vulnerabilidade, incluindo áreas com histórico de insegurança hídrica, proximidade de formações geológicas associadas ao urânio e condições de uso e ocupação do solo. As análises laboratoriais contemplaram parâmetros físico-químicos e a investigação de contaminantes químicos, com ênfase no urânio. Os dados obtidos foram sistematizados e analisados de forma integrada, subsidiando a avaliação de risco e o direcionamento das ações de vigilância no território. Os resultados demonstram avanços concretos na Vigilância em Saúde Ambiental a partir da identificação de áreas com risco de contaminação. Foram implementadas ações de priorização territorial, coleta sistemática e análise integrada de água e solo, resultando na ampliação dos pontos monitorados, redução do tempo de resposta e identificação de água imprópria em comunidades vulneráveis. Essas evidências subsidiaram intervenções imediatas para garantia de acesso à água potável. Houve melhoria dos processos, com padronização de protocolos, qualificação dos fluxos laboratoriais e maior integração entre os níveis estadual e municipal. Esses avanços aumentaram a confiabilidade dos dados e a capacidade técnica das equipes. A percepção dos profissionais aponta maior segurança na tomada de decisão, evidenciando a efetividade da intervenção. O monitoramento em Santa Quitéria fortaleceu a Vigilância Ambiental na gestão de riscos por contaminantes químicos, com destaque para o urânio, com atuação integrada e apoio laboratorial. Produziu evidências para decisão e reforçou ações preventivas, contribuindo para territórios mais seguros.



VOZES QUE ROMPEM O SILÊNCIO: A NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO TRABALHO

Yanka Paixão Dantas, Enfermeira, CEREST Fortaleza
Larissa Maria Porto Caminha de Castro Dall'Olio, Cirurgião Dentista, Gerente CEREST Fortaleza
Josete Malheiro Tavares, Cirurgião Dentista, Coordenadoria de Vigilância em Saúde
Rebeca Anastácio da Silva, Assistente Social, CEREST Fortaleza
Karolina Rebouças Aguiar, Fonoaudióloga, CEREST Fortaleza
Bruna de Souza Silva e Silva, Psicóloga, CEREST Fortaleza

A violência interpessoal e autoprovocada constitui relevante problema de saúde pública, com impactos na saúde mental, autonomia econômica e capacidade produtiva das mulheres. A subnotificação da violência relacionada ao trabalho representa desafio para a vigilância, especialmente quando associada à violência de gênero. Em 2023, a Casa da Mulher Brasileira de Fortaleza identificou baixa proporção de registros com vínculo laboral. Diante disso, foram implementadas ações de educação permanente voltadas à qualificação dos profissionais para identificação do nexo causal e aprimoramento das notificações no SINAN, fortalecendo a Vigilância em Saúde do Trabalhador e a integração com a atenção à saúde da mulher. Fortalecer a vigilância das violências relacionadas ao trabalho entre mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira de Fortaleza, por meio da qualificação profissional para identificação do nexo causal e melhoria das notificações no SINAN. Aprimorar registros e subsidiar ações de prevenção e enfrentamento da violência no trabalho. Relato de experiência exitosa com abordagem quantitativa descritiva, baseado na análise de dados do SINAN referentes às notificações registradas entre 2023 e 2025. Realizou-se estudo transversal com dados da ficha de violência interpessoal/autoprovocada, considerando a variável “relação com o trabalho”. Observou-se predominância de mulheres entre 20 e 39 anos, vítimas de violência psicológica e física, frequentemente perpetrada por parceiro íntimo, com concentração em ocupações de baixa renda e informalidade. Em 2024, o CEREST Fortaleza realizou capacitação presencial com profissionais do CRM, abordando identificação do nexo causal, importância epidemiológica da notificação e fluxos de vigilância. Em 2025, ocorreu capacitação ampliada para profissionais do CERAM, com foco na padronização dos registros, discussão de casos e análise de inconsistências. A metodologia adotada foi participativa, baseada em problematização e estudo de casos reais. Após as intervenções, realizou-se análise comparativa das notificações relacionadas ao trabalho, evidenciando os efeitos das ações educativas na qualificação dos registros. No CRM, as notificações relacionadas ao trabalho passaram de 0,6% em 2023 para 1,7% em 2024, representando aumento de 164% após a primeira capacitação. Em 2025, houve manutenção da qualificação e maior consistência dos registros. No CERAM, as notificações passaram de 1,7% em 2023 para 8% em 2024, com melhora qualitativa após a capacitação de 2025. A experiência demonstrou aumento da sensibilidade das equipes para identificação do nexo laboral e fortalecimento da vigilância. Evidenciou-se também a relação entre vulnerabilidade socioeconômica e violência, contribuindo para o direcionamento de ações intersetoriais. A experiência demonstrou que a educação permanente é estratégia efetiva para qualificar registros e fortalecer a vigilância da violência relacionada ao trabalho. Apresenta relevância, aplicabilidade e potencial de replicação, consolidando-se como prática exitosa na promoção da saúde da mulher trabalhadora.



VULNERABILIDADE EM CENA: A SAÚDE DO TRABALHADORES INFORMAIS DE UMA FEIRA LIVRE URBANA

Karolina Rebouças Aguiar, Fonoaudióloga, CEREST Fortaleza

Yanka Paixão Dantas, Enfermeira, CEREST Fortaleza

Larissa Maria Porto Caminha de Castro Dall'Olio, Cirurgião Dentista, Gerente CEREST Fortaleza

Josete Malheiro Tavares, Cirurgião Dentista, Coordenadoria de Vigilância em Saúde

Robson Reuris Maia Andrade, Técnico de Segurança do Trabalho, CEREST Fortaleza

Bruna de Souza Silva e Silva, Psicóloga, CEREST Fortaleza

A saúde do trabalhador é um campo estratégico da saúde pública, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade, como feirantes e ambulantes, expostos a riscos ocupacionais e com acesso limitado aos serviços de saúde. Em Fortaleza, ações voltadas a esse público ainda enfrentam barreiras de acesso e continuidade do cuidado. Nesse contexto, foi realizada ação intersetorial na Feira de Messejana, articulando Atenção Primária à Saúde e instituição de ensino superior, com foco na promoção, prevenção e assistência. A iniciativa buscou ampliar o acesso, identificar precocemente agravos relacionados ao trabalho e fortalecer o vínculo desses trabalhadores com a rede de saúde, alinhando-se aos princípios de integralidade, equidade e territorialização do SUS. Relatar a experiência de ação interse-
torial de promoção, prevenção e assistência à saúde com trabalhadores informais. Avaliar condições de saúde, identificar agravos relacionados ao trabalho, ofertar cuidado multiprofissional, promover educação em saúde e fortalecer o vínculo com a Atenção Primária. Relato de experiência exitosa com abordagem qualitativa, realizado em dezembro de 2025 na Feira de Messejana, envolvendo 42 trabalhadores informais. A ação foi desenvolvida de forma interse-
torial entre Atenção Primária (CORES VI) e instituição de ensino superior, integrando profissionais, docentes e estudantes. O planejamento baseou-se em diagnóstico territorial, considerando vulnerabilidades sociais e ocupacionais. As atividades ocorreram no próprio ambiente de trabalho, favorecendo acesso e adesão. Foram realizadas consultas de enfermagem, atendimentos médicos e odontológicos, além de orientações multiprofissionais. A abordagem incluiu avaliação clínica, identificação de fatores de risco e ações educativas sobre ergonomia, saúde mental e prevenção de agravos. A metodologia priorizou acolhimento, escuta qualificada e construção de vínculo, alinhada à Política Nacional de Humanização. A estratégia destacou-se como prática extramuros e integrada, articulando assistência, vigi-
lância e promoção da saúde, além de fortalecer a integração ensino-serviço-comunidade como dispositivo para qualificação do cuidado e formação profissional. A ação ampliou o acesso aos serviços de saúde para trabalhadores em situação de vulnerabilidade, com elevada adesão. Foram identificadas queixas musculoesqueléticas, lesões dermatológicas e sinais de sofrimento psíquico relacionados ao trabalho. A abordagem multiprofissional favoreceu a integralidade do cuidado e a identificação precoce de agravos. As ações educativas ampliaram a conscientização sobre riscos ocupacionais e autocuidado. Destaca-se o fortalecimento do vínculo com a Atenção Primária, com encaminhamentos e maior adesão ao cuidado con-
tínuo. A experiência evidenciou o potencial das ações extramuros na redução de barreiras de acesso e na promoção da equidade em saúde. A estratégia demonstrou efetividade na ampliação do acesso, identificação de agravos e fortalecimento do vínculo com a Atenção Primária. É replicável e reforça a importância de ações intersetoriais e territoriais para pro-
moção da saúde de trabalhadores informais.



9º Vigilância
Seminário Estadual de Saúde^{em}



Eixo
**Vigilância e Controle de Endemias/
Zoonoses e Saúde Única**

ACARAÚ PET: MAIS QUE CASTRAÇÃO NA VIGILÂNCIA DA LEISHMANIOSE

Maria Vanessa de Oliveira Marques, Médica Veterinária, Secretária de Saúde de Acaraú
Suzane Passos de Vasconcelos, Enfermeira, Secretária de Saúde de Acaraú
Ana Paula Praciano Teixeira, Enfermeira, Secretária de Saúde de Acaraú

O crescimento desordenado de cães e gatos representa um desafio à saúde pública, especialmente em municípios do litoral oeste do Ceará, áreas endêmicas para leishmaniose visceral. As condições climáticas locais favorecem a proliferação do vetor e a manutenção da transmissão, associadas à alta densidade de cães e à presença de animais errantes. Em Acaraú (CE), áreas com maior incidência reforçam a necessidade de ações territorializadas. Em setembro de 2025, implantou-se o CastraMóvel, priorizando regiões de maior risco e integrando manejo populacional, educação em saúde e vigilância. A iniciativa contribui para o controle da doença e o fortalecimento das ações de Vigilância em Saúde. Relatar a experiência de implantação do CastraMóvel como estratégia integrada às ações de Vigilância em Saúde em município endêmico para leishmaniose visceral, priorizando áreas com maior incidência de casos humanos e caninos, ampliando o acesso à esterilização cirúrgica em territórios vulneráveis e fortalecendo a integração entre manejo populacional animal e estratégias municipais de controle da doença. Trata-se de relato de experiência referente à implantação do CastraMóvel no município de Acaraú (CE), iniciada em setembro de 2025, como estratégia institucional vinculada à Vigilância em Saúde. Previamente à execução, foi realizado levantamento dos casos humanos e caninos de leishmaniose visceral registrados nos últimos anos, utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e registros municipais. Com base nessa análise epidemiológica, foram identificadas sete localidades prioritárias, incluindo áreas urbanas e da zona rural com histórico de transmissão ativa. A definição do cronograma de atuação considerou critérios epidemiológicos, presença de cães positivos, vulnerabilidade social e concentração de animais errantes. As ações foram executadas de forma itinerante e integradas às estratégias municipais de controle da leishmaniose visceral. Além das esterilizações cirúrgicas, foram realizadas orientações educativas sobre guarda responsável, prevenção de zoonoses e medidas ambientais para redução do vetor, atualização da vacinação antirrábica e encaminhamentos para testagem sorológica quando indicado. Foram analisados o número de procedimentos realizados e a distribuição territorial das ações como indicadores de execução e cobertura da estratégia. No período avaliado, foram realizadas 276 esterilizações cirúrgicas em cães e gatos, distribuídas em sete localidades previamente selecionadas com base na análise epidemiológica da leishmaniose visceral no município. Do total de procedimentos, 203 ocorreram em felinos e 73 em caninos. A concentração das ações em territórios com histórico recente de transmissão ativa demonstra coerência entre diagnóstico situacional e planejamento operativo, reforçando o uso de critérios epidemiológicos na organização das intervenções. Destaca-se a priorização de fêmeas, estratégia com maior impacto no controle populacional. Embora o intervalo desde a implantação ainda não permita avaliar repercussões diretas na incidência, a redução da densidade de animais em áreas prioritárias configura medida estrutural de apoio ao controle da doença. As ações itinerantes também ampliaram o acesso a orientações. A implantação do CastraMóvel em Acaraú demonstrou-se estratégia viável e alinhada à Vigilância em Saúde em área endêmica para leishmaniose visceral. A priorização de territórios de maior risco otimizou recursos, ampliou o acesso em áreas vulneráveis e fortaleceu o manejo populacional e a vigilância, com potencial de reduzir a população suscetível.



CENTRO DE ZONOSSES COMO DISPOSITIVO ESTRATÉGICO NO ENFRENTAMENTO DE ZONOSSES NO SEMIÁRIDO: EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MAURITI-CE

Argemiro José de Sousa neto, enfermeiro, vigilância Ambiental e de Saúde do Trabalhador
Maria Joana da Silva, Enfermeira, Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Brejo Santo
Marta Garceza Figueiredo Leite, Assistente social, Vigilância Epidemiológica
Felipe Dantas Campos, Gestor de Tecnologia da Informação, Vigilância Sanitária
Ailla Suelle Rodrigues Brandão, Enfermeira
Rian Saraiva de Oliveira, Enfermeiro, Vigilância em Saúde

O município de Mauriti-CE, localizado no semiárido nordestino, apresenta determinantes socioambientais que favorecem a ocorrência e manutenção de zoonoses de relevância para a saúde pública, como leishmaniose visceral, raiva e arboviroses. A presença expressiva de animais errantes, associada a fragilidades no manejo ambiental, nas condições de saneamento básico e na adesão às medidas preventivas pela população, contribui para a persistência desses agravos. Nesse contexto, o Centro de Zoonoses assume papel estratégico na Vigilância em Saúde, articulando ações de monitoramento, prevenção e controle, orientadas pela análise da situação de saúde e pelas especificidades do território, contribuindo para respostas mais oportunas e efetivas frente aos riscos identificados. Analisar a atuação do Centro de Zoonoses no enfrentamento de zoonoses no município de Mauriti-CE, destacando sua contribuição para a organização das ações de vigilância, qualificação dos processos de trabalho e redução de riscos à saúde. Busca-se evidenciar como as estratégias desenvolvidas contribuem para o fortalecimento da Vigilância em Saúde e para a melhoria das respostas frente aos agravos no território. Experiência desenvolvida no período de 2023 a 2025, envolvendo a integração entre Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, agentes de endemias e Atenção Primária à Saúde. As ações foram organizadas a partir da análise de dados epidemiológicos e ambientais, permitindo a identificação de áreas prioritárias para intervenção. Entre as principais atividades realizadas, destacam-se campanhas de vacinação antirrábica, monitoramento e investigação de casos suspeitos de zoonoses, manejo de animais errantes e desenvolvimento de ações educativas voltadas à população. As estratégias adotadas priorizaram a territorialização das ações, com foco em áreas de maior vulnerabilidade e maior concentração de fatores de risco. A atuação integrada entre os diferentes componentes da Vigilância em Saúde e as equipes da Atenção Primária possibilitou maior alinhamento das práticas, qualificação do processo de trabalho e ampliação da capacidade de resposta frente às demandas do território. Também foi estabelecida articulação com setores como meio ambiente e educação, ampliando o alcance das ações e fortalecendo a abordagem intersetorial. As atividades educativas foram direcionadas à sensibilização da população quanto à prevenção de zoonoses, guarda responsável de animais e importância da vacinação, contribuindo para a identificação precoce de situações de risco e adoção de medidas preventivas. Observou-se ampliação da cobertura vacinal animal, maior capacidade de identificação precoce de situações de risco e redução de registros relacionados a zoonoses no período analisado. As ações contribuíram para a melhoria da organização dos processos de trabalho, com fortalecimento da integração entre os serviços e maior alinhamento das estratégias de intervenção. Destaca-se também a ampliação do vínculo com a comunidade, favorecendo maior adesão às medidas preventivas e participação nas ações educativas. Houve ainda maior articulação entre os setores envolvidos, possibilitando respostas mais



oportunas frente às situações identificadas e contribuindo para o aprimoramento das ações de vigilância no território. A experiência evidencia a importância do Centro de Zoonoses na condução de ações de vigilância voltadas ao enfrentamento de zoonoses, destacando a integração entre serviços e o uso de informações em saúde na tomada de decisão. As ações desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento da Vigilância em Saúde e apresentam potencial de continuidade.



ESPOROTRICOSE NO PARACURU: PANORAMA ATUAL E MEDIDAS DE CONTROLE

Sabrina Vasconcelos de Castro Lopes, Enfermeira, Vigilância Epidemiológica – Paracuru – CE
Mara Dallila Sousa Alves, Química, Vigilância em Saúde – Paracuru – CE
Marcelo Ivan Rojas Burgoa, Médico Veterinário, Endemias e Zoonoses – Paracuru – CE
Francielem Marie Sousa Nogueira, Médica Veterinária, Residente em Saúde da Família – ESP
Gisele de Castro Varela Cruz, Enfermeira, GT doenças de transmissão hídrica e alimentar – COVEP
Carolina Nobrega Dantas, Nutricionista, GT doenças de transmissão hídrica e alimentar – COVEP

A esporotricose é uma micose subcutânea de importância crescente em saúde pública no Brasil, especialmente na forma zoonótica transmitida por felinos infectados. No município de Paracuru-CE, observou-se aumento significativo de casos humanos e animais no ano de 2025, associado à presença de animais errantes, condições climáticas favoráveis e fragilidades nas ações de vigilância e controle. Nesse contexto, identificou-se a necessidade de fortalecer estratégias integradas voltadas à detecção precoce, manejo adequado e educação em saúde, justificando a realização desta experiência. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência das ações desenvolvidas para o enfrentamento da esporotricose no município de Paracuru-CE, visando reduzir a transmissão da doença, fortalecer a vigilância em saúde e qualificar a assistência aos casos humanos e animais. Trata-se de um relato de experiência realizado no período de 2025 a 2026, envolvendo profissionais da vigilância em saúde, atenção hospitalar e atenção primária (médicos, enfermeiros, médicos veterinários, agentes comunitários de saúde e agentes de endemias). As ações foram divididas em nove eixos de trabalho: vigilância epidemiológica; vigilância e manejo animal; manejo dos animais sem abrigo público; assistência e manejo clínico; educação em saúde e comunicação de risco; diagnóstico laboratorial; gestão e articulação intersetorial; proteção dos trabalhadores; monitoramento e avaliação. Nesse ínterim, as estratégias adotadas incluíram capacitações para profissionais sobre diagnóstico, manejo clínico e prevenção; realização de busca ativa de casos humanos e animais em áreas prioritárias; ações educativas junto à comunidade; e desenvolvimento de ação integrada em território com atendimento clínico especializado para humanos e avaliação de animais por equipe veterinária, incluindo coleta de amostras das lesões humanas e de fungo por contato dos animais para diagnóstico. Devido a demanda espontânea escassa de atendimento no vetmovel foi realizada busca ativa dos animais por meio de visitas domiciliares. Foram avaliados mais de vinte e cinco animais e desses foram colhidos dezesseis amostras para diagnóstico. Também foram utilizados instrumentos digitais para rastreamento de casos suspeitos e fortalecimento do fluxo de notificação. Experiência inovadora que integrou assistência humana e animal no território, com potencial de replicação em municípios de contexto semelhante. Como principais resultados, destaca-se a qualificação dos profissionais para identificação precoce da doença, ampliação da detecção de casos suspeitos tanto em humanos quanto em animais, fortalecimento da articulação intersetorial e maior aproximação dos serviços de saúde com a comunidade. A busca ativa mostrou-se estratégia eficaz na identificação de casos, enquanto a baixa adesão inicial às ações com atendimento veterinário evidenciou a necessidade de intensificação da mobilização social. Observou-se ainda maior sensibilização da população quanto às medidas de prevenção e ao manejo adequado de animais doentes. Vale destacar a atuação dos agentes de endemias e agentes comunitários de saúde na orientação à população, identificação precoce de casos suspeitos e encaminhamento adequado para diagnóstico e tratamento. Conclui-



-se que a implementação de ações integradas e contínuas, com enfoque na vigilância ativa, educação em saúde e articulação intersetorial contribuiu significativamente para a redução da transmissão e controle da esporotricose em nível local, mesmo diante da inexistência de abrigo público para acolhimento de animais.



EXPANSÃO DO MONITORAMENTO ENTOMOLÓGICO ATRAVÉS DE ARMADILHAS OVITRAMPAS EM MUNICÍPIOS CEARENSES

Amanda Albuquerque Rocha, Assessora Técnica, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Carla Vasconcelos Freitas, Assessora Técnica, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
João Bosco Colares Vasconcelos, Assessor Técnico, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Alexandre Souza Barros, Assessor Técnico, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Francisca Jessika Nunes de Moura, Assessora Técnica, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Luiz Osvaldo Rodrigues da Silva, Orientador, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

A vigilância entomológica do *Aedes* é essencial para o direcionamento de ações de controle vetorial, implantação de tecnologias e prevenção de arboviroses, sendo as armadilhas ovitrampas as ferramentas mais recomendadas devido sua alta sensibilidade, rapidez nas respostas e baixo custo, conforme as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas. Através da contagem de ovos de *Aedes* encontrados nas armadilhas, é possível identificar áreas com alta densidade vetorial, fornecendo informações rápidas e assertivas que subsidiam as ações de controle vetorial. O uso dessa metodologia torna-se complementar ao LIRAA/LIA, permitindo uma vigilância mais ágil e precisa, direcionando recursos humanos, materiais e tempo de ações para áreas de maior risco, sendo uma importante ferramenta para a prevenção de casos de arboviroses. Geral: Expandir o uso de armadilhas ovitrampas para fortalecimento do monitoramento entomológico e direcionamento das ações de controle vetorial em municípios cearenses. Específicos: Identificar municípios prioritários para expansão das ovitrampas. Capacitar profissionais para uso da metodologia. Implantar as novas Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial. No início de 2025, o Grupo Técnico de Controle Vetorial das Arboviroses da Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde do Estado elencou 24 municípios prioritários para implantação das ovitrampas, considerando aqueles que realizaram as menores coberturas de visitas domiciliares através dos trabalhos dos Agentes de Combate às Endemias em 2024, sendo: Amontada, Aquiraz, Aracoiaba, Barbalha, Beberibe, Caririçu, Cariús, Carnaubal, Caucaia, Crato, Croatá, Fortaleza, Ipaumirim, Itapipoca, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Maranguape, Morada Nova, Pacatuba, Pindoretama, Quixeramobim, Russas, São Benedito e Tianguá. Foram realizadas reuniões com os municípios, Áreas Descentralizadas de Saúde (ADS) e Superintendências Regionais (SRS) para divulgação das Diretrizes Nacionais, sendo apresentadas informações como a importância do monitoramento vetorial, os benefícios das armadilhas ovitrampas, a identificação de áreas prioritárias para as ações de controle e as responsabilidades dos municípios e Estado, ressaltando-se a relevância do método sobretudo para os municípios com rápida expansão de seus territórios e quantidade de ACE insuficiente para realização dos trabalhos. Além dos municípios prioritários, o Grupo Técnico recebeu solicitações de outros municípios (com boas taxas de cobertura domiciliar) para participação no treinamento com o objetivo de implantar as ovitrampas em seus territórios, devido à eficácia e facilidade do método. Os treinamentos foram realizados pelo Grupo Técnico de Controle Vetorial das Arboviroses em parceria com a Escola de Saúde Pública, Laboratório de Vetores e Célula de Vigilância Epidemiológica. Foram solicitados materiais ao Ministério da Saúde (MS) para entrega aos municípios treinados: baldes, palhetas, levedo de cerveja, cliques, pipetas e tubo falcon. O restante dos insumos como lupa, transporte e pessoal ficaram a cargo dos municípios, como pactuado nas reuniões de sensibilização. Dos 24 municípios prioritários, 3 optaram por não implantar a ferramenta (Aquiraz, Barbalha e Cari-



ús), somando 21 municípios que manifestaram interesse, concordando com a implantação da metodologia (87%). Além destes, 7 municípios não prioritários participaram do treinamento, sendo: Aracati, Choró, Groaíras, Ibiapina, Maracanaú, Pacajus e Senador Pompeu. Ao todo, 28 municípios cearenses foram treinados e receberam material do MS expandindo a metodologia de 11 para 39 municípios. Também foram treinadas 8 ADS e 3 SRS, para apoio e monitoramento das ações, sendo: ADS – Aracati, Baturité, Cascavel, Crato, Icó, Itapipoca, Maracanaú e Russas. SRS – Fortaleza, Litoral Leste e Cariri. O treinamento ocorreu em 2 turmas, totalizando 97 profissionais capacitados para a metodologia de campo, uso do site, geração de mapas, construção de gráficos, identificação e contagem de ovos de Aedes. O monitoramento entomológico através de armadilhas ovitrampas torna-se uma ferramenta importante para respostas rápidas e direcionadas aos territórios com maior risco. Observa-se a necessidade de expansão permanente no Estado como uma medida fundamental para implantação das Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas.



IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE SILVESTRE GEORREFERENCIADO (SISS-GEO) NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, CEARÁ

Mirtes Soares Rodrigues, Biomédica, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Jaliana Holanda Nascimento dos Santos, Médico veterinário, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Maria Juliana de Moraes Ferreira, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Kylvia Gardênia Torres Eduardo, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Francisca Márcia Porfírio Sousa, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce

O SISS-GEO é uma plataforma colaborativa de monitoramento criada pela FIOCRUZ, baseada na ciência cidadã e no conceito de Uma Só Saúde. Reúne tecnologia, vigilância epidemiológica, conservação da biodiversidade e participação social em um ambiente digital gratuito, acessível até sem internet, permitindo coleta de dados em áreas remotas. Qualquer pessoa pode registrar observações de animais silvestres via aplicativo ou web. As informações passam por validação taxonômica, análise laboratorial e geoespacial, gerando alertas e previsões de doenças em humanos e animais. Inclui registros de animais mortos e saudáveis para investigação e monitoramento. O sistema classifica os dados em válidos, verificados e pendentes. Em 2025, foi adotado como ferramenta estratégica diante de casos suspeitos de raiva associados à fauna local de suspeitas de raiva. Relatar a experiência de implantação do SISS-Geo em São Gonçalo do Amarante, Ceará, como ferramenta de monitoramento a partir de um contexto de confirmação de caso de raiva associado à fauna silvestre. Em dezembro de 2025 após confirmação de caso de raiva em localidade do município, a equipe de endemias decidiu pela implantação do SSIS-Geo. A iniciativa contou com os Agentes de Combate às Endemias (ACE) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), profissionais que atuam diretamente no território, sendo estratégicos para registros de ocorrências em animais domésticos, mortos ou com comportamento atípico em campo. Foi realizada capacitação abordando cadastro na plataforma, realização de registros georreferenciados com foto, identificação de espécies como morcegos e raposas e envio das informações quando não há acesso à internet. Após a implantação foram registrados nove notificações no SISS-Geo de animais, tais como morcego, serpente, raposa e ave. Esse resultado representa um avanço gradual e significativo pois sistematiza informações que não eram coletadas de forma estruturada ou georreferenciada. A diversidade de espécies registradas mostra o potencial do sistema para uma vigilância ampliada. Todos os registros integram à base nacional da plataforma. Entretanto, o SISS-Geo ainda é pouco conhecido entre população e profissionais da saúde, o que limita sua adoção em escala e reforça a necessidade de capacitação continuada da ferramenta nos fluxos locais de vigilância. O SISS-Geo mostrou ser uma ferramenta viável para monitorar a fauna silvestre no município, especialmente em contextos de risco de zoonoses. A atuação de ACS e ACE reforça seu potencial de integrar saúde humana, animal e ambiental. Ainda pouco conhecido, oferece dados georreferenciados em tempo real e apoia tomada de decisões.



INFORMATIZAÇÃO DA GESTÃO DE DADOS NO LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA: EXPERIÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO CEARÁ

Francisca Jessika nunes de Moura, Médica Veterinária, CEVET-SESA

Murillo Sousa Ribeiro, Biólogo, CEVET-SESA

Robson da Costa Cavalcante, Biólogo, CEVET-SESA

José Milton Marques de Sousa Filho, Estudante de Ciências Biológicas, UNILAB, CEVET-SESA

Paulo Henrique Bezerra Silva, Técnico em Informática, COVAT-SESA

Luiz Osvaldo Rodrigues da Silva, Biólogo, CEVET-SESA

A Vigilância em Saúde no Ceará, especialmente no monitoramento de vetores, demanda agilidade e precisão na produção de informações. O Laboratório de Vetores, Reservatórios e Animais Peçonhentos Dr. Thomaz Corrêa Aragão enfrentava limitações devido à ausência de um sistema informatizado unificado, com registros manuais e fragmentados que dificultavam a consolidação de indicadores e a rastreabilidade de amostras. A lentidão no fluxo de informações e erros de transcrição comprometem a qualidade dos dados e a tomada de decisão. A intervenção justificou-se pela necessidade de migrar do modelo analógico para o digital, otimizando o fluxo entre municípios, regionais de saúde e laboratório central, garantindo integridade, rastreabilidade e maior confiabilidade às informações que subsidiam as ações de vigilância entomológica. Implantar uma estratégia de informatização para o registro e gestão da entrada de material biológico no laboratório estadual. Especificamente: padronizar o registro por meio de plataforma digital; estruturar banco de dados confiável; e possibilitar maior aporte de dados geoespaciais para subsidiar ações da Vigilância em Saúde. A implementação ocorreu de forma gradual, iniciada em 2025 e consolidada no primeiro trimestre de 2026. Participaram técnicos do laboratório central, da vigilância entomológica estadual, das regionais de saúde e dos municípios. Utilizou-se ferramenta digital de baixo custo (Google Forms), adaptada à rotina do serviço. O fluxo foi reorganizado: o município ou regional realiza o registro prévio da amostra via formulário no momento do envio; ao chegar ao laboratório, o material é conferido por protocolo único gerado automaticamente, com envio de confirmação por e-mail. Após análise laboratorial, os resultados são inseridos diretamente no banco de dados. A estratégia eliminou registros paralelos e permitiu acesso compartilhado e em tempo real às informações pelas áreas técnicas da CEVET. Houve padronização dos dados, melhoria na organização do processo de trabalho e maior integração entre os níveis da vigilância, fortalecendo a comunicação e a rastreabilidade das amostras. Observou-se aumento no registro e qualidade dos dados. Em 2025, foram registrados 166 protocolos, com 1.165 espécimes de 71 localidades. Em 2026, houve crescimento para 420 protocolos e 2.269 exemplares, abrangendo 83 municípios e 418 localidades. O sistema reduziu erros de digitação e inconsistências geográficas, ampliou a cobertura territorial e melhorou a precisão das informações. Houve descentralização do registro, incluindo áreas antes subnotificadas. A organização dos dados tem permitido melhor monitoramento e maior confiabilidade para organizar dados e tomada de decisões em saúde pública. A informatização demonstrou ser estratégia eficaz para qualificar a gestão de dados entomológicos. A integração entre tecnologia e reorganização do processo de trabalho reduziu falhas, aumentou a confiabilidade e fortaleceu a vigilância. A experiência tem baixo custo, alta efetividade e potencial de replicação em outros serviços.



INOVAÇÃO NA VIGILÂNCIA: OVITRAMPAS NO MONITORAMENTO DO *Aedes Aegypti*

Mara Sâmia Félix Lopes, Enfermagem, Secretaria da Saúde/Vigilância em Saúde
Priscilla Régia Nogueira Nântua, Enfermagem, Secretaria da Saúde Raimundo Gernildo Cavalcante

As arboviroses constituem importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente em regiões com condições climáticas favoráveis à proliferação do *Aedes aegypti*. O monitoramento entomológico é fundamental para a detecção precoce do vetor e o direcionamento oportuno das ações de controle. Nesse contexto, as ovitrampas configuram-se como ferramenta sensível, de baixo custo e eficaz na identificação da presença do vetor, inclusive em cenários de baixa infestação. No município de Morada Nova-CE, observou-se a necessidade de fortalecer a vigilância entomológica, visando aprimorar o monitoramento e qualificar as ações de prevenção e controle. Diante disso, implantou-se a estratégia de monitoramento por ovitrampas, com foco na ampliação da capacidade de detecção e no direcionamento mais assertivo das ações de vigilância em saúde. Objetivo geral: Fortalecer a vigilância entomológica por meio da implantação de ovitrampas no município de Morada Nova-CE. Objetivos específicos: Ampliar a capacidade de detecção do vetor; Monitorar a presença do *Aedes aegypti* em áreas estratégicas; Subsidiar o planejamento das ações de controle vetorial e identificar áreas de maior risco para intervenção. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido pela Vigilância em Saúde do município de Morada Nova, no âmbito das ações de vigilância e controle das arboviroses, com implantação de ovitrampas como estratégia de monitoramento entomológico. A adesão foi pactuada junto à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, por meio da Área Descentralizada de Saúde (ADS) de Russas, considerando o cenário epidemiológico local. A implantação ocorreu de forma gradual. Em 2025, realizou-se a capacitação dos Agentes de Combate às Endemias, seguida da instalação de 85 ovitrampas em pontos estratégicos da zona urbana, definidos com base em critérios epidemiológicos, entomológicos e de vulnerabilidade. Inicialmente, foi conduzida a fase piloto para avaliação da viabilidade operacional e ajuste de fluxos. A partir de 2026, instituiu-se o monitoramento sistemático das armadilhas. As inspeções são realizadas mensalmente, com perspectiva de ampliação para periodicidade quinzenal. Para análise, utiliza-se o Indicador de Positividade de Ovitrampas (IPO). Os dados são registrados no aplicativo ContaTos, subsidiando o planejamento das ações, com atuação integrada entre Vigilância em Saúde, Agentes de Combate às Endemias e Atenção Primária. A implantação das ovitrampas ampliou a capacidade de monitoramento entomológico, com maior sensibilidade na detecção do *Aedes aegypti*. Na análise inicial, 3 das 85 armadilhas foram positivas (IPO: 3,5%), indicando presença do vetor em cenário de baixa infestação. Com a continuidade, 10 ovitrampas apresentaram positividade (IPO: 11,8%), evidenciando aumento da detecção e circulação vetorial. No período, foram coletados 854 ovos, com Índice de Densidade de Ovos de 85, demonstrando atividade reprodutiva no território. Os resultados subsidiaram o direcionamento das ações, com priorização de áreas de risco, intensificação de visitas domiciliares, ações educativas e mobilização comunitária, além do fortalecimento da integração entre Vigilância em Saúde, ACE e Atenção Primária. A implantação das ovitrampas mostrou-se eficaz no fortalecimento da vigilância entomológica em Morada Nova, ampliando a detecção precoce do vetor e qualificando as ações de controle. O aumento do IPO evidencia sua sensibilidade, permitindo intervenções oportunas e baseadas em evidências, com potencial de replicação no SUS.



INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MEU ACESUS EM PIQUET CARNEIRO

Alercio Pinheiro Carnauba, Técnico em Agentes de Combates às Endemias SMS
Raimundo Rodrigues de Moura Neto, Analista de Sistema
Dejacir Rodrigues Campos, Enfermeiro Coordenador da VISA SMS Piquet Carneiro
Francisco Sarmento do Vale, Enfermeiro Secretário de Saúde de Piquet Carneiro
Mateus Cavalcante Beserra de Moraes, Enfermeiro
André de Santana Campos, Enfermeiro
Vaneska de Lima Bitu Vitor, Enfermeira
Rivelino Franco Fernandes, Coordenador de Sistemas
Cicero Higor de Medeiros Carnauba, Engenharia de Software
Vicemir Eleomar Sucupira de Santana Campos
Paulo Janiel Rodrigues Pedrosa, Administração Pública

A Vigilância em Saúde no contexto municipal enfrenta desafios recorrentes relacionados à morosidade na coleta e no processamento de dados, uso excessivo de formulários impressos, dificuldade de padronização das informações e limitação de acesso a dados em tempo oportuno para subsidiar decisões estratégicas. Em Piquet Carneiro, esses entraves impactavam diretamente o processo de trabalho dos Agentes de Combate às Endemias, favorecendo retrabalho, maior consumo de tempo com tarefas burocráticas e risco de perdas ou inconsistências nos registros. Diante dessa realidade, foi proposto o sistema Meu Acesus, composto por aplicativo móvel para uso em campo e plataforma web para gestores, com a finalidade de modernizar a rotina operacional, qualificar o registro das ações e fortalecer a capacidade de monitoramento da Vigilância em Saúde. Modernizar os Processos de trabalho da Vigilância em Saúde: Digitalizar os formulários e qualificar a integralidade dos registros; Proporcionar mais agilidade à coleta, e ao processamento e à análise dos dados; Disponibilizar aos ACES ferramenta intuitiva para uso em campo; oferecer aos gestores relatórios e mecanismos de monitoramento; Incorporar georreferenciamento para melhor leitura do território. A experiência consistiu no desenvolvimento e implantação do sistema Meu Acesus, composto por aplicativo móvel para os Agentes de Combate às Endemias e plataforma web para gestores da saúde. A iniciativa surgiu diante das dificuldades enfrentadas na rotina da Vigilância em Saúde, especialmente quanto ao uso de formulários em papel, demora no processamento das informações, risco de inconsistências nos registros e limitação de acesso a dados atualizados para monitoramento e tomada de decisão. A metodologia adotada envolveu levantamento das necessidades do serviço, escuta dos profissionais envolvidos, definição de prioridades e desenvolvimento gradual da solução, considerando a realidade local. Os testes iniciais do aplicativo começaram em julho de 2025, com foco na avaliação da usabilidade, organização do fluxo de preenchimento e adequação da ferramenta às atividades de campo. Nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026, foram realizados testes de campo em situação real de uso, permitindo ajustes técnicos e funcionais antes do lançamento efetivo, ocorrido em janeiro de 2026. O sistema passou a contemplar formulários digitais aplicáveis a diferentes frentes da Vigilância em Saúde. Entre as práticas implementadas, destacam-se login seguro, validação de campos, assinatura digital do morador, inserção de imagens, navegação por etapas, armazenamento offline para uso em áreas sem conectividade e sincronização posterior dos dados. A experiência também reorganizou o processo de trabalho ao substituir registros manuais por fluxo digital padronizado, favorecendo maior agilidade na coleta e no processamento dos dados, emissão de relatórios gerenciais, monitoramento das ações, redução



do uso de papel, diminuição de custos operacionais e fortalecimento da sustentabilidade. A implantação do Meu Acesus trouxe avanços relevantes para a Vigilância em Saúde municipal, ao substituir formulários em papel por registros digitais padronizados. Entre os principais impactos, destacam-se maior agilidade na coleta, processamento e análise dos dados, redução do risco de perda de informações, melhoria na qualidade e integridade dos registros e fortalecimento da rastreabilidade das ações realizadas em campo. O sistema também passou a subsidiar a emissão de relatórios gerenciais, qualificando o acompanhamento pelos gestores e favorecendo decisões mais oportunas. A possibilidade de uso offline ampliou a funcionalidade da ferramenta em áreas com baixa conectividade. Além disso, a redução do uso de papel contribuiu para diminuição de custos operacionais e para uma prática mais sustentável no serviço público. Conclui-se que o Meu Acesus representa uma experiência inovadora e relevante para a Vigilância em Saúde, ao qualificar o processo de trabalho, fortalecer o uso de dados em tempo oportuno, reduzir o uso de papel e ampliar a capacidade de monitoramento e gestão. A iniciativa apresenta potencial de replicabilidade em outros municípios.



MACROFOTOGRAFIA NA IDENTIFICAÇÃO DE VETORES: UMA EXPERIÊNCIA BEM-SUCEDIDA EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Francisco Amadeu Moura do nascimento
Manoel Augusto

A vigilância em saúde é essencial para monitorar, prevenir e controlar doenças, especialmente aquelas transmitidas por vetores como mosquitos, barbeiros e flebotomíneos. A identificação correta desses vetores é um passo crucial para o planejamento de ações de controle. Entretanto, muitos serviços enfrentam dificuldades relacionadas à falta de equipamentos laboratoriais sofisticados. Nesse contexto, a macro fotografia surge como uma alternativa acessível e eficiente, permitindo a ampliação de detalhes anatômicos dos insetos por meio de dispositivos simples, como smartphones adaptados. Relatar uma experiência exitosa na utilização da macro fotografia como ferramenta de apoio à vigilância em saúde na identificação de vetores. O estudo foi realizado em uma área de atuação da vigilância em saúde, onde foram coletados insetos de interesse epidemiológico em ambientes domiciliares e peridomiciliares. As etapas incluíram: Coleta dos insetos com técnicas padronizadas; Utilização de lentes macro acopladas a smartphones; Registro fotográfico detalhado dos espécimes; Análise das imagens com base em características morfológicas; Comparação com manuais e guias entomológicos. A equipe envolvida foi composta por agentes de endemias e profissionais da vigilância sanitária, previamente capacitados. A utilização da macrofotografia permitiu: Melhor visualização de estruturas anatômicas importantes; Identificação mais rápida e precisa dos vetores; Redução da necessidade de envio de amostras para laboratórios distantes; Maior autonomia das equipes locais. Além disso, as imagens obtidas foram utilizadas para educação em saúde junto à comunidade, facilitando o reconhecimento de vetores pela população. A macrofotografia se mostrou uma estratégia inovadora e eficaz na identificação de vetores, promovendo melhorias nas ações de vigilância em saúde. Sua adoção pode ser expandida para outras regiões, contribuindo para o fortalecimento do sistema de saúde pública.



RESPOSTA INTERSETORIAL AO SURTO DE RAIVA ANIMAL EM ZONA RURAL: EXPERIÊNCIA EXITOSA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ (2025)

Lívia Freitas Sousa, Médica Veterinária, SMS de Limoeiro do Norte

Francisco Xavier da Silva Júnior, Médico Veterinário,

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará

Douglas Carpegiany Castro Silva, Médico Veterinário,

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará

Raimundo Levi Gomes dos Santos, Biólogo, SMS de Limoeiro do Norte

Thalita Soares Rimes, Enfermeira, SMS de Limoeiro do Norte

Carlos Sergio de Oliveira, Gestor Ambiental, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará

A raiva é uma zoonose de elevada letalidade e importante problema de saúde pública, sobretudo em áreas rurais, onde a interação entre humanos, animais domésticos e de produção e fauna silvestre favorece a circulação do vírus. No município de Limoeiro do Norte, em 2025, foram encaminhadas 54 amostras de animais ao LACEN, com 12 resultados positivos (22,2%), configurando cenário de risco epidemiológico e evidenciando circulação viral. A partir de outubro de 2025, esse cenário evoluiu para emergência sanitária local, com surto em comunidades rurais, acometendo principalmente animais de produção, com destaque para bovinos e ovinos. Diante disso, foi implementada resposta intersetorial para interromper a transmissão, proteger a população exposta e fortalecer a vigilância em saúde. Descrever a experiência de resposta intersetorial frente ao surto de raiva animal em área rural, evidenciando a oportunidade e efetividade das ações de controle, prevenção e vigilância. Especificamente, relatar a investigação epidemiológica, o manejo dos casos e acompanhamento dos contactantes, bem como analisar os impactos na contenção do surto e no fortalecimento da vigilância em saúde. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no período de outubro a dezembro de 2025, em comunidades rurais do município de Limoeiro do Norte, com a participação de profissionais da vigilância em saúde municipal, auditores fiscais da Agência de Defesa Agropecuária do Ceará (ADAGRI), produtores rurais e demais atores locais. A resposta ao surto teve início com a notificação do primeiro caso suspeito pela ADAGRI, que exerceu papel estratégico na vigilância animal, realizando a coleta e encaminhamento de amostras para diagnóstico laboratorial, além da comunicação oportuna com a vigilância em saúde. A partir dessa articulação, foram desencadeadas ações integradas de investigação epidemiológica, que resultaram na confirmação de seis casos de raiva em animais de produção, sendo cinco bovinos e um ovino, distribuídos em cinco propriedades distintas, localizadas em três localidades próximas entre si. Foram identificados e acompanhados os contactantes humanos expostos, com indicação e realização de profilaxia antirrábica conforme protocolo vigente. Paralelamente, a Secretaria Municipal de Saúde (SESA) e ADAGRI mantiveram atuação contínua nas ações de campo, incluindo busca ativa de novos casos, investigação de óbitos suspeitos em animais e identificação de possíveis abrigos de morcegos hematófagos. Também foram desenvolvidas ações de educação em saúde junto aos produtores rurais, realizadas de forma integrada pela SESA e Secretaria de Agricultura (SEMAPRE), com orientações sobre formas de transmissão, sinais clínicos, importância da notificação precoce e incentivo à vacinação dos animais de produção. Destaca-se ainda o uso de mídias sociais e rádio local como estratégias de comunicação e mobilização comunitária. A experiência incluiu reuniões sistemáticas de planejamento e alinhamento entre os setores envolvidos, fortalecendo a atuação intersetorial, a tomada de decisão oportuna e a resposta coordenada ao evento. Os casos de raiva ani-



mal foram confirmados, com resposta oportuna e efetiva. Foram identificados 20 contactantes humanos, dos quais 18 concluíram o esquema profilático (90% de adesão), evidenciando a efetividade do acompanhamento. Observou-se ampliação da sensibilidade da vigilância, com aumento das notificações e maior engajamento dos produtores rurais. Foram realizadas ações de educação em saúde, incluindo preenchimento da ficha de visita à propriedade rural, orientações sobre raiva e vacinação, além de reuniões com associações e alinhamento entre setores. Destaca-se a identificação de abrigos de morcegos hematófagos, com indícios de uso, como presença de fezes, porém sem presença de exemplares, sugerindo abrigos transitórios e subsidiando ações de controle. As ações contribuíram para a contenção do surto, fortalecimento da vigilância e consolidação da atuação intersetorial. A resposta intersetorial foi fundamental para o enfrentamento oportuno do surto, contribuindo para sua contenção e proteção da população. Destaca-se o fortalecimento da vigilância, integração entre setores e atuação territorial. A experiência apresenta caráter exitoso, com potencial de replicabilidade.



USO DE LUDICIDADE COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE DE ARBOVIROSES EM CRECHES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, CEARÁ

Célia de Oliveira Gomes, Enfermeira, Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante, CE
Mirtes Soares Rodrigues, Biomédica, Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante, CE
Jaliana Holanda Nascimento dos Santos, Médica Veterinária, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE
Kylvia Gardênia Torre Eduardo, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE
Francisca Márcia Porfírio Sousa, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE
Maria Juliana de Moraes Ferreira, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE

Trata-se de um relato de experiência de ações educativas em saúde para a prevenção de arboviroses, desenvolvidas no Centro de Educação Infantil (CEDI) Tia Tetê, localizado no bairro Siupé em São Gonçalo do Amarante, Ceará, no dia 31 de março de 2025, envolvendo Agente de Combate às Endemias, coordenador escolar, professores e estudantes. As atividades foram realizadas com duas turmas na faixa etária de 2 a 3 anos no turno da manhã e em duas turmas na faixa etária de 4 a 5 anos no período da tarde, totalizando 40 alunos. Os agentes de combate às endemias promoveram as atividades empregando estratégias pedagógicas lúdicas com o uso de tablet com jogo educativo. Durante a execução das atividades, os alunos interagiram com os jogos “dengue game”, “caça dengue” e “agentes protetores”, que são aplicativos gratuitos no play store. Os jogos apre[2.1]

Relatar a experiência de uso de ludicidade, associada a tecnologias digitais, com tablets e jogos educativos, na promoção da educação em saúde sobre arboviroses em uma creche do município de São Gonçalo do Amarante, Ceará, no ano de 2025. Trata-se de um relato de experiência de ações educativas em saúde para a prevenção de arboviroses, desenvolvidas no Centro de Educação Infantil (CEDI) Tia Tetê, localizado no bairro Siupé em São Gonçalo do Amarante, Ceará, no dia 31 de março de 2025, envolvendo Agente de Combate às Endemias, coordenador escolar, professores e estudantes. As atividades foram realizadas com duas turmas na faixa etária de 2 a 3 anos no turno da manhã e em duas turmas na faixa etária de 4 a 5 anos no período da tarde, totalizando 40 alunos. Os agentes de combate às endemias promoveram as atividades empregando estratégias pedagógicas lúdicas com o uso de tablet com jogos educativos. Durante a execução das atividades, os alunos interagiram com os jogos “dengue game”, “caça dengue” e “agentes protetores”, que são aplicativos gratuitos no play store. Os jogos apresentam situações do cotidiano e estimulam a criança a reconhecer ambientes propícios para serem criadouros do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor das arboviroses e aprendendo a reconhecer e como eliminá-los. Após o uso do tablet, foram realizadas atividades complementares como roda de conversa, desenho e simulações práticas de cuidados com o ambiente doméstico e escolar, consolidando trabalhos de forma integrada entre o digital e a vivência. Observou-se grande interesse e participação ativa dos professores e das crianças durante a realização das atividades educativas. O recurso digital facilitou a compreensão dos conteúdos, especialmente sobre a prevenção das arboviroses. O uso dos jogos contribuiu para aprendizado ativo e reflexivo, pois as crianças não apenas assistiram, mas interagiram com as situações do cotidiano. Além disso, a mediação do agente de combate às endemias foi importante para reforçar os conceitos e relacionar com a realidade das crianças, ampliando o impacto das ações educativas e preventivas. A integração entre o ambiente digital e as práticas pedagógicas potencializaram o engajamento e retenção do aprendizado, favorecendo a transferência dos conhecimentos para situações reais. O



uso do tablet com jogos educativos mostrou-se uma estratégia eficaz na educação em saúde em creches, provendo aprendizado lúdico e interativo sobre prevenção das arboviroses. A integração de tecnologias, ludicidade e práticas pedagógicas contribui para uma experiência dinâmica para formação das crianças mais conscientes sobre hábitos saudáveis.



9º Vigilância
Seminário Estadual de Saúde^{em}



Eixo
**Vigilância Epidemiológica, Prevenção
à Saúde e respostas coordenadas a
surto e epidemias**

AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DOS ÓBITOS E NASCIDOS VIVOS REGISTRADOS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE NO CEARÁ REALIZADAS NO ANO DE 2025

Ana Lalessa Pereira de Oliveira, Cirurgiã-dentista, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
Jeane Leandro Dias, Analista de sistemas, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
Carlos Ian Holanda de Melo, Nutricionista, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
Eloilson Carneiro do Nascimento, Enfermeiro, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
Socorro Maria Pinho Penteado, Nutricionista, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
João da Silva Nunes, Pedagogo, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará

Os Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) e sobre Nascidos Vivos (SINASC) constituem bases essenciais para análise da situação de saúde, pactuação de indicadores e planejamento de políticas públicas. Entretanto, inconsistências, incompletude e erros de codificação comprometem a confiabilidade das estatísticas vitais. Nesse contexto, a qualificação contínua desses sistemas representa prioridade estratégica para a Vigilância em Saúde. Relatar as ações desenvolvidas pelo estado do Ceará, no ano de 2025, para qualificação dos registros de óbitos e nascidos vivos nos sistemas SIM e SINASC. Descrição da experiência: Trata-se de relato de experiência sobre ações coordenadas pela Vigilância em Saúde estadual, em articulação com municípios, Superintendências Regionais de Saúde, unidades notificadoras e instituições parceiras. Foram elaborados relatórios técnicos periódicos contendo críticas automatizadas, inconsistências prioritárias e orientações para correção oportuna dos registros. As análises contemplaram variáveis essenciais de completitude, consistência e codificação. Paralelamente, realizou-se Curso de Formação de Multiplicadores em Codificação da Causa Básica do Óbito, com representantes das cinco regiões de saúde do Ceará e participação interestadual. Também foram fortalecidas cooperações técnicas com a Secretaria da Segurança Pública, para qualificação de causas externas, e com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), visando aprimorar o preenchimento da variável raça/cor em registros vitais. Principais Resultados: Em 2025 foram produzidos quatro relatórios estaduais de monitoramento referentes, principalmente, aos bancos de 2024, considerando o período regular de ajustes. No SIM, observou-se redução de 20,92% nos óbitos não fetais classificados no Capítulo XVIII da CID-10 (causas mal definidas), além de eliminação dos registros sem causa básica informada. Entre os óbitos fetais, inconsistências relacionadas a causas inadequadas e mal definidas foram totalmente sanadas. No SINASC, houve redução de 26,23% nas inconsistências entre local de nascimento e tipo de parto, além da correção integral dos registros com início de pré-natal informado no décimo mês gestacional. O curso de multiplicadores capacitou 30 profissionais, ampliando a capacidade regional de codificação e sustentabilidade do processo de qualificação. A experiência evidencia que estratégias integradas de monitoramento sistemático, educação permanente e cooperação interinstitucional fortalecem a qualidade das estatísticas vitais. O modelo adotado demonstrou impacto mensurável na consistência e completitude dos dados, contribuindo diretamente para decisões mais qualificadas em saúde pública.



ATUAÇÃO INTEGRADA DAS VIGILÂNCIAS E ARTICULAÇÃO COM O CIEVS NA PROMOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS EM EVENTOS DE MASSA

Argemiro José de Sousa neto, enfermeiro,
Coordenadoria Vigilância Ambiental e de Saúde do Trabalhador
Maria Joana da Silva, Enfermeira, Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Brejo Santo
Marta Garceza Figueiredo Leite, Assistente social, Coordenadoria da Vigilância Epidemiológica
Felipe Dantas Campos, Gestor de Tecnologia da Informação, Coordenadoria da Vigilância Sanitária
Ailla Suelle Rodrigues Brandão, Enfermeira, Agente comunitária de saúde
Francisco Leandro Leite de Araújo, Fisioterapeuta, Coordenador da EMULTI

Eventos de massa configuram cenários que demandam maior atenção da Vigilância em Saúde, especialmente quanto à manipulação e comercialização de alimentos em estruturas temporárias, muitas vezes instaladas em condições sanitárias heterogêneas. No município de Mauriti, o calendário festivo anual intensifica a circulação de pessoas, caracterizando a população flutuante e ampliando a atuação de permissionários formais e informais, o que pode elevar o risco de doenças de transmissão hídrica e alimentar (DTHA). Esse contexto requer planejamento antecipado, atuação integrada e monitoramento contínuo das condições sanitárias, com foco na prevenção de agravos e na proteção da saúde coletiva, além do fortalecimento de ações educativas e da vigilância ativa diante da dinâmica dos eventos e riscos associados em todo período festivo. Descrever a atuação integrada das vigilâncias Sanitária, Ambiental e em Saúde do Trabalhador, em articulação com o CIEVS Cariri, na orientação e promoção de boas práticas de manipulação de alimentos durante eventos de massa no município de Mauriti-CE, evidenciando sua contribuição para a prevenção de riscos sanitários, e fortalecimento da Vigilância em Saúde. A experiência foi desenvolvida no ano de 2025, contemplando o calendário festivo do município. As ações foram planejadas de forma intersetorial, com reuniões prévias entre as equipes envolvidas para definição de estratégias, fluxos de comunicação e responsabilidades. No período que antecedeu os eventos, foram realizadas capacitações com os permissionários, abordando temas como boas práticas de manipulação de alimentos, higiene pessoal e do ambiente, armazenamento adequado, controle de temperatura, procedência dos insumos e manejo correto de resíduos sólidos. Durante as festividades, as equipes realizaram inspeções sistemáticas, orientações in loco e acompanhamento das condições de trabalho e do ambiente, com abordagem educativa e preventiva. A Vigilância Ambiental atuou na avaliação do entorno, incluindo abastecimento de água, condições de saneamento e manejo de resíduos, enquanto a Vigilância em Saúde do Trabalhador desenvolveu ações voltadas à identificação e prevenção de riscos ocupacionais, como exposição ao calor, sobrecarga de trabalho e uso inadequado de equipamentos de proteção. A articulação com o CIEVS Cariri fortaleceu o monitoramento de eventos de interesse em saúde pública, aprimorando os fluxos de notificação, investigação e resposta oportuna frente a possíveis agravos. Observou-se melhoria significativa nas condições de manipulação e comercialização de alimentos, maior adesão dos permissionários às orientações sanitárias e redução de inconformidades identificadas durante as inspeções. Destaca-se a ampliação do conhecimento dos trabalhadores sobre práticas seguras, bem como maior comprometimento com a qualidade dos serviços ofertados. Não foram registrados surtos de DTHA relacionados aos eventos acompanhados no período, evidenciando a efetividade das ações implementadas. Ademais, houve fortalecimento da atuação integrada entre as vigilâncias e aprimora-



mento da capacidade de detecção precoce e resposta a riscos sanitários, contribuindo para maior segurança alimentar e proteção da saúde da população. A experiência demonstra que a atuação integrada das vigilâncias, aliada à articulação com o CIEVS, é essencial na prevenção de agravos em eventos de massa. Destaca-se o planejamento antecipado, a educação em saúde e a ação coordenada entre setores, fortalecendo a Vigilância em Saúde, ampliando a segurança sanitária e a proteção coletiva efetiva.



AURICULOTERAPIA COMO ESTRATÉGIA COMPLEMENTAR NO CONTROLE DO TABAGISMO: EXPERIÊNCIA EM JAGUARIBARA-CE

Driely Dandary Soares Mendes, Farmacêutica, Secretária Municipal de Saúde de Jaguaribara
Ana Maria de Oliveira Aquino Neta, Psicóloga, Secretária Municipal de Saúde de Jaguaribara
Geovan de Sousa Negreiros, Psicólogo, Secretária Municipal de Saúde de Jaguaribara

O tabagismo é uma grave ameaça à saúde pública, e seu tratamento é promovido pelo Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT). O PNCT sugere a combinação de aconselhamento estruturado, abordagem intensiva e farmacoterapia, pois essa associação é mais eficaz do que métodos isolados. Diante da influência de fatores emocionais, como ansiedade e depressão, no hábito de fumar, Jaguaribara implementou em 2024 as Práticas Integrativas e Complementares (PICS) para reforçar o tratamento. (Bettio et al., 2017). A prática de auriculoterapia possui a finalidade de complementar o tratamento não farmacológico no grupo de tabagismo, devido às suas evidências no tratamento de ansiedade (Castelli et al., 2023). Apresentar a contribuição da auriculoterapia para a eficácia no tratamento do tabagismo, destacando seus benefícios no processo de cessação do uso do tabaco: Integrar e implementar as PICs no SUS, com foco na promoção do cuidado integral à saúde; Evidenciar a relevância das práticas não farmacológicas, para potencializar os resultados no tratamento do tabagismo. Os interessados no grupo participam de uma palestra com a equipe multiprofissional, onde recebem informações sobre o funcionamento do programa. Aqueles que desejam continuar é agendado para avaliação clínica, selecionando 20 fumantes ativos de Jaguaribara que aceitaram participar voluntariamente. A escolha considera o estágio de motivação para parar de fumar. Após a seleção, cada participante é submetido a uma avaliação individual de auriculoterapia, realizada por um profissional capacitado, para identificar os pontos auriculares a serem trabalhados. O tratamento contempla entre 8 -10 sessões. O procedimento estimula pontos de acupuntura na orelha, com sementes de mostarda fixadas com adesivos. É aplicada como terapia complementar ao tratamento convencional, visando controlar a ansiedade, compulsão e sintomas de abstinência. A técnica é conduzida por um profissional capacitado. Durante o tratamento, são monitorados a redução no consumo de cigarros, a diminuição da ansiedade e a percepção dos participantes sobre a eficácia da auriculoterapia, com resultados positivos. Nos grupos implementados no município mostram dados que indicam que a auriculoterapia contribuiu significativamente para a redução do consumo de cigarros entre os participantes. Relatos apontaram uma melhora na capacidade de lidar com a ansiedade e no controle da compulsão pelo tabaco. Além disso, os participantes relataram bem-estar geral e maior adesão ao tratamento. Entre os registros dos três primeiros grupos, com 21 participantes que optaram em realizar a auriculoterapia, temos como principais pontos de melhorias : alívio de dor, redução à quantidade de cigarro, melhora em sintomas de ansiedade, aumento da fome e melhora do sono, sendo que 57% percebeu melhora de alguma dor, assim como 71% relataram redução da quantidade de consumo de cigarro, 33% registros de melhora de sinais de ansiedade, 19 % fome aumentada e 10 % relatos de melhora do sono, demonstrando que o efeito da prática possui retornos rápidos, além de ser uma estratégia de baixo custo e viável para ser implementada na rede de atenção primária à saúde do município. Os resultados sugerem que a auriculoterapia pode ser uma estratégia eficaz e complementar no tratamento do tabagismo, destacando a importância de sua incorporação nas políticas pú-



blicas de saúde. A combinação da auriculoterapia com tratamentos convencionais mostrou benefícios além da redução do consumo de cigarros, incluindo o controle da ansiedade e diminuição dos sintomas de abstinência. A adesão dos participantes aponta que as práticas não farmacológicas, como a auriculoterapia, são eficazes no suporte emocional e físico.



BUSCA ATIVA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE ARBOVIROSES E SÍNDROMES RESPIRATÓRIAS EM AMBIENTE HOSPITALAR

Francisca Miquelane Pereira Firmino, Enfermeira, Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
Christiele Juciane Matos Braga, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Karen Rodrigues, Estudante de Enfermagem, Hospital Municipal
Maria Eduarda Alves da Silva, Estudante de Biomedicina, Vigilância Epidemiológica

A vigilância epidemiológica das arboviroses e das síndromes respiratórias constitui um desafio contínuo para os serviços de saúde, especialmente no ambiente hospitalar, caracterizado pela elevada demanda de pacientes com sinais e sintomas inespecíficos. No município de Martinópole, Ceará, observou-se fragilidade na detecção precoce e na notificação oportuna de casos suspeitos de dengue, zika, COVID-19 e outras síndromes respiratórias, incluindo casos confirmados de Influenza A. Nesse contexto, evidenciou-se a necessidade de fortalecer as ações de vigilância em saúde por meio da implementação de estratégias ativas no ambiente hospitalar, visando qualificar o processo de trabalho e ampliar a capacidade de resposta frente a esses agravos. Intensificar a identificação precoce de casos suspeitos e confirmados de arboviroses e síndromes respiratórias, qualificar o processo de trabalho das equipes de saúde e fortalecer as ações de vigilância epidemiológica no âmbito hospitalar. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em unidade hospitalar no município de Martinópole-CE, no período de janeiro a março de 2025, envolvendo usuários que buscavam atendimento com sinais e sintomas compatíveis com arboviroses e síndromes respiratórias. Inicialmente, foram realizadas ações de educação em saúde com a equipe multiprofissional, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e gestores, abordando fluxos de notificação, critérios de definição de casos e a relevância da vigilância ativa. Posteriormente, implementou-se a estratégia de busca ativa por meio de abordagens sistemáticas na sala de espera, com acolhimento, escuta qualificada e avaliação clínica inicial dos usuários. Aproximadamente 34 pacientes foram abordados, orientados e triados quanto à presença de sinais e sintomas sugestivos, sendo realizados encaminhamentos conforme a necessidade assistencial, além do reforço das medidas de prevenção e controle dos agravos. A intervenção resultou no aumento da sensibilidade dos profissionais para identificação de casos suspeitos, no fortalecimento das notificações e na melhoria do fluxo de vigilância epidemiológica no ambiente hospitalar. Observou-se maior adesão dos usuários às orientações em saúde e ampliação do reconhecimento precoce de sinais de agravamento, favorecendo a adoção de condutas oportunas. A utilização da sala de espera como espaço educativo mostrou-se uma estratégia viável, de baixo custo e com impacto positivo na organização do processo de trabalho. Destaca-se, ainda, a continuidade da estratégia no ano de 2026, evidenciando sua sustentabilidade e contribuição para o fortalecimento das ações de vigilância em saúde no município. A busca ativa com educação em saúde no hospital fortalece a vigilância epidemiológica ao integrar assistência e monitoramento. O uso da sala de espera como espaço de intervenção é inovador e pode ser replicado no SUS, melhorando práticas e a resposta aos agravos de saúde pública.



DA INVISIBILIDADE AO CUIDADO: A CRIAÇÃO DE UM AMBULATÓRIO PARA DOENÇA DE CHAGAS NO INTERIOR DO CEARÁ, BRASIL

Lívia Freitas Sousa, Médica Veterinária, Secretaria Municipal de Saúde de Limoeiro do Norte
Simone Lúcia da Silva, Enfermeira, Fundação Oswaldo Cruz
Thalita Soares Rimes, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde de Limoeiro do Norte
Vanuza Cosme Rodrigues, Enfermeira, Superintendência da Região do Litoral Leste Jaguaribe
Valdenir Freire Peixoto Filho, Médico, Secretaria Municipal de Saúde de Limoeiro do Norte
Roberto Rodrigues Ferreira, Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

A doença de Chagas é uma doença tropical negligenciada de grande relevância para a saúde pública, especialmente em regiões endêmicas como o nordeste brasileiro. No município de Limoeiro do Norte – Ceará, a identificação de indivíduos diagnosticados sem acompanhamento evidenciou fragilidades no acesso ao cuidado e na organização da rede de atenção. Esse cenário configura um problema relevante para a vigilância em saúde, demandando intervenções oportunas. Diante disso, foram implementadas estratégias voltadas à ampliação do acesso ao diagnóstico, tratamento e seguimento clínico, bem como ao fortalecimento da vigilância e da atenção integral à saúde das pessoas acometidas. Descrever a experiência de implantação de um ambulatório de doença de Chagas no interior do Ceará, evidenciando estratégias adotadas, desafios e impactos na ampliação do acesso ao cuidado, na promoção da equidade, na descentralização da assistência e no fortalecimento da vigilância em saúde. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em 2025, no município de Limoeiro do Norte – Ceará, envolvendo gestão municipal, atenção primária à saúde, a instituição de pesquisa Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e população acometida pela doença de Chagas, com foco na organização do cuidado e fortalecimento da vigilância em saúde. A iniciativa teve início com a implementação do Expresso Chagas 21 no município e a formalização de Acordo de Cooperação Técnica para criação de um centro voltado à atenção integral e vigilância da doença (CEPAV-CHAGAS). Inicialmente, foi realizado levantamento ativo de pessoas previamente diagnosticadas sem acompanhamento, evidenciando lacunas no acesso ao cuidado. Paralelamente, desenvolveu-se processo formativo baseado no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da doença de Chagas, direcionado a médicos e enfermeiros da atenção primária, qualificando a assistência e ampliando a capacidade resolutiva da rede. Com a equipe qualificada e os usuários identificados, foi implantado o ambulatório especializado, com início das atividades em agosto de 2025, voltado ao atendimento clínico, estratificação de risco e seguimento longitudinal dos pacientes, incluindo solicitação e acompanhamento de exames e manejo terapêutico conforme protocolos vigentes. A experiência caracteriza-se pela integração entre assistência, vigilância e pesquisa, promovendo a descentralização do cuidado, a ampliação do acesso aos serviços de saúde e o fortalecimento da linha de cuidado da doença de Chagas no território. A implantação do ambulatório possibilitou a realização de mais de 80 atendimentos, entre primeiras consultas e seguimento, ampliando o acesso oportuno ao cuidado no próprio território. Destaca-se o início do tratamento com benznidazol em pacientes previamente sem acompanhamento, promovendo melhoria da qualidade de vida e redução de barreiras assistenciais. A iniciativa favoreceu a descentralização da assistência, antes restrita à atenção terciária, além de fortalecer a vigilância em saúde, ampliar a resolutividade da atenção primária e qualificar o conhecimento sobre o perfil epidemiológico local. Observou-se maior integração entre gestão, assistência e pesquisa. Persistem desafios no acesso a exames especializados, como o ecocardiograma. A implantação do ambulatório é um avanço no enfrentamento da doença de Chagas, ampliando o acesso ao cuidado e fortalecendo a vigilância. Destaca-se a articulação inovadora entre gestão, atenção primária e pesquisa, com potencial de replicação e descentralização do cuidado.



DA SUSPEITA À RESPOSTA: INVESTIGAÇÃO DE SURTO DE DOENÇA DIARREICA AGUDA EM ALDEIA INDÍGENA NO CEARÁ, 2025

Ana Beatriz Souza Martins, Ciências Biológicas, Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará

Ana Paula Pereira de Oliveira Braga, Enfermeira, Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará

Naira Marques Pinto, Enfermeira, Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará

Lourdes Amélia de Oliveira Martins, Médica Veterinária, Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará

Maria Alailce Pereira Germano Freitas, Enfermeira, Vigilância Epidemiológica de Aratuba

A Doença Diarreica Aguda (DDA) constitui importante agravo de saúde pública, especialmente em populações em situação de vulnerabilidade socioambiental, como comunidades indígenas, onde condições de saneamento, acesso à água segura e práticas culturais influenciam diretamente o risco de adoecimento. A ocorrência de surtos nesses territórios exige atuação oportuna e integrada da Vigilância em Saúde, com ênfase na identificação da fonte de infecção, interrupção da transmissão e implementação de medidas de controle adequadas. Nesse contexto, a investigação epidemiológica desempenha papel fundamental para a compreensão dos determinantes envolvidos e para o fortalecimento das estratégias de prevenção e resposta no âmbito do SUS. Relatar a experiência oportuna de investigação do surto de DDA, destacando a atuação integrada da vigilância em saúde, a resposta rápida para interrupção da transmissão e o fortalecimento das ações de prevenção em cenários semelhantes, com potencial de replicabilidade. O evento ocorreu em abril de 2025, em uma aldeia indígena no município de Aratuba (CE), a partir da identificação de um paciente de 47 anos que apresentou quadro de diarreia, náuseas e dor abdominal, com início dos sintomas em 04/04/2025, sem busca imediata por atendimento. A comunicação oficial ocorreu em 14/04/2025, durante atendimento domiciliar, ocasião em que foram identificados novos casos no mesmo núcleo familiar, totalizando cinco indivíduos acometidos, todos com quadro gastrointestinal semelhante. Participaram da investigação a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI), a Vigilância Epidemiológica municipal e profissionais do nível central do DSEI Ceará, atuando de forma integrada. As estratégias adotadas incluíram investigação epidemiológica oportuna, com definição de caso, delimitação do núcleo familiar afetado e análise da agregação temporal e espacial dos casos. As ações desenvolvidas contemplaram visitas domiciliares, aplicação de entrevistas estruturadas para levantamento de dados clínicos e epidemiológicos, e avaliação ambiental, com foco nas condições de armazenamento, manejo e consumo de água. Foram coletadas amostras clínicas (swabs fecais) dos pacientes e amostras ambientais de água (cisterna e reservatórios domiciliares), encaminhadas ao LA-CEN/CE para análise laboratorial. Como práticas implementadas, destacam-se orientações quanto ao uso seguro da água, higienização de reservatórios e uso adequado de hipoclorito de sódio, conduzidas de forma culturalmente sensível, respeitando os hábitos locais. A organização do processo de trabalho ocorreu de maneira articulada entre as equipes envolvidas, com comunicação contínua e definição de responsabilidades, permitindo resposta ágil, interrupção da cadeia de transmissão e fortalecimento das ações de vigilância em saúde no território. Observou-se distribuição etária heterogênea, com ocorrência de caso em menor de um ano. Todos apresentaram diarreia, sendo frequentes náuseas, dor abdominal e vômito. A investigação domiciliar indicou consumo exclusivo de alimentos preparados na residência, sem introdução de novos itens ou histórico de viagens. Destacou-se o uso de cisterna de água da chuva e armazenamento em caixa d'água, mesmo com relato de fervura prévia. As análises laboratoriais evidenciaram contaminação da água por coliformes totais, *Escherichia coli* e *Pseudomonas aeruginosa*. Nos pacientes, foram identificados *E. coli* enteropatogênica



(EPEC), cepas produtoras de toxina Shiga (STEC), E. coli O157, E. coli enteroagregativa (EAEC) e Norovírus GI/GII. Os achados indicaram a água como principal fonte de infecção, com hipótese adicional de transmissão de pessoa a pessoa. A experiência evidencia a importância da resposta oportuna e integrada da Vigilância em Saúde. O surto aponta para uma relação com o uso de cisterna, prática cultural não gerida pelo DSEI, que oferta água tratada. Reforça-se a necessidade de educação em saúde, vigilância contínua da qualidade da água e apoio permanente do município.



DA TEORIA À AÇÃO: EXPERIÊNCIA DAS OFICINAS DE VIGILÂNCIA, PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA NA REGIÃO NORTE

Lídia Maria Rodrigues Melo, enfermeira, CIEVS Regional Sobral
Arminda Evangelista de Moraes Guedes, enfermeira, Superintendência Regional Norte
Luisa Stephanie Araújo Albuquerque, enfermeira, CIEVS Regional Sobral
Paula Rivele Gomes Sousa Mendes, enfermeira, FIOCRUZ/PE, CIEVS Regional Sobral
Mariana Lara Severiano Gomes, enfermeira, RENASF/UVA, CIEVS Regional Sobral
Vanessa Silva Farias, enfermeira, RENASF/UVA, CIEVS Regional Sobral

As Emergências em Saúde Pública (ESP) são eventos de grande repercussão, caracterizados como situações que exigem a adoção de medidas urgentes de prevenção, controle e contenção de riscos, danos ou agravos à saúde pública, decorrentes de surtos e epidemias, doença ou agravo de causa desconhecida, alteração no padrão clínico-epidemiológico das doenças conhecidas, epizootias ou agravos decorrentes de desastres ambientais, acidentes, ou desassistência à população e que contribuem de forma expressiva na morbimortalidade no mundo (Brasil, 2017). O CIEVS Regional Sobral, em conjunto com a SRNOR, atua no fortalecimento da vigilância em articulação com os municípios. Essa atuação evidencia a necessidade de um planejamento sistemático de ações formativas voltadas às demandas regionais. Fortalecer a vigilância em saúde dos municípios que compõem a SRNOR para detecção precoce de agravos, doenças e eventos de potencial impacto, e fortalecer a intersetorialidade e a vigilância ativa com a elaboração do Plano Multirrisco de Preparação, Vigilância e Resposta às ESP. As oficinas foram realizadas no período de agosto a outubro de 2025, iniciando-se com a Oficina Regional de Preparação, Vigilância e Resposta à ESP. O evento reuniu representantes das cinco Coordenadorias de Área Descentralizada de Saúde (COADS) e dos 55 municípios da região, contando com a participação de coordenadores de Vigilância em Saúde (VS), Atenção Primária à Saúde (APS), além de instituições parceiras que contribuíram diretamente para o processo de elaboração dos planos. No âmbito das COADS, as oficinas ocorreram de forma descentralizada: na COADS de Acaraú, no mês de setembro; e nas COADS de Camocim, Tanguá e Crateús, no mês de outubro de 2025. Participaram representantes de todos os municípios das respectivas regiões, incluindo coordenadores de VS, e APS, endemias e representantes de outras secretarias municipais, fortalecendo a abordagem intersetorial. A programação contemplou, inicialmente, a palestra “Emergência em Saúde Pública: integração do Sistema Único de Saúde e demais setores da sociedade”, na qual foram abordados os critérios que caracterizam uma ESP, as estratégias de atuação frente a esses eventos e o papel dos diferentes setores da sociedade na resposta oportuna e coordenada. Na etapa seguinte, foi apresentada a ferramenta 5W2H, utilizada como instrumento orientador para que os municípios estruturassem ações estratégicas voltadas à elaboração do Plano Municipal de Preparação, Vigilância e Resposta às ESP. A aplicação da ferramenta favoreceu a organização das ações de forma objetiva, com definição de responsabilidades, prazos e recursos necessários. Para encerramento, foi apresentado o Instrutivo do Plano Municipal de ESP, detalhando o roteiro e os elementos essenciais para sua elaboração. Ressaltou-se que o Plano de Resposta às ESP constitui um instrumento estratégico de gestão, que fortalece a capacidade de preparação, coordenação e resposta do sistema de saúde a eventos de relevância. O seminário fortaleceu a VS nos municípios participantes ao ampliar o aporte técnico das equipes e promover o alinhamento conceitual e operacional. Essa integração estimulou a adoção de práticas otimizadas para a detecção, notificação e resposta a agravos, culminando na elaboração dos planos



municipais. Houve maior sensibilização dos gestores e profissionais quanto à importância da preparação e da resposta coordenada frente a eventos de relevância sanitária. O seminário evidenciou a importância da qualificação contínua das equipes e do fortalecimento da VS como eixo estruturante para a detecção precoce, monitoramento e resposta a agravos e ESP. Entre os principais aprendizados, destacam-se a necessidade de integração efetiva entre os diferentes componentes da vigilância e da atenção à saúde.



ELABORAÇÃO DE UM CARTÃO CONTROLE NO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA ESTRATÉGIA PARA ACOMPANHAMENTO E ADESÃO

Débora Cristina Ribeiro Bastos, Secretaria Municipal de Saúde
Alaide Coelho Bastos Bernardo, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
Samanta Raísa dos Santos Vieira, Secretaria Municipal de Saúde
Natasha Cipriano Herculano Pinheiro, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde
José Afrânio Pinheiro Pinheiro Junior, Secretaria Municipal de Saúde
Nara Andréa Lima Barbosa, Secretaria Municipal de Saúde

A tuberculose (TB) é uma doença infectocontagiosa, considerada um problema de saúde pública mundial. Embora o percentual de sucesso de tratamento com esquema medicamentoso seja cerca de 90%, é preocupante o aumento dos casos novos e mortalidade da doença. O Brasil faz parte da lista entre os 30 países que apresentam as maiores cargas da doença no que se refere a coinfeção entre o *Mycobacterium tuberculosis* e o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), estando entre os países prioritários para o controle global (De Sousa, 2025). A adesão terapêutica constitui um dos principais desafios no controle da doença, uma vez que o tratamento é prolongado e requer acompanhamento contínuo. Diante desse cenário, a elaboração de um cartão controle para pessoas em tratamento da tuberculose surge como uma alternativa positiva para o controle da doença. Relatar a experiência na elaboração e utilização de um cartão de controle como estratégia para acompanhamento e adesão ao tratamento da tuberculose no contexto da atenção primária. O processo de elaboração do cartão de acompanhamento do tratamento do paciente com tuberculose ocorreu no mês de setembro de 2025, a iniciativa surgiu da necessidade de organizar de forma prática e acessível as informações essenciais sobre o uso da medicação, consultas e evolução clínica dos pacientes diagnosticados com tuberculose. O cartão foi estruturado contendo dados de identificação do paciente, esquema terapêutico, datas de início e término do tratamento, registro de tomadas supervisionadas, acompanhamento de sintomas, como também o número de contatos existente, para realizar busca ativa, e espaço para anotações da equipe de saúde. Durante o processo de elaboração, buscou-se garantir linguagem clara e acessível, considerando o perfil sociocultural dos usuários atendidos. A construção do instrumento contou com a colaboração da equipe multiprofissional da secretaria municipal de saúde, coordenações em saúde, utilizando ferramentas do pacote office, ferramentas google, e estudos publicados, assim contribuindo para conclusão, possibilitando um material mais completo e funcional para uso no cotidiano dos serviços de saúde. A partir da implementação do cartão controle para acompanhamento de pacientes em tratamento da Tuberculose, foram identificados resultados positivos, com destaque para o fortalecimento da adesão terapêutica e a melhoria no monitoramento dos usuários, conforme o feedback da equipe da Atenção Primária à Saúde. Para a obtenção desses dados, foi disponibilizado um formulário por meio da ferramenta Google Forms, permitindo que os profissionais realizassem uma devolutiva acerca do impacto da estratégia no processo de trabalho. Observou-se que 90% dos profissionais confirmaram a implementação do instrumento na unidade. Além disso, 85% relataram que o cartão facilita o acompanhamento dos pacientes, enquanto 80% perceberam melhora na adesão ao tratamento. Os resultados apontaram melhora na organização dos registros, maior controle do comparecimento às consultas e do uso regular da medicação. A elaboração e



implementação do cartão controle no tratamento da tuberculose na Atenção Primária à Saúde demonstraram-se estratégias eficazes para qualificar o acompanhamento dos pacientes e fortalecer a organização do cuidado. O instrumento contribuiu para a sistematização das informações, favorecendo o registro contínuo e padronizado.



ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS: O CONTROLE DA HANSENÍASE EM SOBRAL-CE FRENTE À REDUÇÃO DE CASOS E À DESCONTINUIDADE DO TRATAMENTO

Alzyra Hingrid Hardi Lima Aragão, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde de Sobral
Natália Lima Vasconcelos, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde de Sobral
Giuly Da Silva Vieira, Auxiliar de Escritório, Secretaria Municipal de Saúde de Sobral
Isabelly Damasceno Ponte, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde de Sobral

A hanseníase permanece como relevante problema de saúde pública no Ceará, exigindo fortalecimento da vigilância, diagnóstico oportuno e acompanhamento contínuo (Ceará, 2026). Em Sobral-CE, observa-se redução de casos novos, indicando avanços no controle, porém persiste a descontinuidade do tratamento, evidenciando uma dualidade no cenário local. Esse problema compromete a cura, mantém a transmissão e aumenta incapacidades evitáveis (Brasil, 2023). Trata-se de fenômeno multifatorial, relacionado a vulnerabilidades sociais, barreiras de acesso e fragilidades na organização dos serviços. Assim, justifica-se a implementação de estratégias integradas entre Vigilância Epidemiológica (VIGEP) e Atenção Primária à Saúde (APS), visando fortalecer o monitoramento, o cuidado longitudinal e a adesão ao tratamento (Silva et al., 2022). Relatar a experiência de integração entre VIGEP e APS no acompanhamento da hanseníase em Sobral-CE, com o propósito de qualificar o seguimento dos casos, reduzir a descontinuidade do tratamento e contribuir para melhores desfechos clínicos e epidemiológicos. Trata-se de um relato de experiência realizado no município de Sobral-CE, a partir da análise comparativa dos dados dos anos de 2024 e 2025, envolvendo equipes da Vigilância Epidemiológica e profissionais da Atenção Primária. O público participante foi composto por pacientes diagnosticados com hanseníase e em tratamento poliquimioterápico (PQT) no período analisado. Como estratégia, foi implantado um processo de monitoramento contínuo dos casos, com uso de planilhas padronizadas e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), possibilitando a atualização sistemática dos dados e a identificação oportuna de casos em risco de descontinuidade do tratamento. Os pacientes foram submetidos à estratificação de risco, considerando critérios como faltas às doses supervisionadas, vulnerabilidade social, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e presença de reações hansênicas. As ações desenvolvidas incluíram o monitoramento mensal individualizado dos casos, identificação precoce de faltosos, busca ativa por meio de contato telefônico e visitas domiciliares, além da realização de reuniões periódicas entre VIGEP e APS para alinhamento de fluxos, discussão de casos prioritários e fortalecimento da educação permanente. Como prática implementada, destaca-se a atuação integrada entre os níveis de atenção, com a Atenção Primária como coordenadora do cuidado longitudinal e a Vigilância responsável pelo monitoramento dos indicadores e apoio técnico às equipes. A experiência evidenciou que a comunicação contínua, o compartilhamento de informações e o trabalho articulado entre as duas esferas favoreceram a organização do processo de trabalho, maior resolutividade das ações e fortalecimento do cuidado, contribuindo para o enfrentamento da descontinuidade do tratamento. Com base em dados do SINAN, a Secretaria Municipal de Saúde de Sobral (2026) evidenciou, por meio de análise comparativa, redução dos casos novos de hanseníase, de 48 em 2024 para 41 em 2025, representando queda de 14,58%, o que indica avanço nas ações de vigilância e detecção precoce. Contudo, a descontinuidade do tratamento aumentou de um para dois casos, mantendo-se como desafio associado a fatores sociais e barreiras de acesso. Observou-se qualificação do monitoramento e fortalecimento



da articulação entre Vigilância Epidemiológica e Atenção Primária. Apesar dos avanços, a persistência da interrupção reforça a necessidade de intensificação e continuidade das estratégias de cuidado e acompanhamento. Evidencia-se que a integração entre VIGEP e APS, sustentada pelo uso qualificado da informação, reconfigura o cuidado e fortalece a resposta ao agravo. Nessa perspectiva, o caráter inovador reside na forma de operacionalização da vigilância, orientada por risco e ação oportuna, com potencial de replicação no Sistema Único de Saúde (SUS).



ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO COM PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O COMBATE AO SURTO DE DENGUE EM TERRITÓRIO VULNERÁVEL DA COADS TIANGUÁ

Anita Saraiva Dornelles Maciel, Ciência e Tecnologia de Alimentos,
Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Tianguá
Gandavya Aguiar Machado, Gestão de Saúde,
Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Tianguá
Sérgio Said Lima Silva, Psicólogo, Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Tianguá
Antônio Glaydson Martins de Sousa, Enfermeiro,
Secretaria Municipal de Saúde de Guaraciaba do Norte
Ewilla Maria Martins da Silva, Técnica em Enfermagem,
Secretaria Municipal de Saúde de Guaraciaba do Norte

O aumento expressivo de casos de dengue no município de Guaraciaba do Norte, pertencente à área da Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde (COADS) de Tianguá, evidenciou fragilidades no controle de arboviroses em territórios socialmente vulneráveis. A complexidade da transmissão da dengue, aliada às limitações das ações tradicionais de vigilância, reforçou a necessidade de estratégias mais integradas, resolutivas e participativas. Nesse contexto, a intervenção justifica-se pela importância de fortalecer a vigilância ativa, a participação comunitária e as ações educativas como pilares fundamentais no enfrentamento do surto. Descrever as estratégias implementadas para o enfrentamento do surto de dengue em território vulnerável, bem como apresentar os resultados alcançados a partir da integração entre Vigilância em Saúde, Atenção Primária e comunidade. Trata-se de um relato de experiência realizado em dezembro de 2025, no município de Guaraciaba do Norte, envolvendo equipes da Vigilância em Saúde, Atenção Primária à Saúde (APS), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e a população local. As estratégias adotadas incluíram a mobilização social e a participação comunitária como eixos centrais das ações. Foram desenvolvidas atividades de educação em saúde por meio de palestras, orientações domiciliares e ações em escolas, além da utilização de redes sociais para ampliar o alcance das informações. Realizou-se o mapeamento de áreas vulneráveis com base nos resultados do Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAA), permitindo a definição de territórios prioritários para intervenção. Também foram promovidas capacitações com profissionais da APS e ACS, fortalecendo a vigilância ativa e a detecção precoce de casos. Entre as ações de controle, destacam-se os bloqueios em raio nos locais com casos confirmados e a realização de mutirões de limpeza voltados à eliminação de criadouros do vetor. A experiência evidenciou a importância da articulação intersetorial e do uso de dados epidemiológicos na tomada de decisão. Observou-se redução aproximada de 50% nas notificações de casos de dengue após a implementação das estratégias. Houve aumento significativo do engajamento comunitário, melhoria na identificação de áreas prioritárias e fortalecimento da integração entre Vigilância em Saúde e Atenção Primária. Destaca-se, ainda, a ampliação da capacidade de resposta das equipes de saúde e mudanças positivas no comportamento da população quanto às medidas de prevenção e controle do vetor. A experiência mostrou que estratégias integradas, com participação comunitária, uso de dados epidemiológicos e tecnologias de comunicação, contribuem para o controle da dengue. Destaca-se a inovação, articulação entre atores e fortalecimento da vigilância ativa, com potencial de replicação.



ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO E MELHORIA DOS INDICADORES DO PROGRAMA DE CONTROLE DE TUBERCULOSE NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, CEARÁ, 2025: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Graziele Rocha de Faria Silva, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Kylvia Gardênia Torres Eduardo, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Jaliana Holanda Nascimento dos Santos, Veterinária, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Maria Emanuelle de Sousa Silva, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Francisca Marcia Porfírio de Sousa, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce
Maria Juliana de Moraes Ferreira, Enfermeira, SMS de São Gonçalo do Amarante, Ce

A Tuberculose (TB) é um problema de saúde pública, com incidência e mortalidade elevadas. O Ministério da Saúde lançou, em julho de 2024, a portaria GM/MS Nº 4.869, que instituiu um incentivo financeiro para apoiar as ações de vigilância, prevenção e controle de TB no Brasil, dentre os quais encontrava-se São Gonçalo do Amarante (SGA). O município registrou 24 casos novos de TB em 2023, com coeficiente de incidência de 50,7 casos por 100 mil habitantes. Somente 44% dos casos foi encerrado por cura e 4% de abandono. O percentual de contatos examinados foi de 59,6%. Foi elaborado Plano Operativo de Tuberculose (POT) com ações voltadas para a detecção precoce de casos novos, atualização dos profissionais sobre diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos casos, busca ativa e avaliação de contatos. Relatar as estratégias desenvolvidas pelo município de SGA para o fortalecimento e melhoria dos indicadores do Programa de Controle de TB nos anos de 2025 e 2026. Foram planejadas intervenções a partir da análise dos problemas que acarretaram a baixa qualidade dos indicadores de TB, a serem desenvolvidas em conjunto com as UAPS. As ações objetivaram estratégias agrupadas em três categorias: 1. Atualização dos profissionais de saúde; 2. Redução das taxas de abandono de tratamento; 3. Avaliação de contatos de casos confirmados e busca ativa de pacientes sintomáticos. Na categoria 1 realizou-se as seguintes ações: reunião com todos os profissionais da UAPS, apresentando o parecer do Estado e o POT a ser implementado nos anos de 2025 e 2026 (abril de 2025); publicação e divulgação do Boletim Epidemiológico de TB do município (datado de 17 de junho de 2025); visitas técnicas dos profissionais de Vigilância Epidemiológica (VE) em cada UAPS para orientar sobre protocolo clínico, preenchimento correto dos livros de registro; situação epidemiológica do território; elaboração de ações estratégicas específicas em cada unidade para o acompanhamento dos casos de TB notificados; revisão e atualização de protocolos clínicos; capacitação dos médicos da UAPS com infectologista (realizada em março de 2026). Na categoria 2, as estratégias foram: investigação em locus dos registros de casos de TB, baciloscopias de controle, comprovação de doses supervisionadas e distribuição da medicação; Avaliação da qualidade dos registros no Prontuário Eletrônico (PEC); e monitoramento mensal do acompanhamento do paciente através de planilha eletrônica de casos de TB municipal. A categoria 3 incluiu o monitoramento mensal do número de contatos examinados tanto pelo envio de informações em formulário eletrônico quanto pelo registro no PEC. Foram identificados alguns pontos críticos como desatualização dos profissionais de saúde quanto aos protocolos, preenchimento inadequado dos livros de registro, fragilidade de vínculo do paciente com a equipe, não realização de busca ativa de pacientes. Esses pontos críticos foram abordados na capacitação com especialista com objetivo de resolvê-los. Em 2025, os indicadores de SGA, divulgados no Boletim Estadual (datado de 16 de março de 2026), registrou coeficiente de incidência de 25,8 casos por 100 mil habitantes, redução de aproximadamente 50% comparado a 2023.



O percentual de contatos examinados teve um acréscimo de 33,3% (passando de 59,6 para 79,5). A taxa de abandono reduziu de 4% para zero. A experiência mostrou a importância da vigilância ativa no planejamento de ações para o controle da TB. As orientações individuais realizadas durante as visitas técnicas foram determinantes para a melhora dos indicadores e da qualidade da assistência prestadas sendo necessário a manutenção dessas ações para o alcance das metas.



INVESTIGAÇÃO DE RUMOR EPIDEMIOLÓGICO SOBRE LESÕES CUTÂNEAS EM UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM FORTALEZA- CE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Leidiane Alves Silva, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Ceará
Bruna Magda Mendes Dias, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Ceará
Lourdes Suelen Pontes Costa, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Ceará
Mariana Prado do Amaral, Bióloga, Secretaria da Saúde do Ceará
Priscila Felix de Oliveira, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Ceará
Bruna Monik Moraes de Oliveira, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Ceará

A Vigilância em Saúde desempenha papel essencial na identificação precoce de eventos que possam representar risco à população. Com o aumento da circulação de informações em redes sociais, o monitoramento de rumores passou a integrar as estratégias de detecção oportuna de possíveis agravos. Em maio de 2025, foi identificado, em Fortaleza-CE, um rumor relacionado à ocorrência de lesões cutâneas em crianças de um Centro de Educação Infantil, o que gerou preocupação entre familiares e comunidade. Diante desse cenário, tornou-se necessária a investigação do evento, com o objetivo de esclarecer os fatos, identificar possíveis causas e adotar medidas de controle, além de fortalecer a atuação integrada da Vigilância em Saúde. Investigar o rumor epidemiológico relacionado às lesões cutâneas em crianças de 0 a 4 anos, identificar o provável agente causal e fatores associados, bem como implementar medidas de controle e prevenção. Busca-se, ainda, fortalecer a articulação entre os diferentes setores envolvidos e qualificar a resposta diante de situações semelhantes. A investigação foi realizada no período de 27 de maio a 04 de junho de 2025, envolvendo equipes do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS estadual, capital e regional), Conselho Regional de Saúde, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Atenção Primária à Saúde (APS), além do apoio da Coordenadoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador (COVAT), da Célula de Vigilância Entomológica e Controle de Vetores (CE-VET), Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Prevenção em Saúde (COPEP), Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Gestão Escolar. Participaram do processo: crianças afetadas, familiares, profissionais da unidade escolar e equipes técnicas. Inicialmente, foram realizadas inspeções ambientais e entomológicas, identificando falhas no processo de desinsetização, além de da presença de arcnídeos e resíduos de poda vegetal recente. Paralelamente, foi conduzida vigilância ativa para levantamento de informações clínicas dos casos. Em seguida, ocorreu articulação intersetorial, com realização de reunião técnica e organização de visitas domiciliares no território. Durante a investigação, foram consideradas diferentes hipóteses relacionadas à exposição a agentes biológicos, com análise das condições ambientais e estruturais da unidade. Seis crianças apresentaram lesões cutâneas semelhantes em curto intervalo de tempo, algumas pertencentes à mesma turma. As características indicavam queimaduras possivelmente causadas por agentes químicos ou biológicos. Inicialmente, consideraram-se hipóteses como contato com besouros do gênero *Paederus* ou arcnídeos, com base no aspecto das lesões e no contexto ambiental. Contudo, um evento envolvendo uma funcionária, que desenvolveu lesões após manusear um galho com ninho de vespas, foi decisivo para esclarecer onexo causal. A captura dos insetos no local confirmou a presença de agentes biológicos no ambiente. A investigação identificou falhas na manutenção da vegetação e no processo de desinsetização como fatores contribuintes. A ação integrada permitiu esclarecer o evento, reduzir a preocupação da comunidade e implementar medidas corretivas eficazes. A experiência destacou a



importância do monitoramento de rumores para detectar precocemente eventos em saúde pública. A atuação integrada foi essencial na investigação. Evidenciaram-se a relevância da vigilância ativa, comunicação oportuna e análise ambiental, com potencial de aplicação em outros contextos.



INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA E RESPOSTA INTERSETORIAL AO PRIMEIRO FOCO DE INFLUENZA AVIÁRIA DE ALTA PATOGENICIDADE EM AVES DOMÉSTICAS NO CEARÁ, BRASIL, 2025

José Ronaldo Feitoza dos Santos, Educação Física, Superintendência do Sertão Central
José Wanderson de Castro Miranda, Psicólogo, Superintendência do Sertão Central
Kamilla Carneiro Alves Marques, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Karizya Holanda Veríssimo Ribeiro, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Antônio Weliton Xavier Queiroz, Bacharel em Direito, Superintendência do Sertão Central

A Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) constitui relevante zoonose com potencial de disseminação em populações aviárias e risco de transmissão interespecíes. A ocorrência de focos em aves domésticas amplia a interface humano-animal, elevando o risco de exposição zoonótica e demandando respostas oportunas e intersetoriais, com rápida identificação e monitoramento de indivíduos expostos. Em julho de 2025, foi confirmado o primeiro foco de IAAP em aves de subsistência no município de Quixeramobim, Ceará, configurando evento de elevada importância para a saúde pública estadual. A necessidade de atuação integrada diante de um evento inédito no território evidenciou a importância de estratégias coordenadas para contenção do risco e prevenção de casos humanos. Descrever a investigação epidemiológica de campo após a confirmação do primeiro foco de IAAP em aves domésticas, destacando as ações intersetoriais implementadas, a avaliação do risco de exposição humana e as implicações para o fortalecimento da vigilância integrada em saúde. Relato de experiência de investigação epidemiológica conduzida nos dias 19 e 21 de julho de 2025, em área rural de Quixeramobim. A partir da confirmação do foco, delimitou-se raio de 10 km para definição da área de risco e realização de busca ativa de indivíduos expostos e identificação de casos humanos suspeitos. A investigação foi estruturada com base na avaliação de risco, com definição prévia de fluxos operacionais, responsabilidades das equipes e padronização dos instrumentos de coleta. As ações foram organizadas em etapas sequenciais, incluindo planejamento conjunto, deslocamento das equipes, visitas domiciliares e consolidação das informações coletadas. Durante as visitas, aplicou-se instrumento padronizado para levantamento de dados sobre criação de aves, ocorrência de sinais clínicos e mortalidade, histórico de exposição, práticas de manejo e presença de sintomas respiratórios em humanos, além de observação direta das condições de biossegurança nas propriedades. A atuação integrou equipes da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA), Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri) e Vigilância em Saúde do município de Quixeramobim, com articulação inter-setorial no território e compartilhamento de informações em tempo oportuno. A abordagem alinhada ao conceito de Uma Só Saúde possibilitou resposta coordenada, ampliando a capacidade de identificação de riscos, qualificação das ações de vigilância e adoção de medidas de controle sanitário de forma integrada. Foram investigadas 23 residências, totalizando 50 moradores, com cobertura integral das propriedades no raio definido após a confirmação do foco. Observou-se que 91,3% dos domicílios possuíam criação de aves para subsistência, com média de 15,9 aves mantidas em regime extensivo, evidenciando intensa interface humano-animal e potencial risco de exposição zoonótica. Na propriedade foco foi registrada mortalidade superior a 100 aves com sinais compatíveis com Influenza Aviária de Alta Patogenicidade. O responsável pelo manejo manteve contato direto com aves doentes, caracterizando exposição ocupacional. Apesar do contexto de risco, não foram identificados casos suspeitos



de síndrome gripal entre os moradores. O evento também gerou repercussões psicossociais, com encaminhamento do proprietário para acompanhamento. A investigação não evidenciou transmissão zoonótica, indicando baixo risco imediato e efetividade da resposta. Destaca-se como diferencial inovador a atuação intersectorial integrada e a incorporação da dimensão psicossocial. A experiência fortalece a vigilância integrada e apresenta potencial de replicabilidade.



MALÁRIA EM ÁREA NÃO ENDÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE RESPOSTA INTERSETORIAL EXITOSA EM CASO IMPORTADO EM INDÍGENA EM CONTEXTO DE TURISMO EM JIJOCA DE JERICOACOARA, 2025

Léia Madeira Saboia dos Reis, Biomédica,
Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde
Luisa Stephanie Albuquerque Araújo, Enfermeira,
Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde
Arminda Evangelista de Moraes Guedes, Enfermeira, Superintendência de Saúde da Região Norte
Yara Saldanha Freitas, Enfermeira, Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde
Ana Beatriz Souza Martins, Sanitarista, DSEI CE
Lourdes Amélia de Oliveira Martins, Analista Técnica de Políticas Públicas, DSEI CE

A malária é uma doença infecciosa febril aguda, causada por protozoários e transmitida por vetores, com impacto em saúde pública. Destaca-se pela elevada incidência na região amazônica e pelo potencial de gravidade clínica. O estado do Ceará é área não endêmica. Entretanto, o fluxo turístico, especialmente para o litoral, como Jijoca de Jericoacoara, favorece casos importados. Nesses contextos, a identificação oportuna de casos suspeitos é um desafio aos serviços de saúde, exigindo maior sensibilidade da vigilância e articulação entre níveis assistenciais. A situação torna-se ainda mais relevante quando envolve populações indígenas, demandando integração entre setores da saúde. Dessa forma, evidencia-se a importância da comunicação intersetorial na detecção precoce, investigação e resposta oportuna frente a casos importados. Relatar a experiência intersetorial e multidisciplinar de vigilância em saúde na investigação de um caso não autóctone de malária, no município de Jijoca de Jericoacoara, em janeiro de 2025. Trata-se de um paciente do sexo masculino, 24 anos, residente em uma aldeia, no município de Cruzeiro do Sul – AC, área endêmica para a malária. O paciente deu entrada no Hospital Municipal de Jijoca de Jericoacoara, em 23 de janeiro de 2025, apresentando quadro clínico compatível com malária, caracterizado por febre alta, mialgia, sudorese, calafrios e tremores. Segundo o relato, o paciente havia chegado ao estado do Ceará, em 15 de janeiro de 2025, via Aeroporto Internacional de Fortaleza, acompanhado de familiares, que permaneceram assintomáticos até o momento da investigação. Diante da suspeita clínica associada ao histórico epidemiológico, foi instituído o protocolo nacional preconizado para vigilância e controle da malária. Destaca-se, nesse contexto a articulação entre Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), DSEI Ceará e um DSEI da região Norte, Vigilância Epidemiológica Municipal e Estadual do Ceará e Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), possibilitando o rápido compartilhamento de informações sobre o histórico de exposição, área de procedência e situação epidemiológica. Além da rápida comunicação ao CIEVS Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e CIEVS nacional e área técnica da malária no Ministério da Saúde. A comunicação intersetorial favoreceu a qualificação da investigação epidemiológica, permitindo a classificação oportuna do caso como importado e subsidiando a adoção de medidas adequadas de manejo clínico e vigilância. A integração entre diferentes níveis e componentes do sistema de saúde foi fundamental para o acompanhamento dos contatos e verificação da ausência de casos suspeitos entre acompanhantes. A investigação foi conduzida de forma conjunta pelas vigilâncias epidemiológicas municipal e estadual, DSEI Ceará e CIEVS, em articulação com o Laboratório de Parasitologia da Superintendência da Regional Norte de Saúde, garantindo agilidade no diagnóstico parasitológico. Posteriormente, o paciente foi transferido para unidade de refe-



rência em Fortaleza para confirmação diagnóstica e seguimento clínico, enquanto a vigilância entomológica executou ações imediatas de controle vetorial. A experiência evidencia que a articulação e comunicação intersetorial, junto aos demais setores da saúde, foram efetivas na aplicação do protocolo de investigação e controle da malária, prevenindo transmissões locais. A detecção precoce e a resposta oportuna são essenciais em áreas não endêmicas com intenso fluxo turístico.



MELIOIDOSE: O INIMIGO INVISÍVEL QUE DESAFIA O DIAGNÓSTICO

Rosimary da Silva Barbosa, Tecnóloga em Alimentos, SMS Itaíçaba-CE

Isadora Lorena da Silva Fidelis Savir, Enfermeira, SMS de Itaíçaba-CE

Adriana Maria da Silva Lima, VISA-Inspetora Sanitária-Itaíçaba/CE

Wilson Borges de Lima. Teólogo, Coordenadoria de Saúde de Aracati (COADS)

A melioidose é uma doença infecciosa emergente no Brasil, com difícil diagnóstico e potencial de gravidade ampla gama de manifestações clínicas, causada pela *Burkholderia pseudomallei*, encontrada especialmente em solo e água das áreas rurais com exposição ambiental. No município, a ausência de casos previamente confirmados e a inespecificidade clínica, devido a semelhança com outras infecções mais comuns, dificultaram a suspeição oportuna, resultando em múltiplas internações e tratamento prolongado do paciente. Assim, a identificação do caso evidenciou a necessidade de qualificação e integração entre os diferentes pontos da rede de atenção à saúde, sensibilização dos profissionais para o diagnóstico precoce e ampliação da capacidade de resposta dos serviços. Justifica-se pela relevância institucional e fortalecimento da saúde pública local, Descrever a investigação de um caso confirmado de melioidose e as ações integradas da Vigilância em Saúde, visando qualificar a detecção, resposta oportuna e prevenção de novos casos no território. Trata-se de um relato de experiência ocorrido entre março e agosto de 2025, envolvendo paciente residente em zona rural, em Itaíçaba-CE. O caso foi confirmado por critério laboratorial, com detecção de *Burkholderia pseudomallei* por PCR em amostras de sangue e urina (04/08/2025). O paciente, masculino, 61 anos, agricultor e pescador, iniciou sintomas em março de 2025, com febre alta, sudorese, dor abdominal e no corpo, e perda ponderal. Teve alteração no fígado, baço e pulmão. O paciente percorreu diversos pontos da rede de atenção, em Hospital local, UPA de município vizinho e com três internações hospitalares, hospital terciário da capital Cearense, com múltiplos exames laboratoriais e de imagem, por quadros de pielonefrite e abscesso hepático recorrente, até a confirmação diagnóstica em 18/08/2025. A Vigilância em Saúde realizou investigação epidemiológica, a partir da busca no prontuário eletrônico (e-SUS), entrevistas com familiares e visitas domiciliares. Foram identificadas múltiplas exposições de risco, como contato com solo úmido, pesca em açudes, manejo de animal doente, histórico de ferimento prévio em rio local e atividades em áreas alagadas. A estratégia adotada incluiu articulação intersetorial entre Atenção Primária, hospital, vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, além de apoio da esfera estadual. Realizaram-se reuniões técnicas, busca ativa de casos, coletas ambientais com o apoio da CEVAM/SESA e COADS/SRLES e ações de educação em saúde na comunidade. A confirmação do caso possibilitou a qualificação da vigilância epidemiológica local, com atualização oportuna no sistema de informação (SINAN), fortalecimento do fluxo de notificação e sensibilização dos profissionais de saúde para suspeição de doenças emergentes. Houve integração efetiva entre os níveis de atenção e setores envolvidos, ampliando a capacidade de resposta do município. Destaca-se ainda a mobilização institucional para discussão técnica do caso e definição de estratégias conjuntas. Dos resultados laboratoriais das amostras de água e solo coletadas na comunidade não foi possível identificar a presença da bactéria supracitada, no entanto, nas 7 amostras identificou-se outras bactérias. Solicitação de imunobiológico especial e ações educativas na comunidade, durante este momento pode-se esclarecer dúvidas dos munícipes sobre a doença. O paciente recebeu alta em 22/08/2025. A experiência evidenciou a importância da vigilância ativa,



da investigação oportuna e da articulação intersetorial frente a doenças emergentes como a melioidose. Observa-se caráter inovador reside na integração entre assistência e vigilância, uso de múltiplas fontes de informação e atuação territorializada para identificação de riscos ambientais.



QUALIFICAÇÃO DA MORTALIDADE POR CAUSAS INDETERMINADAS NO CEARÁ: EXPERIÊNCIA INTERSETORIAL ENTRE SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA

Mabell Kallyne Melo Beserra, Saúde Pública, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Ana Maria Peixoto Cabral Maia, Saúde Pública, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Francisca Aline de Freitas Coelho, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

A elevada proporção de óbitos classificados como eventos de intenção indeterminada (CID-10: Y10–Y34) representa um importante desafio para a Vigilância em Saúde, pois compromete a análise das causas externas, podendo ocultar acidentes, homicídios e suicídios. No estado do Ceará, a persistência desses registros impactava a qualidade da informação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e a capacidade de resposta intersetorial. Diante desse cenário, foi estruturado o Comitê de Análise de Mortes Violentas por Causa Indeterminada, como estratégia integrada entre a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA/CE) e a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP/SS-PDS-CE), com o objetivo de qualificar a informação e fortalecer a articulação entre saúde e segurança pública. O objetivo deste trabalho é analisar o perfil das recodificações das causas básicas de óbito inicialmente classificadas como de intenção indeterminada, evidenciando o impacto da investigação epidemiológica na qualificação da informação em mortalidade. Trata-se de um relato de experiência com abordagem descritiva, desenvolvido a partir da investigação de óbitos registrados no SIM, nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, outubro, novembro e dezembro de 2024. Foram analisados 549 óbitos com causa básica inicialmente classificada como indeterminada. O processo envolveu análise integrada de dados, revisão de declarações de óbito e articulação com serviços de saúde, Instituto Médico Legal e segurança pública, permitindo a reclassificação das causas básicas segundo a CID-10. Os resultados evidenciaram importante requalificação das causas de morte, com predomínio de causas externas. Os acidentes de trânsito constituíram o principal grupo identificado (20,6%), seguidos por homicídios (17,7%) e causas indeterminadas remanescentes (17,9%). As causas acidentais não intencionais representaram 14,2% e as quedas 12,0%, demonstrando elevada carga de eventos evitáveis. As causas naturais corresponderam a 11,1%, indicando recuperação de diagnósticos previamente não especificados, e os suicídios representaram 5,3%. A experiência evidenciou que parcela significativa dos óbitos inicialmente classificados como indeterminados correspondia, na realidade, a acidentes e violências, impactando diretamente os indicadores de mortalidade e a definição de prioridades em saúde pública. Conclui-se que o comitê intersetorial constitui estratégia efetiva para qualificação da mortalidade, com ampliação da capacidade investigativa, redução da subnotificação de causas externas e maior precisão dos dados do SIM, fortalecendo a vigilância e subsidiando políticas públicas para prevenção de mortes evitáveis.



RESPOSTA COORDENADA ENTRE SCIH E NHE COM BLOQUEIO VACINAL EM ATÉ 72 HORAS NO CONTROLE DE HERPES ZOSTER EM UTI: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joana Angélica Melo do Carmo, Enfermagem, Hospital Regional Vale do Jaguaribe
João Vitor Cândido de Lima, Enfermagem, Hospital Regional Vale do Jaguaribe

A ocorrência de doenças transmissíveis em ambiente hospitalar, especialmente em unidades críticas, configura importante evento de interesse para a Vigilância Epidemiológica, devido ao risco de disseminação e à presença de indivíduos suscetíveis. Nesse contexto, a identificação precoce de casos e a implementação de respostas coordenadas são essenciais para a prevenção de surtos. Este relato justifica-se pela relevância de descrever a atuação integrada frente a um caso de herpes zoster em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), considerando seu potencial de transmissão e impacto na segurança do paciente. O presente trabalho tem como objetivo descrever a experiência de resposta coordenada entre o Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE) e Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) diante da ocorrência de um caso de herpes zoster em ambiente hospitalar, destacando as estratégias de monitoramento, isolamento, precaução e bloqueio vacinal adotadas para contenção do evento. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no ano de 2025, em hospital de referência. Após a identificação do caso, foram instituídas medidas de isolamento e precaução em até 72 horas, conforme protocolos vigentes, com atuação integrada entre equipe assistencial, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) e Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE). Simultaneamente, realizou-se investigação epidemiológica com identificação dos contatos diretos, incluindo pacientes da UTI e profissionais expostos. Foram identificados 41 contatos, sendo 6 pacientes e 35 profissionais. Para definição dos elegíveis ao bloqueio vacinal, adotaram-se diretrizes do Ministério da Saúde, considerando suscetíveis aqueles sem comprovação vacinal ou histórico prévio da doença e com exposição ao caso nos últimos cinco dias. Após exclusão dos contatos não suscetíveis, totalizaram-se 31 indivíduos elegíveis para vacinação. O bloqueio vacinal foi realizado oportunamente, com administração de 25 doses, sendo 3 em pacientes e 22 em profissionais, alcançando cobertura vacinal de 80,6% entre os suscetíveis. Entre os não vacinados, destacam-se como justificativas: suspeita de gestação (n=1) e ausência no momento da ação (n=5). As ações foram acompanhadas de orientações quanto às contraindicações e possíveis eventos adversos, além da devolução adequada das doses não utilizadas. Como resultados, evidenciou-se a efetividade da resposta coordenada na interrupção da cadeia de transmissão, não sendo identificados novos casos relacionados ao evento. O bloqueio vacinal em tempo oportuno contribuiu para a proteção dos indivíduos suscetíveis, redução do risco de disseminação no ambiente hospitalar e prevenção de complicações, especialmente em grupos vulneráveis. Destaca-se ainda o fortalecimento dos fluxos de vigilância, qualificação da notificação e maior integração entre os setores envolvidos, além da otimização do uso de imunobiológicos. Conclui-se que a atuação coordenada e integrada entre NHE e SCIH na implementação oportuna de medidas de controle e bloqueio vacinal em até 72 horas, constituiu estratégia eficaz na prevenção e controle de eventos com potencial risco de surto em serviços de saúde.



RESPOSTA ESTRATÉGICA AO SURTO DE VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ITAPAJÉ-CEARÁ

Izabelle Belarmino da Silva Martins, Enfermeira, Vigilância epidemiológica COADS Caucaia
Francisca Veronica Moraes de Oliveira, Enfermeira, COADS Caucaia
Erilaine de Freitas Corpes, Enfermeira, COADS Caucaia
Lorena de Souza Vasconcelos, Psicóloga, Escola de Saúde Pública do Ceará

A crescente circulação de vírus respiratórios em Itapajé-CE resultou no aumento de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), especialmente em menores de um ano, sendo o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) o principal patógeno. Entre as semanas epidemiológicas 14 e 20 de 2025, registraram-se dois óbitos, evidenciando a gravidade do cenário. A intervenção justifica-se pela necessidade de organizar a rede de atenção e implementar ações integradas de monitoramento e prevenção para conter a morbimortalidade infantil no território. Qualificar a assistência hospitalar e ambulatorial, além de fortalecer as ações de vigilância, prevenção e promoção da saúde através da articulação entre diferentes níveis de atenção e gestão. Em resposta à pressão assistencial observada, foi realizada, em 7 de maio de 2025, uma visita técnica ao município de Itapajé, com a participação das referências técnicas da Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde (COADS) de Caucaia, da Superintendência Regional de Fortaleza (SRFOR), bem como de equipes de vigilância epidemiológica e de gestores municipais e regionais. Na ocasião, foi apresentado o cenário epidemiológico local, com destaque para o aumento de casos de síndrome gripal e de SRAG, além da predominância do vírus sincicial respiratório (VSR) em crianças menores de um ano. Ainda, durante a visita, foram identificados diversos problemas, como a ausência de coleta de exames de RT-PCR (cujas coletas deveriam ser realizadas de forma oportuna), transferências inadequadas de pacientes, encaminhamentos sem critérios de gravidade e a inexistência de um Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE) para a comunicação oportuna de doenças e agravos de notificação compulsória. Outrossim, nenhum dos casos havia sido notificado, havendo comunicação tardia e indisponibilidade de dados para investigação e monitoramento. Nessa conjuntura, foram definidos encaminhamentos estratégicos, com prazos e responsabilidades estabelecidos, incluindo a necessidade de contratação de pediatra, de atualização do plano de contingência e dos fluxos de regulação de pacientes, de articulação com municípios vizinhos para suporte assistencial, de intensificação da campanha de vacinação contra influenza e de realização de ações de educação em saúde junto à comunidade. Os impactos imediatos incluíram a disponibilização de 150 kits de RT-PCR e capacitação para coleta local, reduzindo transferências indevidas em “vaga zero”. Houve a implantação efetiva do NHE com designação de responsável técnico, garantindo a comunicação oportuna de agravos. O monitoramento foi qualificado por meio de planilhas compartilhadas e acompanhamento contínuo das altas de casos graves pela equipe regional. No âmbito da prevenção, a campanha de vacinação contra Influenza em 10/05/2025 ampliou a cobertura vacinal e a conscientização comunitária. O principal resultado foi a otimização da capacidade de resposta municipal, que passou a gerenciar o surto com base em dados em tempo real, melhorando o desfecho clínico dos pacientes e a organização do processo de trabalho entre vigilância e assistência. A experiência fortaleceu a vigilância em saúde e qualificou a assistência local. A resposta rápida e a articulação entre os níveis de gestão (municipal e regional) foram determinantes para o controle do surto. As ações demonstram alta replicabilidade para outros municípios em cenários sazonais de doenças respiratórias agudas.



SURTO DE VARICELA EM AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE

Francisco Diego Fernandes da Silva, Enfermeiro, Secretaria Municipal de Saúde de Aracati
Mariana Aguiar Lima Barreto, Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde de Aracati
Danicleide Maia Paiva, Assistente social, Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde
Evelly Caroline Botelho de Miranda, sanitarista, Escola de Saúde Pública do Ceará
Francisco Eudes da Silva Lô, Assistente Social, Escola de Saúde Pública do Ceará

A varicela é uma doença viral aguda, altamente transmissível, causada pelo vírus Varicela-Zoster, com transmissão por via respiratória e contato direto com lesões cutâneas (Brasil, 2021). Em ambientes escolares, a disseminação é favorecida pela proximidade entre indivíduos e pela presença de suscetíveis, ou seja, não imunizadas ou sem exposição prévia ao vírus (WHO, 2014). Diante da identificação de casos em uma escola pública de Aracati/CE, foi necessária a adoção de medidas oportunas de vigilância e controle para contenção do surto. Geral: Relatar a experiência da atuação da vigilância em saúde na investigação e controle de surto de varicela em ambiente escolar no município de Aracati/CE. A intervenção ocorreu entre 28 de outubro e 03 de dezembro de 2025, na Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral São Marcelino Champagnat, localizada no município de Aracati/CE que possui 385 alunos matriculados e 54 profissionais de educação, destes 36 com contato próximo aos estudantes positivos. As ações foram desenvolvidas pela equipe de Vigilância Epidemiológica e Imunização do município, em parceria com a equipe de Saúde da Família do território, o Centro de Informações Estratégicas da Vigilância em Saúde (CIEVS) da Superintendência Regional do Litoral Leste/Jaguaribe e a Coordenadoria de Área Descentralizada em Saúde (COADS) de Aracati. Foram realizadas visitas técnicas à instituição de ensino, complementadas por visitas domiciliares, com o objetivo de identificar e notificar casos, reduzindo a subnotificação e prevenindo a evolução para formas graves da doença. Essas ações também visaram conter a propagação da varicela no ambiente domiciliar, por meio da busca ativa de indivíduos suscetíveis, especialmente aqueles com maior risco de agravamento. Paralelamente, procedeu-se à revisão das cadernetas vacinais, à implementação do bloqueio vacinal seletivo e ao desenvolvimento de atividades educativas em todas as turmas, em conformidade com as recomendações nacionais (Brasil, 2014). Adicionalmente, foram reforçadas medidas de higiene e ventilação dos ambientes, bem como o isolamento de casos suspeitos, aliado ao monitoramento contínuo de alunos e trabalhadores, fortalecendo a resposta integrada para o controle do surto. As atividades educativas abordaram sinais e sintomas, transmissão e prevenção da doença, com foco na importância da vacinação, estratégia essencial para o controle da Varicela (SBIIm, 2023), promovendo maior engajamento da comunidade escolar. O surto compreendeu 16 casos, sendo 11 em estudantes e 05 em profissionais, distribuídos entre diferentes turmas, com maior concentração nos anos finais do ensino fundamental. O último caso ocorreu em 11/11/2025 e, após 21 dias de monitoramento sem o surgimento de casos novos, o surto foi encerrado. Entre os contatos, havia uma gestante, que recebeu imunoglobulina profilática, conforme protocolo preconizado (Brasil, 2021), sem evolução para formas graves. Durante o bloqueio vacinal seletivo, 45 indivíduos suscetíveis foram imunizados, o que contribuiu para a redução do número de suscetíveis expostos. Observou-se que a maioria dos não vacinados apresentava esquema vacinal incompleto ou ausência de registro. As ações implementadas resultaram na interrupção da cadeia de transmissão, redução do risco de disseminação a ou-



tras turmas e fortalecimento da vigilância ativa no ambiente escolar. A experiência evidencia que a atuação rápida, integrada e baseada em protocolos é determinante para o controle de surtos em ambientes coletivos. O bloqueio vacinal seletivo, aliado à busca ativa, monitoramento contínuo e educação em saúde, mostrou-se eficaz na contenção da transmissão.



SUS ESCOLA: EXPANSÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO CEARÁ COMO CENÁRIO DE PRÁTICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

José Luís Paiva de Mendonça Ferreira, Fisioterapeuta, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Kilvia Paula Soares Macedo, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Suzyane Cortes Barcelos, Enfermeira, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Roberta Duarte Maia Barakat, Assistente Social, Universidade Estadual do Ceará
Francisco Daniel Ximenes Araujo, Estudante de Fisioterapia, Centro Universitário Uninta Fortaleza
Thereza Maria Magalhães Moreira, Enfermeira, Universidade Estadual do Ceará

A qualificação da força de trabalho em saúde é estratégica para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo frente às crescentes demandas da Vigilância em Saúde. Nesse contexto, a Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde (Sevig), no Ceará, atua na implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, articulando-se com diferentes níveis do sistema. Além de suas funções técnico-operacionais, destaca-se como cenário de prática para formação profissional. Contudo, a ampliação da inserção de estudantes evidenciou a necessidade de estruturar a integração ensino-serviço-comunidade, sendo a COEPS, por meio da RPES, fundamental para qualificar esse processo. Analisar a Sevig como cenário de prática e espaço de formação profissional em saúde, considerando sua organização, seus processos de trabalho e seu potencial formativo. Busca-se evidenciar sua contribuição para o desenvolvimento de competências na área de Vigilância em Saúde e para o fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade. A experiência consiste na análise da Sevig enquanto campo de prática, contemplando diferentes níveis organizacionais, incluindo coordenadorias, núcleos, o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) e o Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen). O público participante envolve estudantes de graduação e pós-graduação, residentes, instituições de ensino, preceptores e trabalhadores do SUS. As estratégias adotadas incluem a organização e regulação das práticas por meio do SIS RPES, além do fortalecimento da articulação entre gestão e ensino. As ações desenvolvidas abrangem estágios supervisionados, visitas técnicas, práticas assistidas, internato médico e programas de residência multiprofissional. O processo também envolve o acompanhamento sistemático das atividades, avaliação das inserções e apoio institucional aos cenários de prática. Essa organização possibilita experiências formativas diversificadas, alinhadas às necessidades do sistema de saúde e orientadas para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e críticas. No período de 2022 a 2025, observou-se expansão significativa do número de estudantes inseridos nos serviços da Sevig. No nível da gestão, o quantitativo evoluiu de 7 estudantes em 2022 para 540 em 2023, 839 em 2024 e 782 em 2025. No SVO, os números foram de 562 (2022), 383 (2023), 685 (2024) e 826 (2025). No Lacen, houve crescimento expressivo, passando de 35 estudantes em 2023 para 256 em 2024 e 295 em 2025. Esses resultados evidenciam o fortalecimento da Sevig como cenário de formação em Vigilância em Saúde. Destacam-se ainda a institucionalização da Residência em Vigilância, a elaboração do Manual do Internato e Estágios e a inauguração, em 2025, do Centro de Estudos em Vigilância do Ceará Maria Zélia Rouquayrol. Essas iniciativas ampliaram as oportunidades formativas, fortaleceram a qualificação dos processos de trabalho e contribuíram para a produção de conhecimento. A experiência evidencia o potencial da Sevig como espaço estratégico de formação e qualificação. A integração ensino-serviço, aliada à regulação das práticas e ao fortalecimento institucional, configura-se como inovação no SUS. A iniciativa é replicável e contribui para a qualificação profissional e o fortalecimento das ações em Vigilância em Saúde.



VIGILÂNCIA BASEADA EM EVENTOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CIEVS REGIONAL SOBRAL NO MONITORAMENTO DE SURTOS DE DOENÇA MÃO-PÉ-BOCA NA REGIÃO NORTE DO CEARÁ EM 2025

Vanessa Silva Farias, enfermeira, CIEVS Regional Sobral
Arminda Evangelista de Moraes Guedes, enfermeira, Superintendência Regional Norte
Luisa Stephanie Araújo Albuquerque, enfermeira, CIEVS Regional Sobral
Paula Rivele Gomes Sousa Mendes, enfermeira, CIEVS Regional Sobral
Lídia Maria Rodrigues Melo, enfermeira, CIEVS Regional Sobral
Mariana Lara Severiano Gomes, enfermeira, CIEVS Regional Sobral

A Doença mão-pé-boca (DMPB) é uma infecção viral aguda. Pode ser transmitida por contato direto com secreções da boca, saliva, fezes ou gotículas respiratórias, e por contato com superfícies contaminadas. A população mais atingida são crianças menores de 5 anos, o período de incubação varia de 3 a 6 dias, a transmissão pode durar semanas. Os sintomas mais comuns são febre baixa a moderada, dor de garganta, mal-estar geral, lesões dolorosas na boca, erupções cutâneas nas palmas das mãos e plantas dos pés. O tratamento é de suporte e alívio dos sintomas. Com o objetivo de fortalecer a prevenção e o controle da DMPB buscou-se fortalecer a vigilância e monitoramento a partir da notificação dos surtos no SINAN, implantação de planilha de monitoramento, orientações sobre as medidas de controle e prevenção e manejo dos casos. Relatar a experiência das estratégias de vigilância, monitoramento e resposta oportuna aos surtos de Doença Mão-Pé-Boca (DMPB) na Região de Saúde Norte do Ceará em 2025. Descrever o processo de padronização das condutas de vigilância e manejo ambiental junto aos municípios da região. Apresentar a implementação de uma ferramenta digital de monitoramento em tempo real (planilha CIEVS) como suporte à tomada de decisão. Em 2025 a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) divulgou um alerta epidemiológico DMPB, devido à proximidade do período sazonal em vários países e territórios das Américas, o que fez com que os profissionais ficassem mais vigilantes diante da possibilidade de surgimento de casos. A partir da captação de rumores sobre casos de doença mão-pé-boca em uma escola no município de Carnaubal, foi realizada a verificação e confirmação. Para melhor visualização da linha do tempo e caracterização dos casos foi desenvolvida, pelo CIEVS Regional Sobral, uma planilha de monitoramento, permitindo a identificação dos casos em tempo oportuno e acompanhamento da evolução do surto pela VIGEP do Município e pelo CIEVS Regional Sobral. Na ocorrência deste surto, foi solicitado ao Estado, por meio da Célula de Informação e Resposta às Emergências em Saúde Pública a habilitação no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) do código B08.4 (estomatite vesicular devida a enterovírus com exantema), conforme recomendação contida na nota técnica nº 16/2023-CGCIEVS/DEMSP/SVSA/MS. Dentre as ações realizadas pelo CIEVS constam as orientações de habilitação do código B08.4 no SINAN; definição de caso suspeito - Caso que apresenta quadro febril com lesões cutâneas em mãos e pés, associadas ou não a úlceras em mucosa oral; quanto ao manejo clínico recomendou-se o manejo de suporte, o isolamento do paciente, evitando a contaminação das lesões por meio de cuidados com a pele e a boca, assim como hidratação adequada; recomendou-se a limpeza das superfícies contaminadas e dos itens sujos, primeiro com água e sabão e, em seguida, a desinfecção com uma solução diluída de hipoclorito de sódio (1:20) com um tempo de contato mínimo de 5 minutos. Essa é uma maneira muito eficaz de inativar o vírus, especialmente em ambientes institucionais, como creches; foi reforçado a necessidade de ações e educação em saúde com pais e professores. Os resultados evidenciaram 8 surtos de DMPB na região em 2025. Carnaubal registrou o maior volume (29 casos), com



predomínio da faixa etária de 1 a 4 anos (82,7%). Monsenhor Tabosa notificou 36 casos distribuídos em três escolas (surto) distintos, afetando alunos do berçário ao 4º ano, com maioria masculina. Hidrolândia apresentou 14 casos entre maio e junho, estendendo-se até os 10 anos de idade. Em Ararendá, ocorreram 2 surtos na mesma unidade em momentos distintos (6 casos), enquanto Novo Oriente registrou 5 casos, incluindo um adulto de 22 anos. A implementação da planilha de monitoramento pelo CIEVS Regional Sobral e a articulação para habilitação do código B08.4 no SINAN foram cruciais para a vigilância. As ações de bloqueio focaram na desinfecção com hipoclorito de sódio (1:20) e isolamento dos casos, garantindo uma resposta coordenada e a mitigação da transmissão institucional. A experiência reafirma a eficácia da Vigilância Baseada em Eventos na identificação de surtos. A padronização de protocolos e o monitoramento oportuno pelo CIEVS foram decisivos à resposta coordenada. Conclui-se que a institucionalização de ferramentas de monitoramento e a educação em saúde são estratégias essenciais na mitigação de surtos.



9º Vigilância
Seminário Estadual de Saúde^{em}



Eixo
Vigilância Laboratorial

ARQUITETURA DA EVIDÊNCIA: DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DIGITAL PARA ADEQUAÇÃO AOS REQUISITOS GBT/OMS NO LACEN-CE

Andréa Maria Ramalho Castro e Silva, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Elza Gadelha Lima, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Ingrid Samantha Tavares de Figueiredo, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Miriam Carvalho de Castro, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Júlio César de Oliveira Peixe, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Hilvânia Bittencourt Fialho Freitas, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

O Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen-CE) participa da Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância Sanitária (RNLVISA), coordenada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Atualmente, a ANVISA passa por uma avaliação rigorosa por meio da ferramenta Global Benchmarking Tool (GBT), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), visando ao Nível 4 de maturidade e à credibilidade internacional. O Lacen-CE busca correlacionar, no setor de medicamentos, as complexas práticas laboratoriais implantadas com os densos indicadores da GBT/OMS e suas respectivas evidências. Superar esse desafio é relevante, pois favorece a revitalização contínua e fortalece a qualidade dos processos quanto à rastreabilidade, à eficácia e à segurança, com impacto direto nas ações de vigilância sanitária e na proteção da saúde da população. O objetivo desta iniciativa foi desenvolver e implementar uma ferramenta digital para a organização, a correlação e a rastreabilidade das evidências documentais em relação aos requisitos da GBT/OMS, visando fortalecer a conformidade regulatória e otimizar a resposta a auditorias no setor de medicamentos do Lacen-CE. A ferramenta consistiu em uma planilha digital estruturada para correlacionar indicadores laboratoriais às evidências documentais, com o intuito de facilitar o monitoramento das conformidades regulatórias. A experiência ocorreu ao longo de 2025, no setor de medicamentos do Lacen-CE, envolvendo a integração entre equipes técnicas e a Garantia da Qualidade por meio de três eixos concomitantes. O primeiro consistiu no diagnóstico e no planejamento documental, com base em questionários de autoavaliação da ANVISA alinhados à GBT/OMS, resultando na revisão de procedimentos operacionais padrão (POPs). O segundo eixo envolveu a modernização da infraestrutura, com a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a qualificação do cromatógrafo líquido de alta eficiência (HPLC) e para a aquisição de equipamentos críticos destinados ao controle de qualidade de medicamentos, como dissolutor e espectrofotômetro, além de vidrarias classe A e insumos essenciais. Esse eixo atende aos Requisitos Regulatórios O6 e O9 (RSO6 e RSO9) da GBT, contemplados na planilha digital. Por fim, o eixo de governança colaborativa envolveu discussões técnicas com a Diretoria de Produtos e a Gerência da Qualidade do Lacen-CE, além de reuniões de alinhamento com outros Lacs e com a Gerência de Laboratórios (GELAS/ANVISA). A planilha desenvolvida apresenta potencial de replicação em outros setores do Lacen-CE e em outros laboratórios centrais, servindo como referência para o fortalecimento da conformidade em auditorias internas e externas. A ferramenta integra o Sistema de Gestão da Qualidade e é continuamente revisada para assegurar a atualização, a integridade e a proteção dos dados. Sua implementação resultou na organização sistemática das evidências, agilizando tanto a identificação e a localização dos documentos quanto a compreensão dos requisitos. Observou-se redução do tempo médio de resposta para a apresentação das evidências consideradas mais críticas, de 10 para 4 minutos, representando um ganho médio de eficiência de 60%. Esse resultado foi



verificado durante duas auditorias internas, realizadas em junho e julho de 2025. Ademais, em auditoria realizada pela Organização Nacional de Acreditação (ONA), em agosto de 2025, constatou-se ausência de não conformidades no setor. Portanto, a redução do tempo de resposta, a ausência de não conformidades, a melhoria na rastreabilidade dos processos e o maior domínio técnico dos requisitos da GBT/OMS evidenciaram a efetividade da ferramenta. A experiência demonstrou que o uso da planilha digital constituiu uma estratégia eficaz para a adequação aos padrões globais da GBT/OMS. A simplificação operacional de indicadores complexos em um instrumento aplicável às práticas laboratoriais diárias, ao favorecer a conformidade ativa e a melhoria contínua, mostra-se uma modernização necessária.



FORTALECIMENTO DA REDE DE VIGILÂNCIA LABORATORIAL NO CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS DE PRODUTOS

Andréa Maria Ramalho Castro e Silva, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Elza Gadelha Lima, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Ingrid Samantha Tavares de Figueiredo, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Cintia de Brito Melo, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Sidarta Lopes Viana, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

Rita de Cássia Xavier da Silva, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

A Vigilância Laboratorial constitui um alicerce essencial para a segurança sanitária por meio do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (Sislab). Nesse contexto, a Diretoria Técnica de Produtos (Dipro) do Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen-CE) desempenha papel estratégico ao realizar análises de controle de qualidade de alimentos, águas, medicamentos, saneantes e cosméticos sujeitos ao controle sanitário e ambiental. Em 2025, manter a excelência analítica e assegurar a padronização rigorosa dos processos entre a unidade central, em Fortaleza, e os Lacens regionais constituíram desafios relevantes. A iniciativa justifica-se pela necessidade de garantir que os resultados dos ensaios emitidos pela rede estadual estejam em conformidade com as Boas Práticas de Laboratório (BPL) e com os requisitos da norma ISO/IEC 17025. O objetivo foi relatar a experiência de preparação e execução do curso de capacitação "Vigilância Laboratorial de Produtos: Procedimentos Analíticos do Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen-CE)", promovido pela Diretoria Técnica de Produtos (Dipro) do Lacen-CE, visando ao fortalecimento da rede de vigilância laboratorial e à padronização dos processos analíticos entre as unidades regionais. A experiência foi desenvolvida entre os meses de maio e julho de 2025, com encontros semanais realizados às sextas-feiras. O curso foi planejado e executado pelos próprios técnicos da Divisão de Produtos de Fortaleza, adotando formato remoto, por meio da plataforma Google Meet, com o intuito de alcançar todos os Lacens regionais. A metodologia incluiu apresentações teóricas e discussões práticas, com aplicação de exercícios participativos sobre padronização de materiais para coleta e fluxo de amostras; análises microbiológicas e físico-químicas de águas e alimentos; saneantes, medicamentos e cosméticos; legislações de rotulagem; microscopia de alimentos; e gerenciamento de resíduos laboratoriais. Também foram abordados os sistemas informatizados de emissão de laudos GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial) e Harpya (Sistema de Gerenciamento de Amostras Laboratoriais). Participaram do curso técnicos e gestores dos Lacens de Tauá, Crato, Juazeiro, Icó e Senador Pompeu. Ao longo da capacitação, foram esclarecidas dúvidas dos técnicos envolvidos no processo analítico, contribuindo para a eliminação de inconsistências. As principais demandas técnicas concentraram-se na mitigação de erros pré-analíticos e analíticos, com ênfase na eliminação de inconsistências de cadastro e na redução de retrabalho, visando à fidedignidade dos laudos. No âmbito da gestão da qualidade, as discussões pautaram-se no tratamento de não conformidades e no fortalecimento das competências para auditorias internas e externas. A adoção do formato remoto mostrou-se estratégica, reduzindo custos operacionais e ampliando o alcance da capacitação. Essa experiência consolida-se como um modelo escalável para o intercâmbio contínuo de saberes entre as unidades regionais e a unidade central, fomentando uma rede de aprendizagem colaborativa e permanente. A capacitação estruturou-se em 10 encontros, totalizando uma carga horária de 40 horas. O programa abrangeu profissionais lotados em cinco unidades laboratoriais regionais, registrando 37 inscrições iniciais. Dessas, 32 resulta-



ram em certificação mediante o cumprimento do critério de assiduidade mínima de 75%, o que conferiu ao curso uma taxa de adesão de 86,5%. No que se refere à organização acadêmica, o planejamento e a elaboração do conteúdo envolveram 27 técnicos, enquanto a regência das aulas foi conduzida por um corpo docente composto por 10 especialistas do Lacen-CE. O curso promoveu o compartilhamento do conhecimento analítico especializado em controle de qualidade de produtos. Observou-se a padronização dos procedimentos laboratoriais ao longo de todo o fluxo, desde a recepção e a triagem das amostras até a emissão dos laudos analíticos, resultando em maior uniformidade entre as unidades. A experiência exitosa da capacitação mostrou-se inovadora ao estruturar um ciclo completo de formação em serviço. O modelo adotado apresenta alto potencial de replicabilidade entre os Lacens regionais, configurando-se como estratégia de baixo custo e alto impacto para a padronização técnica e o fortalecimento da Vigilância Sanitária no estado do Ceará.



INOVAÇÃO NOS PROCESSOS LABORATORIAIS DO LACEN-CE: AVANÇOS NA SUSTENTABILIDADE, INTEGRAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E AGILIDADE NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Taynara Maria Vieira Pires, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará
Francisco David Araújo da Silva, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará
Rebeca Sousa Lima, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará
Jackeline Oliveira de Souza, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará
Moisés Mendes Correia, Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará

O Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen-CE) desempenha papel estratégico na vigilância sanitária, realizando análises fiscais de produtos para assegurar a conformidade e subsidiar decisões regulatórias críticas para a proteção da população. Historicamente, embora o laboratório utilizasse o Sistema Harpya para o gerenciamento técnico, a documentação processual complementar era mantida em suporte físico. Essa realidade resultava em elevado consumo de papel e na saturação dos espaços físicos, o que justificou a necessidade de intervenção para a migração para um modelo de gestão documental eletrônica. A iniciativa buscou modernizar os trâmites processuais e otimizar o gerenciamento de recursos no Lacen-CE. Os resultados esperados incluíam conferir maior celeridade ao acesso aos resultados analíticos pela Vigilância, garantir a rastreabilidade total do ciclo laboratorial, especialmente em casos de contraprova, e assegurar a integridade e a validade jurídica dos procedimentos por meio de assinaturas eletrônicas. A partir de 2025, a Diretoria Técnica de Produtos do Lacen-CE implementou o Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (SUITE) como ferramenta adicional. A estratégia envolveu a transição dos fluxos processuais físicos para o ambiente digital, permitindo que todos os profissionais envolvidos realizassem a gestão dos documentos de forma eletrônica. Essa integração possibilitou que a rotina laboratorial passasse a contar com registro oficial, validade jurídica e transparência em cada análise, garantindo que todas as etapas seguissem os padrões de qualidade exigidos. A implantação do SUITE proporcionou uma economia aproximada de 45 folhas de papel por processo. Diante de um volume médio anual de 3.980 processos, houve expressiva redução do consumo, correspondente a cerca de 179.000 folhas de papel, o que representava um custo médio anual de R\$ 8.955,00. Ademais, verificou-se impacto na redução da produção de resíduos e da necessidade de espaços físicos para armazenamento, além da eliminação de gastos com cópias, formulários e laudos impressos, considerando que os processos necessitavam ser armazenados por cinco anos. O sistema tornou viável o cumprimento do prazo de 30 dias para a emissão de laudos, conferindo agilidade às ações de vigilância e reduzindo o tempo de exposição da população a produtos irregulares. A rastreabilidade e a validade jurídica conferidas pelas assinaturas eletrônicas garantiram maior segurança processual. Além disso, houve melhoria na comunicação interna entre os setores e redução no tempo de resposta aos órgãos demandantes. A experiência consolidou-se como um caso de sucesso ao integrar o ambiente digital à rotina da vigilância laboratorial, promovendo segurança jurídica, transparência e confiança nos resultados analíticos. Além disso, a associação entre sustentabilidade e agilidade operacional estabelece um modelo replicável para a otimização de processos em outras unidades.



9º Vigilância
Seminário Estadual de Saúde^{em}



Eixo
Vigilância Sanitária

A VISA FORTALEZA NO GRUPO DA ANVISA DE ATUALIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES DE ALIMENTOS: UM NOVO OLHAR

Silvinês Firmino Sobrinho
Tereza Cristina Freitas do Nascimento
Eline Saraiva Silveira Araújo
Lia Barros Lamboglia da Fonseca
Raquel de Alencar Carvalho de Assunção
Denyse Freire de Sousa dos Reis

As transformações tecnológicas e operacionais no setor de alimentos demandam atualização constante de marcos regulatórios e capacitação de profissionais da Vigilância Sanitária. Normas como RDC nº 216/2004 e RDC nº 275/2002, vigentes há mais de 20 anos, apresentam lacunas ante inovações e complexidade atual. Em Fortaleza, falta clareza normativa e aplicabilidade prática desafia fiscalização e orientação ao setor regulado. A iniciativa da Anvisa de criar grupos focais para revisar essas normas é oportunidade estratégica de integração no SNVS, valorizando experiência municipal para regulamentos efetivos, baseados em risco e alinhados a novas demandas sanitárias. Apresentar a participação da Célula de Vigilância Sanitária de Fortaleza (CEVISA) no grupo focal da Anvisa (jan/2025–fev/2026), destacando contribuições técnico-operacionais para atualizar legislações do setor de alimentos. Descrição da experiência: De jan/2025 a fev/2026, técnicos da CEVISA integraram grupo coordenado pela Anvisa e Unifesp, com análises práticas e proposições municipais para normas mais efetivas. A experiência foi desenvolvida entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026, com a participação de técnicos da Vigilância Sanitária de Fortaleza, integrando grupo focal coordenado pela ANVISA em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). A metodologia adotada foi técnico-analítica, participativa e baseada em evidências. Inicialmente, realizou-se diagnóstico regulatório das normas vigentes, com identificação de lacunas, ambiguidades e dificuldades de aplicação prática. Paralelamente, foram sistematizadas experiências dos profissionais das VISAs e demandas recorrentes do setor regulado. Também foi conduzido levantamento de referências nacionais e internacionais, com foco em boas práticas regulatórias e abordagem baseada em risco. As contribuições foram apresentadas em reuniões técnicas presenciais e remotas, sendo posteriormente consolidadas em documentos técnicos, assegurando alinhamento com os princípios da proteção da saúde pública, exequibilidade normativa e integração do sistema sanitário. Foram realizados aproximadamente seis encontros técnicos, incluindo participação presencial na sede da ANVISA, em Brasília. Destaca-se a criação de grupos de estudo para aprofundamento técnico e atualização contínua, integrando evidências científicas e experiência prática dos participantes. Como resultado concreto, foi publicada a Consulta Pública nº 1.362/2025, referente à atualização da RDC nº 275/2002, incorporando avanços técnicos e propondo a revogação de normativas anteriores. Observou-se contribuição significativa na redução de lacunas interpretativas, fortalecimento das boas práticas, dos procedimentos operacionais padronizados e dos princípios do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). A participação municipal ampliou a aderência das propostas à realidade operacional das VISAs. A participação da Visa de Fortaleza na revisão normativa evidenciou a construção coletiva e integração sanitária. Fortaleceu técnica municipal, modernizou regulatório e ampliou segurança jurídica na fiscalização. Inovadora com escuta municipal e risco, é replicável. Reforça atualização normativa contínua para proteger a saúde pública.



ACS E VISA: UNIDOS PELA SAÚDE NO TERRITÓRIO

Francisco Maciel Brasileiro, Coordenadoria de Vigilância Sanitária, COADS – Canindé

Natália Caroline Germano Rocha, COADS – Canindé

Francisco José de Freitas Alves, COADS – Canindé

Maria Aldessandra Diniz Vieira, Secretaria Municipal de Boa Viagem

A Vigilância Sanitária desempenha papel essencial na proteção da saúde, atuando na prevenção de riscos e na promoção de ambientes seguros. Na Atenção Primária, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são estratégicos por sua proximidade com o território e as famílias. Nesse contexto, o projeto “ACS e VISA: Unidos pela Saúde no Território” foi criado para fortalecer a integração entre esses atores, ampliando ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e identificação precoce de riscos. A iniciativa, conduzida pela Vigilância Sanitária da COADS – Canindé/Superintendência Sertão Central, justifica-se pela necessidade de qualificar o trabalho em rede por meio de educação continuada. Objetivo Geral: Fortalecer a atuação no território por meio da cooperação entre Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE) e Vigilância Sanitária, promovendo a integração das ações de vigilância e atenção à saúde. Objetivos Específicos: Apresentar aos ACS os conceitos e a missão da Vigilância Sanitária e Explicar as principais atribuições da Vigilância Sanitária no âmbito da saúde pública. O projeto foi desenvolvido por meio de ações de educação continuada, tendo como principal estratégia a realização de palestras educativas e momentos de diálogo com os Agentes Comunitários de Saúde. Durante as capacitações, foram abordados temas como a missão da Vigilância Sanitária, suas atribuições e áreas de atuação, a importância da vigilância na prevenção de riscos sanitários, segurança alimentar, qualidade da água para consumo humano, identificação de situações de risco no território e a integração entre os ACS e a Vigilância Sanitária. As atividades foram conduzidas pela equipe técnica da Vigilância Sanitária da COADS – Canindé, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento do trabalho intersetorial. As capacitações ocorreram nos seis municípios que compõem a área de abrangência da COADS – Canindé. A integração entre os profissionais da Atenção Primária e da Vigilância Sanitária fortalece as ações de saúde pública e contribui para melhorias significativas no território. Nesse contexto, destacam-se como principais resultados esperados a identificação precoce de riscos sanitários nas comunidades, o fortalecimento da troca de informações entre os serviços de saúde e a ampliação das ações educativas junto à população. Além disso, essa articulação contribui para o fortalecimento da prevenção de doenças e agravos à saúde, a melhoria no controle de surtos e situações de risco sanitário, bem como para a promoção da segurança alimentar e da qualidade da água para consumo humano. O projeto “ACS e VISA: Unidos pela Saúde no Território” evidenciou a importância da integração entre Vigilância Sanitária e Atenção Primária, fortalecendo o trabalho em rede. A capacitação dos ACS amplia a disseminação de informações, reforçando a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida da população.



ADAPTAÇÃO DE CARTILHA DE BOAS PRÁTICAS PARA MERENDEIRAS: UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM ESCOLAS PÚBLICAS

Gilmara do Nascimento Inacio
Ana Venuto Ramos

A segurança alimentar nas escolas públicas de municípios de pequeno porte, como Massapê, apresenta desafios relacionados à aplicação adequada das normas de manipulação de alimentos, contexto em que o trabalho da vigilância sanitária assume papel essencial na orientação e fiscalização das práticas adotadas. O município possui 37 escolas, somados a 10 anexos, sendo 16 de tempo integral. São 60 merendeiras ao todo, embora elas possuam experiência prática, muitas enfrentam dificuldades para compreender e seguir as orientações técnicas. Nesse cenário, a educação sanitária se destaca como estratégia fundamental para aproximar o conhecimento técnico da realidade das profissionais, fortalecendo a atuação da vigilância sanitária, promovendo a padronização dos procedimentos e melhoria da qualidade sanitária dos alimentos oferecidos aos alunos. de melhorar as práticas de manipulação de alimentos nas escolas de tempo integral da rede municipal. A proposta envolveu a adaptação de uma cartilha de boas práticas pensada para o dia a dia das merendeiras, com linguagem simples, recursos visuais e exemplos do cotidiano escolar. Além disso, buscou-se facilitar a compreensão das orientações, incentivar mudanças de comportamento e fortalecer as ações de vigilância em saúde no ambiente escolar. A realização do projeto aconteceu ao longo de três meses e contou com a participação das merendeiras das escolas de tempo integral, com o apoio das nutricionistas responsáveis pela merenda escolar e representantes da Secretaria de Educação, que integraram a ação. Inicialmente, foi feito um diagnóstico da situação, por meio de observações e conversas com as profissionais, para identificar as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia. Com base nessas informações, foi elaborada a cartilha, abordando temas como higiene pessoal, manipulação segura dos alimentos, organização do ambiente, controle de temperatura e prevenção de contaminações. Após a elaboração do material, foram realizados encontros educativos com apresentação da cartilha, com esclarecimentos de dúvidas e discussões coletivas. Esses momentos foram importantes para incentivar a participação ativa das merendeiras e valorizar seus conhecimentos e experiências. A cartilha também foi impressa e entregue a cada participante para a consulta contínua no ambiente de trabalho, servindo como apoio nas atividades diárias. Os resultados da iniciativa foram positivos, as merendeiras passaram a compreender melhor as orientações, melhoraram a organização das rotinas e aumentaram a adesão às boas práticas de manipulação de alimentos. Também houve fortalecimento do senso de responsabilidade em relação à segurança alimentar e maior integração entre os setores de saúde e educação do município. A experiência demonstrou que o uso de linguagem acessível, aliado a ações educativas participativas, contribui para mudanças de comportamento e para a promoção da saúde no ambiente escolar. Conclui-se que a adaptação de materiais educativos à realidade dos trabalhadores é uma estratégia eficaz para promover melhorias nas práticas de manipulação de alimentos. Pois, tem potencial para ser replicada em outros municípios com características semelhantes, contribuindo para a melhoria da qualidade da alimentação e proteção da saúde dos alunos.



APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO CEARÁ

Tereza Emanuelle da Silva Costa, Engenheira de Pesca, Escola de Saúde Pública do Ceará
Cássio Marinho Campelo, Biólogo, Escola de Saúde Pública do Ceará
Lígia Lucena Gonçalves Medina, Fisioterapeuta, Escola de Saúde Pública do Ceará

A aprendizagem significativa na educação permanente em Vigilância Sanitária (Visa) transforma o trabalho cotidiano em espaço de ensino, conectando novos conhecimentos às experiências prévias dos profissionais. Concretiza-se a partir dos pressupostos estabelecidos pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), fundamentada na aprendizagem no trabalho, onde a qualificação é elaborada com base em problemas reais, com metodologia ativa e problematizadora, integrando ensino-serviço, diálogo, colaboração e gestão participativa no SUS. Relatar a experiência exitosa das práticas de aprendizagem significativa utilizadas no módulo de Educação e Educação da décima primeira turma de Especialização em Vigilância Sanitária da Escola de Saúde Pública do Ceará, contribuindo para que os serviços de vigilância sanitária sejam mais efetivos, no âmbito do SUS/Ceará. O planejamento do módulo de Educação e Comunicação da décima primeira turma de Especialização em Vigilância Sanitária alinhou-se às matrizes curricular e de competências, elaboradas considerando o perfil dos profissionais da Visa, bem como, às premissas do Projeto Político Pedagógico da Escola de Saúde Pública do Ceará. A competência do módulo foi definida para que, ao final, os alunos desenvolvessem estratégias de Educação e Comunicação em Saúde, relacionadas à Vigilância Sanitária, como fortalecimento das práticas de mobilização social e intersetorialidade. Com carga horária total de 36 horas, distribuída em aula presencial de 24 horas e 12 horas dedicadas ao ambiente virtual, o módulo foi realizado nos dias 9 a 11 de julho de 2025, nas dependências da ESP/CE, contemplando os 37 alunos participantes, sendo estes de Fortaleza e de demais municípios do estado. As atividades planejadas para cada dia do encontro presencial foram definidas nas seguintes estratégias: A turma foi acolhida em sala com um varal de afetos, com imagens de frases motivacionais reflexivas, momento necessário para iniciar o primeiro processo de escuta, observando a significatividade da frase, no ser pessoal e profissional. O Paine Integrado trabalhou os conceitos prévios dos profissionais, estimulando-os a estabelecer concepções e correlações entre educação, educação em saúde, educação popular em saúde, seguida por Exposição Dialogada sobre a Contextualização da Educação em Saúde e sua importância como estratégia no desenvolvimento das ações de promoção da saúde. A utilização do jornal foi estratégia inicial para a realização dos Estudos de caso: Comunicar pra quê? Comunicar pra quem? Como utilizar e se portar em mídias de comunicação?. O encontro finalizou com uma Roda de conversa sobre Educação Popular em Saúde, suas aplicações para práticas de Vigilância em Saúde e integração entre Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Trabalhos em Rede. A partir das práticas de aprendizagem significativa utilizadas no módulo de Educação e Educação da décima primeira turma de Especialização em Vigilância Sanitária da ESP/CE, os alunos puderam expor suas concepções, contribuindo com a troca de experiências vivenciadas em cada localidade. A participação efetiva da turma demonstrou como os processos formativos integram o saber e a prática dos profissionais da Visa. Com a utilização do Jornal Cafundó, material produzido e impresso, mostrando notícias de município fictício, a turma, dividida em equipes, teve acesso a casos de surtos, e após discussão e alinhamentos, demonstraram suas ações estratégicas de edu-



cação e comunicação para conduzir cada situação, utilizando meios e formas de comunicação com os diferentes atores envolvidos. Ao final, avaliaram o momento refletindo sobre o que ainda é necessário para proteger, vigiar e comunicar. A partir do vivenciado no encontro, evidencia-se as experiências individuais e coletivas, os desafios enfrentados em cada realidade, os anseios por expressividade para melhor gestão estratégica.



APRESENTAÇÃO DO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PELA CEVISA

Silvinês Firmino Sobrinho
Tereza Cristina Freitas do Nascimento
Eline Saraiva Silveira Araújo
Meliane Maria Thomaz
Valdir Augusto de Oliveira Junior
Élida Flávia Peixoto Landim

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN, 1999) orienta como a Vigilância Sanitária deve contribuir para a promoção da saúde. No setor de alimentos, as ações da ANVISA têm como base o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014). Entre as principais atividades da Vigilância Sanitária está a educação sanitária, o que justifica a abordagem do Guia de forma ampla e preventiva, com comunicação clara sobre práticas alimentares saudáveis. Nesse contexto, o Setor de Alimentos da CEVISA participa do Programa Gente Adolescente, apresentando o Guia aos estudantes, explicando sua aplicação no cotidiano e como ele pode apoiar escolhas alimentares mais seguras e saudáveis. O trabalho teve como objetivo geral apresentar aos estudantes das escolas públicas municipais, participantes do Programa Gente Adolescente, o Guia Alimentar para a População Brasileira, como instrumento fundamental de promoção da saúde e de estímulo a escolhas alimentares mais conscientes. A CEVISA participou de reuniões prévias entre os setores envolvidos das Secretarias Municipal da Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, onde foi informada a listagem das escolas públicas municipais, participantes do Programa Gente Adolescente. Os agendamentos foram realizados previamente junto às diretorias e secretarias das escolas selecionadas, respeitando o calendário escolar e as datas indicadas como mais oportunas pela Secretaria de Educação para o desenvolvimento das ações. As ações foram iniciadas com exposição dialogada sobre o papel da Vigilância Sanitária no município de Fortaleza, abordando de forma breve suas competências e principais áreas de atuação, com ênfase na temática da segurança dos alimentos. Em seguida, foi promovida uma abordagem participativa, mediante questionamentos aos estudantes acerca do conhecimento prévio sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira. Após as respostas, foi apresentado o Guia, sua finalidade, relevância para a promoção da saúde e a classificação dos alimentos segundo o nível de processamento. Foram também abordados os aspectos da rotulagem nutricional frontal (FOP), com explicação de sua função e aplicabilidade prática no cotidiano. Orientou-se quanto à identificação dos itens obrigatórios da rotulagem, como prazo de validade, lista de ingredientes, identificação do fabricante e endereço. Por fim, incentivou-se a reflexão crítica dos estudantes, questionando-se se, após compreenderem o significado do símbolo da lupa presente em produtos industrializados, manteriam suas decisões de compra. Reforçou-se que o poder de escolha pertence ao consumidor, estimulando a tomada de decisão consciente frente a produtos com altos teores de açúcar, gordura saturada e sódio. Foram realizadas no ano de 2025, 16 atividades com a participação de 575 estudantes. Constatou-se que a maioria dos estudantes e professores presentes desconhecia o Guia Alimentar antes da intervenção e, após as atividades, evidenciou-se maior curiosidade sobre seu conteúdo, sua finalidade e sobre a classificação dos alimentos segundo o nível de processamento, com destaque para o reconhecimento da importância de priorizar alimentos in natura e minimamente processados em detrimento dos ultraprocessados. Outro resultado expressivo foi a assimilação do significado da rotulagem nutricional frontal (FOP). Os estudantes puderam conhecer o símbolo da lupa nas embalagens.



gens dos alimentos e compreender sua função como alerta para altos teores de açúcar, gordura saturada e sódio. Conclui-se que a apresentação do Guia Alimentar nas escolas, no Programa Gente Adolescente, é estratégia alinhada à PNAN e fortalece a atuação educativa da CEVISA na promoção da saúde. As atividades demonstraram a viabilidade da ação intersetorial e destacaram a relevância do ambiente escolar para disseminar informações sanitárias.



ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM EVENTOS DE MASSA: EXPERIÊNCIA EM FESTIVAL JUNINO EM MASSAPÊ-CE

Gilmara do Nascimento Inácio, Tecnóloga de Alimentos, Coordenadora Visa Secretaria de Saúde
João da Penha Costa, Fiscal Sanitário, Secretaria de Saúde
Fco Iago Souza Pereira, Fiscal Sanitário, Secretaria de Saúde

Considerando os potenciais impactos dos eventos de massa para a saúde pública, a vigilância Sanitária do município de Massapê-Ceará possui como atribuição o monitoramento desses eventos. Tais ações são fundamentais para a prevenção de surtos de doenças transmitidas por alimentos, controle de riscos sanitários e garantia da proteção da saúde coletiva, especialmente em cenários que envolvem grande circulação de pessoas e comercialização temporária de alimentos. Essa atuação é relevante, uma vez que a cidade se prepara para essa festividade junina tradicionalmente há 72 anos. Eventos de massa promovem intensa circulação e aglomeração de pessoas, podendo gerar impactos positivos, como crescimento econômico e geração de empregos, apesar desse significativo, os eventos de massa também podem representar desafios e riscos para a saúde pública. objetivo intensificar a fiscalização da vigilância sanitária e desmistificar sua atuação punitiva, reconhecendo vendedores ambulantes que adotassem boas práticas de fabricação de alimentos em eventos de massa, com destaque para a atuação em um festival junino tradicional na cidade. A experiência realizada na cidade de Massapê -Ce, durante o tradicional chitão nos dias 03, 04 e 05 de julho ano de 2025, foi desenvolvida em conjunta com a secretaria de cultura e dividida em três etapas: inicialmente, realizou-se reunião com a comunidade residente no município interessada em participar do evento, e informando a impossibilidade de vendedores sem comprovação de residência, ocasião em que foram apresentadas as principais informações e obrigações documentais; posteriormente, ocorreu o cadastro dos participantes mediante pagamento da taxa de ocupação no setor de tributos; por fim, foi realizada a etapa obrigatória de participação do treinamento em boas práticas de fabricação de alimentos e bebidas, contemplando temas relacionados ao controle de qualidade, higiene e sanidade, manipulação, e armazenamento dos alimentos, com certificação de 60 horas. Durante o treinamento, foi divulgado a premiação de incentivo financeiro pela gestão municipal no valor de \$1.000 destinado ao lancheiro que mantivesse compromisso com as normas sanitárias, os critérios foram avaliados por meio de uma lista de verificação adaptada conforme regulamentação vigente, aplicada todos os dias do evento exclusivamente pela equipe de vigilância sanitária. Com todo exposto, observou-se reconhecimento e maior conscientização quanto à higiene pessoal, manipulação adequada, controle de qualidade e prevenção da contaminação cruzada dos vendedores ambulantes, contribuindo para o aumento da confiança do consumidor e promoção da saúde pública. Conclui-se que a adoção das boas práticas mitigou riscos à saúde dos consumidores e visitantes, evidenciando a importância do treinamento e da intensificação das ações fiscalizatórias para a garantia do controle de qualidade e higiene da segurança alimentar em eventos de massa.



BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ILPI: UMA PARCERIA CEVISA E MINISTÉRIO PÚBLICO

Silvinês Firmino Sobrinho
Tereza Cristina Freitas do Nascimento
Eline Saraiva Silveira Araújo
Marcondes Chaves Gomes
Ricardo Barros Leal Rocha
Raquel de Alencar Carvalho de Assunção

A garantia de alimentos seguros em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) é essencial para a promoção da saúde e prevenção de doenças de transmissão hídrica e alimentar, considerando a maior vulnerabilidade dessa população. No contexto de Fortaleza, evidencia-se a necessidade de fortalecimento das práticas higiênico-sanitárias nesses estabelecimentos, sobretudo em razão de lacunas na padronização de processos e na efetiva implementação das normativas vigentes. A Vigilância Sanitária, fundamentada em legislações como a RDC nº 216/2004 e a Portaria nº 326/1997, possui papel estratégico na orientação e qualificação dos serviços de alimentação. Parceria com o MPCE (Promotoria da Pessoa Idosa) amplia ações educativas e proteção institucional. Promover a capacitação de responsáveis legais, responsáveis técnicos e manipuladores de alimentos de ILPI de Fortaleza em boas práticas de manipulação de alimentos, visando aumentar a segurança dos alimentos e contribuir para a proteção da saúde da pessoa idosa. Trata-se de intervenção educativa realizada por meio de capacitação promovida pela Célula de Vigilância Sanitária (CEVISA), em parceria com o Ministério Público do Estado do Ceará. A atividade ocorreu em 2025, na Escola Superior do Ministério Público, com participação de representantes das ILPI do município. A mobilização dos participantes foi realizada pela Promotoria de Proteção à Pessoa Idosa, garantindo abrangência do público-alvo. A capacitação foi planejada no período da tarde, evitando interferência na rotina das instituições. A metodologia adotada foi expositivo-dialogada, conduzida por profissionais da CEVISA com formação em Nutrição e Engenharia de Alimentos. Foram abordados temas como boas práticas de manipulação, legislação sanitária, contaminantes alimentares, doenças transmitidas por alimentos, armazenamento, transporte e rotulagem. Também foi apresentado o Guia Alimentar para a População Brasileira. A estratégia incluiu escuta ativa, discussão de situações práticas e demonstrações aplicadas à realidade das ILPI, favorecendo a construção coletiva do conhecimento. A ação apresentou boa adesão dos participantes, favorecida pela adequação do horário e pela metodologia participativa. Observou-se ampliação do conhecimento sobre boas práticas e maior compreensão das normativas sanitárias. Foram identificadas lacunas relacionadas à padronização de processos, que passaram a ser discutidas de forma mais crítica pelos participantes. Destacou-se o interesse pelo Guia Alimentar como instrumento de apoio à alimentação adequada da pessoa idosa. A capacitação contribuiu para o fortalecimento de práticas seguras, especialmente quanto à higienização, armazenamento e manipulação de alimentos, com potencial impacto na prevenção de agravos. Também houve reforço da responsabilidade institucional na garantia do direito à alimentação adequada, conforme previsto no Estatuto da Pessoa Idosa. A articulação entre VISA e MP foi eficaz para a segurança alimentar em ILPIs. Fortaleceu conhecimento técnico, reflexão prática e qualidade dos serviços aos idosos. Inovadora pela integração interinstitucional e educação participativa, é replicável. Valoriza a educação sanitária para prevenir riscos, promover saúde e garantir dignidade aos idosos.



CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS REGULARES COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Gilmara do Nascimento Inácio, Tecnóloga de Alimentos, Secretaria de Saúde

Ana Venuto Ramos, Tecnóloga de Alimentos, Secretaria de Saúde

João da Penha Costa, Fiscal Sanitário, Secretaria de Saúde

Fco Iago S. Pereira, Fiscal Sanitário, Secretaria de Saúde

Introdução: A campanha “Tô Legal” foi realizada no município de Massapê – CE como uma forma de promover a saúde pública por meio das ações da vigilância sanitária, dando visibilidade aos estabelecimentos que seguem as normas e se preocupam em oferecer serviços de qualidade à população. O município possui aproximadamente 40.000 mil habitantes, com estimativa de 400 estabelecimentos comerciais de interesse à saúde e outros. A iniciativa surgiu da percepção de que, além de fiscalizar, também é importante reconhecer e incentivar aos comerciantes que já adotam boas práticas, aproximando o poder público dos estabelecimentos de maneira mais educativa, orientadora e colaborativa. O principal objetivo da campanha foi valorizar os estabelecimentos que mantêm sua documentação em dia, como a licença sanitária e o laudo de conformidade do Corpo de Bombeiros; reconhecer aqueles que demonstram compromisso constante com as normas e que estão abertos às orientações da vigilância sanitária; incentivar outros empreendimentos a se adequarem às exigências legais e a manterem melhores condições higiênico-sanitárias para o funcionamento. A ação contemplou diversos segmentos ligados à área da saúde e ao interesse sanitário coletivo, incluindo academias, óticas, farmácias, serviços de alimentação, clínicas médicas e veterinárias, supermercados e peixarias. Essa diversidade de estabelecimentos reforça o caráter abrangente da vigilância sanitária e sua importância na proteção da saúde da população em diferentes contextos do cotidiano. A equipe da vigilância sanitária realizou visitas presenciais aos estabelecimentos que atenderam aos critérios definidos pela campanha. Durante essas visitas, foram entregues placas de reconhecimento com a identificação “Tô Legal”, simbolizando que o local está regularizado e comprometido com boas práticas. Além disso, a ação contou com o registro oficial de imagens, posteriormente divulgadas nas redes sociais da gestão municipal, ampliando a visibilidade da iniciativa e valorizando publicamente os estabelecimentos participantes. Foi possível observar resultados positivos por parte dos responsáveis pelos estabelecimentos reconhecidos. Muitos relataram satisfação em receber a certificação, destacando o sentimento de valorização pelo esforço em manter a regularidade e as condições adequadas de funcionamento. A entrega das placas também contribuiu para reforçar a importância da qualidade dos serviços prestados, não apenas como exigência legal, mas como um compromisso com a saúde e o bem-estar da população. A iniciativa demonstrou potencial para influenciar outros estabelecimentos que ainda não mantêm regularidade em suas obrigações, funcionando como um incentivo à adequação e à busca por melhores padrões sanitários. Dessa forma, a campanha “Tô Legal” se consolidou como uma estratégia eficaz de educação sanitária e promoção da saúde, ao aliar reconhecimento, orientação e estímulo à melhoria contínua dos serviços, fortalecendo o papel da VISA não apenas fiscalizador, mas educativo e parceiro da comunidade.



CANETAS EMAGRECEDORAS E ANABOLIZANTES: ENTRE A INFLUÊNCIA DIGITAL E O RISCO SANITÁRIO

Élida Flávia Peixoto Landim

Valdir Augusto de Oliveira Junior

Evelynne Chaves da Silva

Eline Saraiva Silveira Araújo

Raquel de Alencar Carvalho de Assunção

Danielle Ferreira de Oliveira

O culto ao corpo e aos padrões estéticos tem contribuído para o uso indiscriminado de medicamentos para fins não terapêuticos, especialmente “canetas emagrecedoras” e anabolizantes. As canetas são divulgadas para perda de peso estética, muitas vezes fora das indicações e sem prescrição. Os anabolizantes, derivados da testosterona, são usados para ganho de massa muscular e desempenho físico, podendo causar efeitos metabólicos, cardiovasculares, hormonais e psiquiátricos. Esse cenário configura grave problema de saúde pública, sobretudo entre adolescentes e jovens, vulneráveis à influência digital. Nesse contexto, realizou-se ação educativa em Fortaleza–CE, com universidade e mídia educativa, para combater a desinformação e promover uso racional de medicamentos. Promover a conscientização de adolescentes e jovens sobre os riscos associados ao uso indiscriminado de canetas emagrecedoras e anabolizantes, fortalecendo a proteção à saúde por meio de ações educativas interinstitucionais e incentivando práticas seguras relacionadas ao uso de medicamentos. A ação ocorreu por meio de abordagem de educomunicação, com transmissões ao vivo via rádio web e plataforma digital, permitindo interação em tempo real com estudantes da rede pública de Fortaleza, Sobral e Iguatu. O período de realização compreendeu atividades educativas articuladas entre profissionais da Vigilância Sanitária, docentes e mediadores da área da saúde. As estratégias incluíram levantamento prévio e em tempo real de dúvidas por meio de aplicativos de mensagens e chats, diálogo técnico-científico conduzido por especialista e análise de casos reais com base em alertas sanitários recentes. Foram utilizados recursos didáticos acessíveis, como slides e notícias oficiais, abordando efeitos adversos, riscos de uso sem prescrição, influência das redes sociais e importância do acompanhamento profissional. Também foram apresentadas orientações sobre a notificação de eventos adversos nos sistemas Vigimed e Notivisa. A participação de articuladores escolares contribuiu para a mediação e contextualização das discussões. Observou-se elevada participação dos estudantes, com envio expressivo de perguntas e interação durante as transmissões. Houve ampliação do conhecimento sobre os riscos associados ao uso dessas substâncias, além de maior conscientização sobre a influência das redes sociais nas decisões relacionadas ao corpo e à saúde. A iniciativa fortaleceu o papel da Vigilância Sanitária como agente educativo e ampliou o acesso a informações confiáveis. Também contribuiu para o estímulo ao pensamento crítico e à valorização do acompanhamento profissional, além de reforçar a importância da notificação de eventos adversos como instrumento de segurança sanitária. Educomunicação aproximou conhecimento técnico da juventude, com mídias digitais e participação ativa, tornando a educação em saúde acessível e interativa. Aumentou engajamento e consciência crítica sobre uso estético de medicamentos. Tem alto potencial de replicação e institucionalização como canal contínuo de promoção do uso racional.



CEVISA NA COMUNIDADE – UM CONVITE AOS CONSELHEIROS DE SAÚDE DE FORTALEZA

Silvinês Firmino Sobrinho
Tereza Cristina Freitas do Nascimento
Eline Saraiva Silveira Araújo
Meliane Maria Thomaz
Evelyne Chaves da Silva
Élida Flávia Peixoto Landim

Participação social é princípio do SUS, previsto na Lei nº 8.142/1990, que institui conselhos de saúde como instâncias de deliberação e controle social. Em Fortaleza, a Vigilância Sanitária apresenta seus instrumentos de planejamento ao Conselho Municipal de Saúde. Contudo, a renovação periódica dos conselheiros evidencia lacunas de conhecimento sobre a estrutura e competências da Vigilância Sanitária, muitas vezes associada apenas à fiscalização. Somma-se a isso a realidade local, em que a fiscalização sanitária é centralizada em outro órgão, podendo gerar interpretações equivocadas. Nesse cenário, é necessária maior aproximação entre a Célula de Vigilância Sanitária (CEVISA) e o controle social, para qualificar o debate e fortalecer a atuação dos conselheiros. Apresentar a estrutura, competências e principais ações da CEVISA aos conselheiros municipais de saúde recém-empossados, promovendo maior compreensão sobre seu papel e qualificando o exercício do controle social no SUS. Trata-se de relato de experiência desenvolvido por meio de oficinas presenciais realizadas pela CEVISA em parceria com o Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza. Foram realizadas cinco oficinas, contemplando as seis Coordenadorias Regionais de Saúde, no período recente de renovação dos conselheiros. O Conselho atuou na mobilização dos participantes e na definição dos locais, priorizando espaços descentralizados para facilitar o acesso. As atividades ocorreram em equipamentos públicos distribuídos no município. A metodologia adotada foi expositivo-dialogada, com apresentação institucional sobre a Vigilância Sanitária, seguida de momentos de escuta qualificada e esclarecimento de dúvidas. Foram discutidas situações vivenciadas nos territórios, orientações sobre fluxos de encaminhamento e competências institucionais, além de esclarecimento de equívocos frequentes. A estratégia priorizou o diálogo, a troca de experiências e a construção compartilhada do conhecimento. As oficinas promoveram maior aproximação entre a Vigilância Sanitária e o controle social, ampliando o conhecimento dos conselheiros sobre a estrutura, competências e ações da CEVISA. Observou-se participação ativa dos participantes, com apresentação de demandas e relatos territoriais, favorecendo a identificação de problemas sanitários locais. Houve correção de percepções equivocadas, especialmente quanto ao caráter exclusivamente fiscalizador da VISA, e fortalecimento da compreensão de seu papel na promoção da saúde. Destaca-se ainda a melhoria no fluxo de comunicação entre conselheiros e gestão municipal, com orientação sobre canais institucionais adequados para encaminhamento de demandas. Como ponto de aprimoramento, identificou-se baixa adesão em relação ao total de conselheiros, indicando a necessidade de estratégias adicionais de mobilização. A iniciativa contribuiu para ampliar o entendimento sobre o papel da VISA, superar visões reducionistas e promover maior integração entre gestão e comunidade. Destaca-se o caráter inovador da ação ao investir na formação dos conselheiros como estratégia de fortalecimento do SUS, com potencial de replicabilidade em outros municípios.



CRIAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO PARA PRODUÇÃO DO CÓDIGO SANITÁRIO: PADRÕES E SEGURANÇA JURÍDICA

Raquel de Alencar Carvalho de Assunção
Keyteanne Bezerra de Melo Costa
Marcondes Chaves Gomes
Danielle Ferreira de Oliveira
Lianna Campos de Sousa
Eline Saraiva Silveira Araújo

Em 2024, a Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza aderiu ao projeto nacional da Anvisa para elaboração e atualização de Códigos Sanitários no SUS. A iniciativa fortalece a vigilância sanitária via organização normativa, gestão da qualidade, gerenciamento de riscos e competências federativas. No âmbito municipal, a fragmentação normativa e a falta de sistematização local comprometiam a padronização de ações e a segurança jurídica em regulação e fiscalização. Assim, instituiu-se grupo técnico interinstitucional para elaborar a minuta do Código Sanitário municipal, reforçando a governança regulatória e a efetividade das ações sanitárias. Instituir grupo técnico interinstitucional para conduzir a elaboração da minuta do Código Sanitário do Município de Fortaleza, promovendo padronização das ações de vigilância sanitária, harmonização normativa e ampliação da segurança jurídica nos processos de regulação e fiscalização. Trata-se de estudo descritivo, de abordagem qualitativa, realizado a partir de 2024, envolvendo profissionais da vigilância sanitária e gestores municipais. Inicialmente, os participantes integraram oficinas presenciais promovidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com foco na qualificação técnica para elaboração de códigos sanitários. Em seguida, foram realizadas reuniões periódicas para levantamento e análise da legislação vigente, identificação de lacunas normativas e definição de diretrizes para construção do documento. As etapas incluíram: designação dos membros do grupo técnico com representantes da Secretaria Municipal da Saúde e da Agência de Fiscalização de Fortaleza; elaboração e publicação de portaria oficial para institucionalização do grupo; definição de plano de trabalho e atribuições; organização temática dos dispositivos legais; e início da elaboração da minuta do Código Sanitário. O processo utilizou como base documentos orientadores nacionais, incluindo manual técnico do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, além de normativas federais, estaduais e municipais. A metodologia adotada priorizou a participação ativa dos profissionais, integração institucional e construção coletiva do conteúdo normativo. A experiência resultou na formalização do grupo técnico interinstitucional por meio de portaria municipal publicada em dezembro de 2025, conferindo respaldo legal às atividades desenvolvidas. Observou-se avanço na sistematização da legislação vigente, identificação de lacunas e definição de diretrizes prioritárias para atuação sanitária. Houve fortalecimento da articulação entre os órgãos envolvidos, maior clareza das competências institucionais e aprimoramento da coordenação técnica. A iniciativa contribuiu para organização dos processos de trabalho, padronização das ações de vigilância sanitária e construção de base normativa mais consistente. Espera-se que a conclusão da minuta amplie a efetividade das ações regulatórias, fortaleça a segurança jurídica e promova maior proteção à saúde da população. A criação do grupo técnico promoveu integração institucional, qualificou a governança regulatória e fortaleceu a vigilância sanitária municipal. A minuta coletiva do Código Sanitário padronizou entendimentos, ampliou transparência e assegurou segurança jurídica em regulação e fiscalização. Inovadora, criou espaço permanente para análise normativa.



DESBUROCRATIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO: IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA AGENDASOL COMO ESTRATÉGIA INOVADORA NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Lia Luma Prado, Médica Veterinária, Vigilância Sanitária de Sobral
Alanne Pimentel Ferreira Ribeiro, Médica Veterinária, Vigilância Sanitária de Sobral
Anderlane Sara de Sousa Paiva, Enfermeira, Vigilância Sanitária de Sobral
Antônia Iara Martins Coelho, Enfermeira, Vigilância Sanitária de Sobral
Isabelly Damasceno Ponte, Enfermeira, Vigilância em Saúde de Sobral
Tamires Alexandre Félix, Enfermeira, Vigilância Sanitária de Sobral

A Vigilância Sanitária (Visa) exerce papel central na proteção da saúde coletiva por meio do licenciamento de atividades com potencial risco sanitário. No município de Sobral-CE, esse processo apresentava entraves relacionados à burocratização, morosidade e dependência de fluxos presenciais, impactando a eficiência dos serviços e o acesso dos usuários. A Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica) redefiniu o modelo regulatório ao dispensar licenciamento prévio para atividades de baixo risco, priorizando a fiscalização de atividades de médio e alto risco sanitário, exigindo a reorganização dos processos de trabalho. Nesse contexto, a implementação do sistema AgendaSol configura-se como estratégia de virtualização e qualificação dos fluxos, promovendo desburocratização, celeridade e alinhamento às diretrizes legais vigentes. Analisar a implementação do sistema AgendaSol na Vigilância Sanitária municipal, visando qualificar o processo de licenciamento sanitário por meio da redução da burocracia, ampliação da celeridade das análises, organização das demandas e fortalecimento das ações baseadas na classificação de risco sanitário. Trata-se de relato de experiência desenvolvido no município de Sobral-CE, com implantação do módulo de Vigilância Sanitária no sistema AgendaSol em 2025, a partir de construção conjunta entre a equipe da Visa e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC). O módulo foi desenvolvido para atender às demandas da Vigilância Sanitária, contemplando a análise documental dos processos de licenciamento sanitário e a avaliação e concessão de dispensas de alvará, conforme a legislação vigente. A iniciativa envolveu, em suas diferentes fases, profissionais da Visa, da COTEC e usuários dos serviços regulados. O sistema opera por meio de pré-atendimento digital, permitindo ao usuário realizar solicitações remotamente, com classificação do licenciamento em simplificado ou regular, conforme o enquadramento de risco. As demandas são triadas e encaminhadas ao corpo técnico, com fluxos organizados segundo o perfil da atividade e a etapa do processo. As estratégias metodológicas incluíram a virtualização dos processos em plataforma digital de acesso público, com etapas estruturadas de preenchimento e envio de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e princípios da saúde digital. O sistema oferece suporte técnico, materiais orientadores e acesso a documentos oficiais. A interface auto explicativa permitiu reestruturar o fluxo de trabalho, com definição de permissões por perfil e etapa do processo. As ações contemplaram triagem digital, análise documental descentralizada e priorização das inspeções para atividades de maior risco sanitário, promovendo racionalização dos processos e alinhamento às diretrizes vigentes. A implementação do AgendaSol mostrou-se eficaz na desburocratização e qualificação do licenciamento sanitário, com reorganização dos processos, ampliação do acesso e maior eficiência. Alinhada aos princípios do SUS, fortalece a Vigilância em Saúde e apresenta potencial de replicabilidade. A implementação do AgendaSol mostrou-se eficaz na desburocratização e qualificação do licenciamento sanitário, com reorganização dos processos, ampliação do acesso e maior eficiência. Alinhada aos princípios do SUS, fortalece a Vigilância em Saúde e apresenta potencial de replicabilidade.



E-BOOK PARA SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA DE FORTALEZA: UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

Ricardo Barros Leal Rocha, Cirurgião-dentista, Célula de Vigilância Sanitária de Fortaleza
Lia Barros Lamboglia da Fonseca, Cirurgiã-dentista, Célula de Vigilância Sanitária de Fortaleza
Keyteanne Bezerra de Melo Costa, Enfermeira, Célula de Vigilância Sanitária de Fortaleza
Eline Saraiva Silveira Araújo, Enfermeira, Célula de Vigilância Sanitária de Fortaleza
Denyse Freire de Sousa dos Reis, Cirurgiã-dentista, Célula de Vigilância Sanitária de Fortaleza
Josete Malheiros Tavares, Cirurgião-dentista, Coordenadoria de Vigilância em Saúde de Fortaleza

As frequentes dúvidas encaminhadas por cirurgiões-dentistas e responsáveis técnicos à Vigilância Sanitária de Fortaleza evidenciaram dificuldades na interpretação das normas relacionadas às boas práticas de funcionamento e ao licenciamento sanitário. Esse cenário favorecia a ocorrência de não conformidades e potenciais riscos à segurança do paciente, impactando a qualidade dos serviços odontológicos. Diante disso, identificou-se a necessidade de sistematizar e tornar mais acessíveis as orientações técnicas e regulatórias. A iniciativa foi desenvolvida no município de Fortaleza-CE, com foco em profissionais de odontologia dos setores público e privado, visando qualificar a comunicação institucional, promover conformidade sanitária e fortalecer a segurança assistencial. Elaborar e divulgar, de forma participativa, material orientador sobre boas práticas sanitárias e licenciamento sanitário para serviços de odontologia, ampliando a compreensão das normas e contribuindo para a qualificação dos serviços. A experiência foi realizada entre abril e maio de 2025, no município de Fortaleza, com abordagem participativa e interinstitucional. Inicialmente, realizou-se levantamento das principais dúvidas encaminhadas à Vigilância Sanitária por meio eletrônico, permitindo identificar fragilidades na compreensão normativa. Em seguida, procedeu-se à análise e compilação das legislações federais e municipais aplicáveis, subsidiando a elaboração de versão preliminar do e-book. Para validação técnica e aprimoramento do conteúdo, foi promovido o I Encontro de Abordagem Sanitária para Serviços de Odontologia, com participação de instituições como conselho profissional, entidades sindicais, órgãos de fiscalização e vigilâncias sanitárias municipais. As contribuições coletadas foram analisadas e incorporadas ao material. Posteriormente, o conteúdo revisado foi apresentado no II Encontro, realizado na Escola de Saúde Pública, com participação ampliada de atores institucionais, consolidando a versão final. O e-book foi estruturado com base nas demandas mais recorrentes dos profissionais, abordando requisitos para licenciamento sanitário, documentação necessária, fluxos administrativos e orientações sobre boas práticas, incluindo elaboração de Procedimentos Operacionais Padronizados, higienização, esterilização e controle sanitário dos serviços. A iniciativa resultou na produção e lançamento do e-book Boas Práticas Sanitárias para Serviços de Odontologia, com linguagem acessível e conteúdo técnico atualizado. O material foi apresentado em evento científico de grande porte, ampliando sua visibilidade entre profissionais e gestores, além de ser divulgado em instâncias institucionais e disponibilizado em plataformas oficiais, favorecendo amplo acesso. Observou-se fortalecimento do diálogo interinstitucional, maior padronização na interpretação das normas e potencial redução de dúvidas recorrentes encaminhadas à Vigilância Sanitária. A sistematização das orientações contribuiu para maior previsibilidade dos processos de licenciamento e para o aprimoramento das práticas sanitárias, com impacto positivo na qualidade e segurança da assistência odontológica. Como desdobramento, o material será atualizado conforme nova



normativa nacional. A construção participativa do e-book qualificou a comunicação entre Vigilância Sanitária e odontologia, promovendo clareza e padronização das orientações. A articulação interinstitucional reforçou a transparência regulatória. Inovadora, a iniciativa tem baixo custo, é replicável e sua atualização contínua sustenta a gestão e a segurança do paciente.



TRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM FORTALEZA-CE

Keyteanne Bezerra de Melo Costa
Ricardo Barros Leal Rocha
Lia Barros
Lamboglia da Fonseca
Eline Saraiva Silveira Araújo
Denyse Freire de Sousa dos Reis
Josete Malheiros Tavares

A segurança do paciente, tradicionalmente associada ao ambiente hospitalar, demanda ampliação para outros pontos da Rede de Atenção à Saúde, especialmente a Atenção Primária, principal porta de entrada do sistema. No município de Fortaleza-CE, com extensa rede de Unidades de Atenção Primária à Saúde, observa-se a necessidade de incorporar, de forma sistemática, práticas voltadas à prevenção de riscos assistenciais. Nesse contexto, a Vigilância Sanitária assume papel estratégico no monitoramento e na indução de melhorias nos serviços. A inexistência de uma instância estruturada para coordenar ações de segurança do paciente evidenciou a necessidade de implementação do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), visando fortalecer a cultura de segurança, qualificar processos assistenciais e reduzir danos evitáveis segundo as normativas vigentes. Estruturar e implementar o Núcleo de Segurança do Paciente no âmbito da Vigilância Sanitária de Fortaleza-CE, com o propósito de fortalecer a cultura de segurança, prevenir riscos assistenciais e promover o cumprimento das normativas sanitárias nas UAPS. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em 2025, no âmbito da Vigilância Sanitária de Fortaleza, a partir da publicação de ato normativo municipal que instituiu o NSP. A implementação ocorreu de forma participativa, com equipe multiprofissional composta por representantes da Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Assistência Farmacêutica, Saúde do Trabalhador, Sistemas de Informação em Saúde, Atenção Primária e Agência de Fiscalização. Inicialmente, foram realizados encontros para discussão das normativas e definição das diretrizes de atuação do núcleo. Em seguida, elaborou-se um diagnóstico situacional das UAPS, por meio de questionário estruturado aplicado a profissionais de saúde via formulário eletrônico. O instrumento avaliou conhecimento, práticas e fluxos relacionados à segurança do paciente. Os dados coletados foram analisados e discutidos pelo núcleo, subsidiando a elaboração do Plano de Ação Municipal. Também foram definidos fluxos de comunicação e notificação de incidentes, além de estratégias de educação permanente. O processo foi conduzido de forma integrada, promovendo articulação intersetorial e fortalecimento da gestão do risco sanitário. A institucionalização do NSP, por meio da Portaria SMS nº 833/2025, consolidou uma instância técnica permanente para coordenação das ações de segurança do paciente. O diagnóstico situacional, com participação de 109 profissionais, revelou que 78% referiam conhecimento sobre o tema, porém 82,6% não possuíam capacitação formal e 77,1% desconheciam os fluxos de notificação, evidenciando subnotificação de incidentes (69,9%). As principais ocorrências envolveram falhas de comunicação e fragilidades nos processos assistenciais. Como resultado, houve fortalecimento da atuação intersetorial e maior integração entre áreas estratégicas, ampliando a capacidade de identificação e gerenciamento de riscos. A iniciativa contribuiu para a organização dos processos de trabalho e para a incorporação de abordagem sistêmica e não punitiva dos



incidentes. A estruturação do NSP na Vigilância Sanitária de Fortaleza representa avanço na governança e na qualificação da Atenção Primária, ao instituir a segurança do paciente como eixo transversal da gestão. A experiência evidenciou a importância da atuação multiprofissional, do diagnóstico situacional e da educação permanente.



FERRAMENTA DIGITAL PARA CONTROLE, MONITORAMENTO E QUALIFICAÇÃO DAS VISITAS SANITÁRIAS NA VISA DE PIQUET CARNEIRO – CE

Dejacir Rodrigues Campos, Enfermeiro, VISA Piquet Carneiro
Mateus Cavalcante Beserra de Moraes, Enfermeiro – HPP
Francisco Sarmiento do Vale, Enfermeiro, Secretário Municipal de Saúde
Rivelino Franco Fernandes, Coordenador de Sistemas em Saúde – SMS
André de Santana Campos, Enfermeiro, Policlínica de Iguatu
Vaneska de Lima Bitu Vitor, Enfermeira, Coordenadoria de Vigilância em Saúde
Alercio Pinheiro Carnaúba, Técnico de Combate às Endemias–SMS
Juan Magalhães da Silva, Assessor de Comunicação da Saúde–SMS
Juan June Rodrigues da Silva, Enfermeiro, CAPS Piquet Carneiro
Francisco Adriano da Silva, Diretor de Enfermagem–HPP

A Vigilância Sanitária (VISA) exerce papel fundamental na promoção da saúde pública, atuando na prevenção de riscos e no controle de estabelecimentos que impactam diretamente a saúde da população. No município de Piquet Carneiro–CE, identificou-se a necessidade de qualificar o acompanhamento das visitas sanitárias, o controle técnico das ações realizadas e a gestão do processo de liberação de alvarás. Antes da implantação da ferramenta, os registros eram predominantemente manuais ou fragmentados, dificultando o monitoramento em tempo real, a padronização das ações e a tomada de decisão baseada em dados. Diante desse cenário, foi desenvolvida uma ferramenta operacional digital, visando fortalecer a gestão municipal, ampliar a eficiência dos processos e garantir maior organização, transparência e resolutividade dos serviços. Implantar ferramenta digital para qualificar o controle, o acompanhamento e o monitoramento das visitas sanitárias e do processo de liberação de alvarás no município de Piquet Carneiro. Especificamente, padronizar registros, viabilizar o acompanhamento eletrônico das ações, fortalecer o controle técnico da Vigilância Sanitária, otimizar fluxos de trabalho e ampliar a transparência, a rastreabilidade e a eficiência dos serviços prestados municipal. A experiência foi desenvolvida a partir da identificação das fragilidades nos processos operacionais da Vigilância Sanitária municipal, especialmente no controle das visitas e no acompanhamento da regularização dos estabelecimentos. Inicialmente, foi realizado um diagnóstico situacional dos fluxos de trabalho existentes. Em seguida, foi estruturado o desenho da ferramenta digital, contemplando: Cadastro de estabelecimentos; Registro eletrônico das visitas sanitárias; Controle de pendências e adequações; Monitoramento do status dos alvarás (emitido, pendente, vencido); Histórico completo das inspeções realizadas; Geração de relatórios gerenciais. A ferramenta foi implantada de forma gradual, com capacitação da equipe técnica da Vigilância Sanitária, garantindo o uso adequado do sistema. Além disso, foram definidos fluxos operacionais padronizados, assegurando que todas as visitas fossem registradas e acompanhadas eletronicamente. A estratégia envolveu: Uso de tecnologia acessível; Integração com a rotina dos profissionais; Monitoramento contínuo dos dados gerados. A implantação da ferramenta trouxe avanços significativos para a gestão da Vigilância Sanitária no município: Melhoria no controle das visitas sanitárias, com registros organizados e acessíveis; Acompanhamento em tempo real das inspeções realizadas; Redução de falhas e perda de informações; Maior agilidade na liberação de alvarás sanitários; Facilidade na identificação de estabelecimentos irregulares; Aumento da produtividade da equipe técnica; Fortalecimento da tomada de decisão baseada em dados. Além disso, a fer-



ramenta possibilitou maior transparência nas ações da VISA e melhor comunicação entre a gestão e os profissionais envolvidos. A implantação da ferramenta digital na Vigilância Sanitária de Piquet Carneiro qualificou a gestão, ampliando eficiência, organização e resolutividade. A experiência evidenciou o potencial de replicabilidade e reforçou a importância do planejamento, da capacitação, da inovação e da modernização da gestão pública em saúde.



GESTÃO DA QUALIDADE NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E FOCO NO CIDADÃO

Danielle Ferreira de Oliveira, química, Célula de Vigilância Sanitária
Keyteanne Bezerra de Melo Costa, Enfermeira, Célula de Vigilância Sanitária
Eline Saraiva Silveira Araújo, Enfermeira, Célula de Vigilância Sanitária
Lianna Campos de Sousa, engenheira química, Agência de Fiscalização de Fortaleza
Valdir Augusto de Oliveira Junior, farmacêutico, Célula de Vigilância Sanitária
Silvinês Firmino Sobrinho, engenheira de alimentos, Célula de Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária de Fortaleza (Visa Fortaleza), no contexto do Sistema Único de Saúde, enfrenta desafios relacionados à padronização de processos, integração entre setores e qualificação dos serviços. A crescente demanda por eficiência, transparência e foco no cidadão impulsionou a adoção de práticas modernas de gestão. Nesse cenário, a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) surge como estratégia para organizar processos e promover a melhoria contínua. A iniciativa encontra respaldo na RDC nº 560/2021, que orienta a organização das ações de vigilância sanitária com base em princípios de qualidade e foco em resultados. Implantar e consolidar o Sistema de Gestão da Qualidade na Visa Fortaleza, visando aprimorar a eficiência, a transparência e a efetividade dos serviços, com foco na padronização dos processos e na melhoria contínua orientada ao cidadão. Trata-se de estudo descritivo, de abordagem qualitativa, realizado no período de 2022 a 2024, na Visa Fortaleza, em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Participaram gestores e técnicos da instituição. A implementação ocorreu em etapas integradas. Inicialmente, houve capacitação das equipes por meio de cursos, oficinas e mentorias em gestão por processos e ferramentas da qualidade. Em seguida, foi realizado diagnóstico situacional, com levantamento de processos, identificação de não conformidades e análise de riscos, utilizando análise SWOT e instrumentos baseados na ABNT NBR ISO 9001:2015. Posteriormente, ocorreu o mapeamento e redesenho dos fluxos de trabalho, com definição de responsabilidades, prazos e elaboração de procedimentos operacionais padrão, manuais e formulários. Foram instituídos indicadores para monitoramento de desempenho e criadas rotinas de avaliação contínua, com reuniões de análise crítica e planos de ação. O processo ocorreu de forma participativa, promovendo o engajamento das equipes. A implementação do SGQ resultou na padronização dos processos, melhoria da organização interna e fortalecimento da governança. Foram criadas estruturas específicas, como o Grupo de Gestão da Qualidade e a Unidade da Qualidade. Ao todo, foram elaborados e revisados 115 documentos institucionais. A adoção de indicadores permitiu o monitoramento sistemático das ações, favorecendo a tomada de decisão baseada em evidências. Observou-se maior integração entre setores, aumento da eficiência e qualificação dos serviços. A autoavaliação institucional apontou avanços iniciais na incorporação dos princípios da qualidade, ainda em consolidação. A experiência demonstrou que a implementação do SGQ é viável e eficaz na vigilância sanitária municipal, melhorando processos e serviços. Destacam-se o planejamento, o engajamento das equipes e o uso de indicadores. A iniciativa é inovadora, replicável e fortalece o SUS com mais eficiência e transparência.



IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLO ELETRÔNICO PARA ALVARÁS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE, CEARÁ, 2025: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jaliana Holanda Nascimento dos Santos, Médico Veterinário, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE
Antônia de Fátima Santos Mendes, Pedagogia, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE
Maria Cristina Sousa da Silva, Fiscal de Vigilância em Saúde, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE
José Edney Fraga do Nascimento, Fiscal de Vigilância em Saúde,
SMS de São Gonçalo do Amarante, CE
Kylvia Gardênia Torres Eduardo, Enfermeiro, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE
Francisca Márcia Porfírio de Sousa, Enfermeiro, SMS de São Gonçalo do Amarante, CE

A vigilância sanitária (VISA) atua na prevenção e no controle de riscos, se organizando em procedimentos administrativos a partir da legislação. O licenciamento sanitário é um ato legal que tem por finalidade constatar a conformidade dos estabelecimentos aos requisitos regulatórios. Tradicionalmente, esse processo na VISA de São Gonçalo do Amarante (SGA), Ceará, ocorria por meio de etapas presenciais, com uso de documentos físicos sendo moroso e burocrático. Assim, a Prefeitura Municipal (PM) de SGA, através do decreto nº 7531, de 18 de junho de 2025, instituiu o sistema de protocolo eletrônico (Protocolize) oportunizando a transição do processo de licenciamento sanitário para um sistema eletrônico, representando uma modernização organizacional e a maior qualificação dos atos da VISA. Relatar a implantação de um protocolo eletrônico para alvarás de Vigilância Sanitária em São Gonçalo do Amarante, Ceará. A experiência ocorreu no ano de 2025 e envolveu os seguintes atores: Secretaria de Finanças (SEFIN), Secretaria de Saúde (SESA), técnicos de VISA, comunicação da PM e setor regulado. A implantação do protocolo eletrônico seguiu as seguintes etapas: 1. Reunião para apresentação do Protocolize realizada pela SEFIN, 2. Adesão para o uso da plataforma formalizada através de ofício expedido pela SESA que indicou os profissionais do setor de VISA responsáveis pelos perfis de usuário administrador e triagem do sistema, 3. Reunião de trabalho da equipe de VISA com técnico da SEFIN para alinhamento de processos, configuração e parametrização da plataforma de forma que atendesse a legislação sanitária vigente. Estabeleceu-se o layout do sistema, a lista de documentos necessários e os fluxos do processo de licenciamento sanitário eletrônico, 4. Reunião para apresentação do projeto piloto desenvolvido pelo técnico de TI à equipe de VISA para avaliação e aprovação, 5. Treinamento dos profissionais para a operacionalização da plataforma, 6. Implementação definitiva do protocolo eletrônico para o licenciamento sanitário, descontinuando o protocolo presencial e 7. Divulgação do Protocolize ao setor regulado nos canais oficiais da PM e SESA, elaboração do Manual de Orientação publicado no site oficial do município, divulgação realizada pelos fiscais sanitários durante as fiscalizações, atendimento interno no setor de VISA para orientação dos usuários. O usuário tem acesso à plataforma por meio de um link online no site da PM, conectando-se por meio da conta gov.br. O sistema segue um modelo de fluxo de trabalho, iniciando pelo cadastro de dados e documentação pelo usuário, triagem e tramitação para o administrador (Supervisor de VISA) verificar a regularidade da documentação, inspeção sanitária in loco, seguindo até a emissão do alvará sanitário digital com QR Code. Todo o processo pode ser acompanhado pelo cidadão interessado. O Protocolize para alvarás sanitários foi implantado oficialmente em 01 de setembro de 2025, a partir desta data



foi vedada a abertura de novos processos de licenciamento por via física. A implantação do protocolo eletrônico trouxe impactos positivos para a VISA, destacando a redução no tempo médio para emissão do alvará, a otimização das fiscalizações, a economia de uso de papel, impressora e deslocamentos, a segurança dos dados devido a digitalização, facilidade na geração de relatórios e controle de prazo de renovação, e a transparência na tramitação do processo para o usuário. No entanto, foram observados desafios como a resistência cultural ao uso da tecnologia, dificuldade de acesso de alguns usuários ao sistema, os contínuos ajustes necessários da plataforma e a necessidade de monitoramento de indicadores de desempenho. A implantação do protocolo eletrônico para liberação de alvarás sanitários constitui um marco na modernização da VISA, resultando na desburocratização sem comprometimento do rigor sanitário e otimizando a eficiência e efetividade da gestão pública. Essa experiência pode contribuir para disseminação de práticas inovadoras fortalecendo da VISA.



INTEGRAÇÃO E CONTROLE: DESAFIOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL NA GESTÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS VIA SNCR E SNGPC

Lucia Cristina Holanda Lavor, Farmacêutica, Vigilância Sanitária de Iguatu
Marília Gabriela do Carmo, Enfermagem, Vigilância Sanitária de Iguatu
Felipe Vinicius Mendonça da Silva, Serviço Social, Vigilância Sanitária de Iguatu
Ladyanne Lopes de Souza Silva Albuquerque, Química, Vigilância Sanitária de Iguatu

A regulação de medicamentos sujeitos a controle especial é estratégica para a Vigilância Sanitária na prevenção do uso irracional e desvios a medicamentos com alto potencial de dependência. Nesse contexto, o Sistema Nacional de Controle de Receituários (SNCR) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) foram instituídos como ferramentas para fortalecer a rastreabilidade e o monitoramento desses produtos em todo o território nacional. No âmbito municipal, a operacionalização desses sistemas ainda apresenta desafios relacionados à integração tecnológica, qualificação profissional e padronização dos processos nas farmácias locais. Dessa forma, o presente relato justifica-se pela necessidade de relatar vivências de gestão e operacionalização enfrentadas durante a adesão aos sistemas nesses estabelecimentos. Relatar as experiências e desafios enfrentados pela vigilância sanitária municipal no processo de adesão das farmácias locais aos sistemas nacionais de controle de medicamentos (SNCR e SNGPC). A experiência foi desenvolvida pela Vigilância Sanitária do município de Iguatu-CE durante as atividades de monitoramento e fiscalização das farmácias que realizam a dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial. A prática foi operacionalizada nas quatro etapas do ciclo PDCA ou ciclo de Deming, estruturado da seguinte forma: A primeira fase, correspondente ao planejamento (Plan) constituiu na realização do diagnóstico situacional para identificação das pendências para adesão ao sistema através de entrevistas e observações durante fiscalizações. Inicialmente, foram identificadas dificuldades relacionadas ao uso dos sistemas (SNCR e SNGPC), principalmente quanto ao cadastramento dos estabelecimentos, envio correto das movimentações, inconsistências nos dados lançados e limitações no conhecimento técnico dos farmacêuticos responsáveis sobre a operacionalização. Na segunda fase de execução (Do) houve a execução de ciclos de atividades de educação permanente por meio de atividades coletivas direcionadas à gerências, farmacêuticos, colaboradores e estudantes. Diante dessa realidade, a Vigilância Sanitária municipal estruturou um processo de acompanhamento contínuo junto aos profissionais farmacêuticos, por meio de visitas técnicas, orientações individualizadas, suporte para regularização documental e treinamentos voltados à correta utilização das plataformas eletrônicas. As ações foram conduzidas de forma educativa, buscando aproximar o órgão regulador dos estabelecimentos farmacêuticos e fortalecer a responsabilidade no controle sanitário dos medicamentos. Por fim, as fases de checar e agir (Check e Act) foram integradas mediante a implementação de canais de comunicação via rede social (WhatsApp), ferramenta utilizada para suporte técnico de dúvidas, atualizações e monitoramento de processos. Os resultados demonstram o fortalecimento da integração entre Vigilância Sanitária e o setor farmacêutico, reafirmando o caráter educativo como ferramenta de promoção e garantia de segurança terapêutica. O principal marco foi a adesão de 100% das farmácias do município ao SNGPC em 2025, tornando Iguatu um dos pioneiros ao consolidar a implementação plena antes da normatização dos prazos nacionais. Verificou-se a redução significativa de inconsistências, aumento na regularidade de transmissão de dados, aprimoramento da



rastreabilidade, conformidade documental e conhecimento dos profissionais sobre o SNCR e SNGPC. Esse avanço contribuiu para maior organização dos processos internos das farmácias e monitoramento fiscal, garantindo maior segurança na dispensação das medicações de controle especial. Além de subsidiar estratégias de gestão da qualidade no âmbito de saúde pública local. Conclui-se que a experiência demonstrou que associação de monitoramento e educação permanente consolida e fortalece o controle sanitário, a gestão de qualidade e a segurança do paciente no uso seguro de medicamentos sob controle especial. Tal modelo ratifica a viabilidade de ser replicado em outros municípios.



OFICINA EM GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rochelle Costa e Silva, Gestão Pública, Secretaria Municipal de Saúde de Farias Brito-Ce
Nicacia Gomes da Silva, Enfermagem, Secretaria Municipal de Saúde de Farias Brito-Ce
Veronica Mair Costa Oliveira, Enfermagem, Secretaria Municipal de Saúde de Farias Brito-Ce

Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) representam um desafio para a saúde pública e o meio ambiente quando manejados inadequadamente. No contexto da Atenção Primária, em um município do interior do Ceará, a Vigilância Sanitária identificou, durante inspeções, fragilidades no gerenciamento desses resíduos, como segregação incorreta, armazenamento inadequado e desconhecimento da legislação vigente. Tais problemas evidenciam riscos à saúde dos trabalhadores, usuários e ao meio ambiente. Diante desse cenário, torna-se relevante a implementação de estratégias educativas que fortaleçam o conhecimento e a prática dos profissionais, justificando a realização de uma oficina como intervenção para qualificar o gerenciamento dos RSS nas Unidades Básicas de Saúde. Relatar a experiência de uma oficina sobre o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) realizada com enfermeiros coordenadores de Unidades Básicas de Saúde de um município do interior do Ceará, visando fortalecer o conhecimento técnico, qualificar as práticas de manejo e promover a conformidade com as normativas sanitárias vigentes no âmbito da Vigilância em Saúde. Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo, realizado em um município do interior do Ceará, no contexto da Vigilância Sanitária. A ação ocorreu em 2025 e envolveu dez enfermeiros coordenadores das Unidades Básicas de Saúde vinculadas à Estratégia Saúde da Família. A oficina foi planejada como estratégia de educação permanente, com duração de três a seis horas, em ambiente organizado para favorecer a interação, com disposição em círculo. Inicialmente, aplicou-se um quiz diagnóstico para avaliar o conhecimento prévio dos participantes sobre o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Em seguida, foi realizada exposição dialogada com apoio de recursos audiovisuais, abordando conceitos, legislação vigente, classificação dos resíduos e princípios de biossegurança. Posteriormente, os participantes foram divididos em grupos para resolução de estudos de caso, promovendo a articulação entre teoria e prática, com apresentação e discussão coletiva. Como prática implementada, foi proposta a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) simplificado, orientando a organização dos processos de trabalho nas unidades. Foram distribuídos materiais de apoio, incluindo cópia da RDC nº 222/2018, blocos e canetas. A avaliação ocorreu por meio da observação das atividades, desempenho no quiz, participação nas discussões e capacidade de aplicação dos conteúdos na construção do PGRSS, permitindo analisar o impacto da intervenção nas práticas das equipes. A oficina possibilitou identificar fragilidades no gerenciamento dos RSS, como falhas na segregação, armazenamento inadequado e desconhecimento da legislação. Após a intervenção, observou-se melhora significativa no desempenho dos participantes nos estudos de caso, com maior segurança na identificação de inconformidades e proposição de soluções. Cerca de 80% dos enfermeiros conseguiram estruturar adequadamente um PGRSS simplificado, evidenciando avanço no conhecimento técnico. Os participantes relataram maior confiança para aplicar as práticas no cotidiano e intenção de revisar fluxos internos e capacitar suas equipes. A ação contribuiu para qualificar os processos de trabalho, fortalecer a atuação da Vigilância Sanitária como apoio técnico e favorecer a redução de riscos sanitários nas unidades. A experiência



evidenciou a efetividade da oficina como estratégia de educação permanente para qualificar o gerenciamento dos RSS nas UBS. Destaca-se seu potencial de impacto na redução de riscos sanitários, na padronização dos processos e no fortalecimento da Vigilância Sanitária como indutora de práticas seguras e sustentáveis no território.



PREVENÇÃO E CONTROLE DA RAIVA EM BOA VIAGEM/CE: ABORDAGEM DE CAMPO INTEGRADA E BEM-SUCEDIDA

Marcondes Chaves Gomes, médico veterinário, Célula de Vigilância Sanitária
Lianna Campos de Sousa, engenheira química, Agência de Fiscalização de Fortaleza
Eline Saraiva Silveira Araújo, enfermeira, Célula de Vigilância Sanitária
Josete Malheiros Tavares, Cirurgião dentista, Coordenadoria de Vigilância em Saúde
Meliane Maria Thomaz, médica veterinária, Célula de Vigilância Sanitária
Keyteanne Bezerra de Melo Costa, enfermeira, Célula de Vigilância Sanitária

No município de Fortaleza, o consumo de pescados durante a Semana Santa constitui uma prática cultural amplamente difundida, resultando em aumento expressivo da demanda por esses produtos. Esse cenário eleva o risco de doenças transmitidas por alimentos, especialmente devido à alta perecibilidade dos pescados e às possíveis falhas nas etapas de conservação, transporte e comercialização. Diante dessa realidade, a Vigilância Sanitária intensifica, anualmente, ações preventivas, educativas e fiscalizatórias por meio da Operação Páscoa, visando minimizar riscos à saúde da população e garantir a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos ofertados. Relatar a experiência da Operação Páscoa realizada pela Vigilância Sanitária de Fortaleza, destacando as estratégias adotadas e os resultados alcançados na promoção da segurança alimentar, por meio de ações preventivas, orientativas e fiscalizatórias direcionadas à cadeia de comercialização de pescados. Trata-se de um relato de experiência conduzido pela Célula de Vigilância Sanitária (CEVISA), em parceria com a Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS), no período que antecede a Semana Santa. A ação foi estruturada em etapas previamente planejadas e executadas por equipe multidisciplinar. Inicialmente, realizou-se o mapeamento dos estabelecimentos envolvidos na comercialização de pescados, incluindo peixarias, supermercados e mercados públicos. Em seguida, foram promovidas oficinas educativas com representantes de entidades do setor e responsáveis técnicos, abordando temas como conservação, acondicionamento, transporte e principais doenças associadas ao consumo de pescados. Paralelamente, foram realizadas inspeções sanitárias com base em procedimentos operacionais padronizados, contemplando aspectos como infraestrutura, higienização, controle de pragas, abastecimento de água, manejo de resíduos, manipulação de alimentos e condições específicas dos diferentes tipos de pescados. A integração entre educação e fiscalização constituiu eixo central da intervenção. A Operação Páscoa resultou na melhoria das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fiscalizados, contribuindo diretamente para a redução de riscos à saúde da população. As ações educativas alcançaram 59 profissionais, entre responsáveis técnicos e consultores, ampliando o alcance das orientações e fortalecendo a disseminação de boas práticas ao longo da cadeia produtiva. Foram realizadas inspeções em 34 estabelecimentos, com identificação e correção de inadequações sanitárias. Observou-se maior adesão às normas vigentes e fortalecimento da cultura de segurança alimentar, além do aprimoramento dos processos de trabalho das equipes envolvidas. A experiência evidenciou que a articulação entre ações educativas, orientativas e fiscalizatórias promove a segurança alimentar e previne doenças. O modelo integra estratégias e atores, é inovador e replicável, fortalecendo a Visão e subsidiando políticas públicas no SUS, consolidando práticas sustentáveis de controle sanitário de pescados.



RODA DE CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COM OS PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Evelly Caroline Botelho de Miranda, biomédica sanitaria, Escola de Saúde Pública do Ceará

Francisco Eudes da Silva Lô, assistente social, Escola de Saúde Pública do Ceará

João Paulo da Silva, farmacêutico, Escola de Saúde Pública do Ceará

Francisco Diego Fernandes da Silva, enfermeiro, Secretaria Municipal de Saúde de Aracati-CE

A vigilância sanitária é caracterizada como um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde bem como de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde (Brasil, 1990). No decorrer da Residência Multiprofissional em Vigilância em Saúde foi proporcionado a vivência nessa vigilância onde foram desenvolvidas várias ações de fiscalização aos estabelecimentos e prestadores de serviços de interesse a saúde e também apresentadas algumas experiências como a roda de conversa com os profissionais do setor, onde cada semana um profissional de saúde abordava uma temática que correlacionasse com sua categoria profissional, a ação visava a promoção e formação dos colaboradores do setor de vigilância em saúde. Relatar a experiência de uma roda de conversa sobre violência doméstica e rede de proteção social, realizada por residentes da Residência Multiprofissional em Vigilância em Saúde com profissionais da Vigilância Sanitária do município de Aracati-CE, enquanto estratégia de educação permanente e sensibilização no serviço. A experiência foi desenvolvida durante a vivência da Residência Multiprofissional em Vigilância em Saúde no setor de Vigilância Sanitária do município de Aracati-CE, nos meses de agosto e setembro de 2025. A atividade consistiu na realização de ciclos formativos em formato de rodas de conversa, direcionados aos profissionais e colaboradores do setor, com encontros realizados durante a semana, no período da tarde. A metodologia adotada fundamentou-se na educação permanente em saúde e em estratégias participativas, buscando promover espaços de diálogo, escuta, reflexão crítica e construção coletiva do conhecimento. A proposta consistia em que, a cada semana, um residente ou profissional de saúde conduzisse uma temática relacionada à sua categoria profissional, às necessidades percebidas no cotidiano do serviço e aos temas relevantes para a Vigilância em Saúde. Entre as temáticas abordadas, destacou-se a roda de conversa sobre violência doméstica e rede de proteção social. Para iniciar a discussão, foi utilizado como recurso disparador o poema "Hoje recebi flores", de autor desconhecido, que retrata o ciclo da violência doméstica, sua progressão e a necessidade de rompimento desse processo. A partir da leitura e problematização do poema, foi promovido um debate com os participantes sobre o enfrentamento da violência contra a mulher, os serviços existentes no município e a importância da atuação intersetorial entre saúde, assistência social, segurança pública e demais políticas de proteção. Durante a atividade, os profissionais foram estimulados a compartilhar percepções, dúvidas e experiências, favorecendo a participação ativa e a aproximação com a temática. Também foram discutidos o papel dos trabalhadores da saúde na identificação, acolhimento, orientação e encaminhamento de situações de violência, bem como a importância de reconhecer a rede de serviços municipais voltada à proteção das mulheres. Os encontros favoreceram a construção de um espaço acolhedor de diálogo, permitindo que os participantes reconhecessem a violência doméstica como um problema de saúde pública que exige atenção, escuta qualificada e articulação em rede. A atividade despertou maior interesse dos profissionais sobre os serviços disponíveis no município e sobre os caminhos de cuidado, proteção e encaminhamento das mulheres



em situação de violência. Também contribuiu para ampliar a percepção sobre o papel dos trabalhadores da Vigilância Sanitária diante de temas sociais que atravessam o cotidiano dos territórios. Como repercussão, observou-se maior sensibilização quanto à responsabilidade coletiva no enfrentamento da violência, fortalecendo atitudes pautadas no respeito, na equidade e na promoção de uma cultura de paz. A experiência demonstrou a importância dos processos formativos no serviço como estratégia de qualificação profissional e fortalecimento do trabalho em equipe. A atividade estimulou práticas mais reflexivas, acolhedoras e comprometidas com a proteção da vida, os direitos humanos, o respeito e a promoção da cultura de paz.



SEGURANÇA DO PACIENTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: EXPERIÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SRLES NO LITORAL LESTE JAGUARIBE – CEARÁ

Maria de Fátima Costa Lima, Médica Veterinária,
Superintendência da Região de Saúde do Litoral Leste Jaguaribe – SRLES
Felipe Miranda Moura, Fisioterapeuta,
Superintendência da Região de Saúde do Litoral Leste Jaguaribe – SRLES
Josianne Alves de Freitas Maia, Médica Pediatra,
Superintendência da Região de Saúde do Litoral Leste Jaguaribe – SRLES
Samara Dávila Lima Nogueira, Assistente Social,
Superintendência da Região de Saúde do Litoral Leste Jaguaribe – SRLES
Virgínia Maria Moura Remígio Peixôto, Assistente Social,
Superintendência da Região de Saúde do Litoral Leste Jaguaribe – SRLES

O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) instituído pela Portaria MS nº 529/2013, tem como objetivo garantir a qualidade da atenção prestada ao paciente e a segurança nos processos de trabalho. A RDC nº 36/2013 da ANVISA, institui as ações para a segurança do paciente com a implantação do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), formado por profissionais da saúde. A importância desse tema é reconhecida pela OMS, como estratégia para minimizar riscos com ambiente seguro nos serviços de assistência à saúde (Pernambuco, 2025). Este resumo trata da experiência dos profissionais da (SRLES), como multiplicadores para apoiar os municípios na elaboração do Plano Municipal do NSP, na instituição do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP) e dos Times de Segurança do Paciente em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Objetivo geral: Relatar a experiência da qualificação profissional em segurança do paciente para a Atenção Primária à Saúde. Objetivos específicos: Descrever a capacitação dos técnicos da SRLES quanto aos protocolos e portarias de Segurança do Paciente e caracterizar a cultura de segurança do paciente como instrumento de redução de danos na assistência à saúde dos profissionais da APS. O Curso de Segurança do Paciente na Atenção Primária à Saúde integra a programação do Eixo I da Planificação do Projeto de Braços Abertos, promovido pela Escola de Saúde Pública (ESP/CE), com carga horária de 60 horas, realizado no mês de outubro de 2025, com quatro encontros presenciais. O público alvo do curso foi composto por coordenadores da APS, articuladores dos Núcleos Municipais de Educação Permanente em Saúde (NUMEPSs) e técnicos da SRLES. O produto final do curso resultou em uma experiência exitosa por meio dos técnicos, com a elaboração do Plano Municipal de Segurança do Paciente, a minuta da Instituição do NSP e dos Times de Segurança do Paciente das UBSs, bem como a consolidação dos NSP nos municípios. Foram ofertadas 70 inscrições, contou-se com 67 inscrições de profissionais, sendo que 51 participantes concluíram o curso, resultando em uma taxa de evasão de, aproximadamente, 24%. Dentre os resultados, destacamos a qualificação e o desenvolvimento de habilidades dos profissionais da SRLES, que se tornaram preparados para realizar o suporte técnico com segurança para os profissionais dos municípios quanto à implantação dos instrumentos essenciais para segurança do paciente, por meio do PNS, da instituição do NSP e dos Times de Segurança do Paciente nas UBSs, com a elaboração do Mapa de Risco e o cadastramento



das UBSs no Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária (NOTIVISA). Destaca-se também, que após a formalização dos núcleos e dos times, a equipe técnica encontra-se apta a realizar capacitações com os profissionais para a elaboração dos protocolos com ações de gestão de risco, conforme as atividades desenvolvidas pelo serviço de saúde. Evidenciou-se que a qualificação dos profissionais da SRLES em Segurança do Paciente deve ser garantida por meio da educação continuada e permanente, e assim, assegurar o suporte técnico para os profissionais da rede municipal, com intuito de preservação da cultura da segurança do paciente nas UBSs.





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE